

RELATÓRIO ANUAL 2015



MISSÃO

“Assegurar aos usuários adequada prestação de serviços de transporte terrestre.”

VISÃO DE FUTURO

“Ser referência na regulação, promovendo a harmonização do setor e garantindo a excelência dos Serviços de Transportes Terrestres.”

ATRIBUTOS DE VALOR

Segurança;
Eficiência;
Conforto;
Rapidez;
Pontualidade;
Qualidade;
Imparcialidade;
Modicidade Tarifária;
Responsabilidade Socioambiental;

DIRETORIA COLEGIADA

Jorge Luiz Macedo Bastos
Carlos Fernando do Nascimento
Marcelo Vinaud Prado
Marcelo Bruto da Costa Correia
Sérgio de Assis Lobo

ÓRGÃOS VINCULADOS À DIRETORIA

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM
Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentar - ASPAR
Assessoria Técnica para o Transporte Internacional - ASTEC
Auditoria Interna - AUDIT
Centro de Documentação - CEDOC
Comissões de Outorgas
Corregedoria - COREG
Gabinete do Diretor - GAB
Ouvidoria - OUVID
Procuradoria Geral - PRG
Secretaria-Geral - SEGER

SUPERINTENDÊNCIAS

Superintendência Executiva – SUEXE

Superintendência de Tecnologia, Informação e Conhecimento – SUCON

Superintendência de Marcos Regulatórios – SUREG

Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS

Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER

Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas – SUROC

Superintendência de Fiscalização – SUFIS

Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária – SUINF

Superintendência de Gestão - SUDEG

UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO – URRJ

Endereço: Av. Marechal Câmara, nº 160, 11º andar – Ed. Le Borget – Castelo – Rio de Janeiro
– RJ – CEP: 20020-800

UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO – URSP

Endereço: Av. Paulista, 37, Edifício Centro Cultural Paulista, 8º andar – Bela Vista – São Paulo
– SP – CEP 01311-902

UNIDADE REGIONAL DE MINAS GERAIS – URMG

Endereço: Av. Cristóvão Colombo, nº 485, 14º andar – Bairro Funcionários – Belo Horizonte –
MG – CEP: 30140-140

UNIDADE REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL – URRS

Endereço: Ave. Ipiranga, nº 2897 -Bairro Santana - Porto Alegre – RS - CEP: 90610-001

UNIDADE REGIONAL DO CEARÁ – URCE

Endereço: Av. Luciano Carneiro, nº 2255-A, térreo – Vila União – Fortaleza – CE – CEP: 60410-691

UNIDADE REGIONAL DO MARANHÃO – URMA

Endereço: Rua 9, nº 10 – Bairro Vinhais – São Luiz – MA – CEP: 65071-110

UNIDADE REGIONAL DA BAHIA – URBA

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1632 – Ed. Salvador Trade Center – Torre Norte – Sala 611 a 617 – Caminho das Árvores – Salvador – BA – CEP: 41820-020

UNIDADE REGIONAL DE PERNAMBUCO – URPE

Endereço: Av. Eng. Domingos Ferreira, nº 467, Empresarial Moura Dubeux, 11º andar, Pina – Recife - PE - CEP: 51011-051

UNIDADE REGIONAL DE SANTA CATARINA – URSC

End: Rod. BR 101 Km 204, Térreo Marginal Norte, Barreiros - São José – SC - CEP: 88.117-500

SEDE

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Endereço: Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla, Polo 8, Bloco E – Térreo – Brasília/DF – CEP: 70200-003

MENSAGEM DA DIRETORIA

O Relatório Anual da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) constitui importante instrumento de transparência e incentivo ao controle social, possibilitando uma maior comunicação entre a Agência e a sociedade. Elaborado em cumprimento ao disposto no art. 84 do Regimento Interno (aprovado pela Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009), vem demonstrar os principais resultados da ANTT no ano de 2015.

Inicialmente, merecem destaque as ações voltadas à execução e ao acompanhamento do Programa de Investimento em Logística (PIL), que teve sua segunda etapa lançada no primeiro semestre de 2015. O PIL Rodovia contempla 11 lotes rodoviários distribuídos por 11 estados brasileiros. Já o PIL Ferrovia, busca, essencialmente, expandir a capacidade de transporte da malha ferroviária nacional, resgatar a ferrovia como alternativa logística e reduzir fretes.

No modal rodoviário, o programa caracteriza-se pela participação da iniciativa privada em projetos de concessão que ampliem a capacidade de rodovias, com duplicação e implantação de melhorias (vias marginais, passarelas, intersecção em desnível e contornos) e envolve a realização de estudos ambientais como forma de agilizar o processo de licenciamento, seleção do concessionário pela menor tarifa de pedágio ofertada, investimentos concentrados nos primeiros cinco anos da concessão (grandes extensões de duplicações - mais de dois mil quilômetros, contornos, passarelas, travessias, acessos, contornos e obras de arte especiais), tráfego urbano não pedagiado e início da cobrança de pedágio somente após a conclusão da duplicação de 10% da rodovia, conforme previsto no Programas de Exploração de Rodovias (PER).

No âmbito das concessões rodoviárias, uma das principais realizações diz respeito ao novo contrato da BR-101/RJ, Ponte Rio-Niterói, que permitiu além da redução da tarifa para os usuários, a inclusão de novas obras nos sistemas viários adjacentes. Assim, a ANTT administra atualmente 21 concessões rodoviárias, divididas em três etapas, totalizando 9.969,9 km.

Outro importante resultado decorreu da assinatura dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) pela ANTT, em 2013, com as concessionárias da Segunda Etapa - Fases I e II, quando acordou-se a realização de 571 obras com cronogramas em atraso à época, alcançando, em 2015, o total de 393 obras concluídas, trazendo como principal benefício uma melhora significativa na fluidez do tráfego nas rodovias federais concedidas.

O incremento da prestação de serviços operacionais aos usuários (serviços de socorro médico e mecânico) e a execução de mais 259,8 km de obras de duplicação, em 2015, nas rodovias federais concedidas são importantes avanços percebidos pelo cidadão, que refletem diretamente na redução da quantidade e gravidade dos acidentes.

No segmento Transporte Rodoviário de Cargas, destaca-se, além das fiscalizações rotineiras, a continuidade da Operação Safra, que tem por objetivo contribuir para a chegada programada de veículos de transporte rodoviário de cargas ao Porto de Santos, com ênfase na fiscalização do transporte de soja, bem como a regulamentação de pontos de parada e descanso para os condutores de veículos de transporte rodoviário de cargas e passageiros, prevista na Lei nº 13.103, de 02/03/2015, conhecida por "Lei do Caminhoneiro".

Houve ainda a implantação de importante projeto - Fiscalização Eletrônica, que tem como objetivos automatizar a fiscalização e o processamento de multas, reduzir o tempo de fiscalização e possibilitar a integração com as ações de fiscalização de trânsito e tributária e com outros projetos, tais quais: Observatório Nacional de Transportes (EPL), Projeto Brasil ID (CONFAZ/ENCAT), PIAF (DNIT), RNTRC (ANTT), CNSOIG (ANTT) e projeto-piloto (SEFAZ/MT/SEP), para o escoamento da safra no Porto de Santos.

Cabe mencionar também o início da implantação do Sistema de Monitoramento do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional Coletivo de Passageiros (Monitriip). O sistema tem por objetivo estabelecer padrões para a coleta, armazenamento, disponibilização e envio de dados que possibilitem o acompanhamento tempestivo da operação dos serviços de transporte. Por meio da Reunião Participativa nº 002/2015, em abril de 2015, foi discutido o projeto de regulamentação dos procedimentos e requisitos relativos à avaliação de conformidade para o seu escopo.

Quanto ao modal ferroviário, a Agência é responsável por gerir e fiscalizar 14 contratos de concessão e um contrato de subconcessão. A Segunda Etapa do PIL, no que se refere ao modal ferroviário, considera o aperfeiçoamento do modelo de concessão já existente (Modelo Vertical), permitindo que os Operadores Ferroviários Independentes - OFI adquiram capacidade ociosa diretamente das concessionárias verticais, estimulando, assim, a interoperabilidade do SFF. Esta etapa inclui a concessão de novas ferrovias e novos investimentos em concessões existentes, totalizando R\$ 86,4 bilhões de investimentos projetados.

Na atuação da fiscalização de infraestrutura e dos serviços de transporte ferroviário de cargas, em 2015, foram inspecionadas 12 Concessionárias, 01 Subconcessionária e 03 Autorizatórias, com realização de 150 fiscalizações em 24.425 km de via permanente.

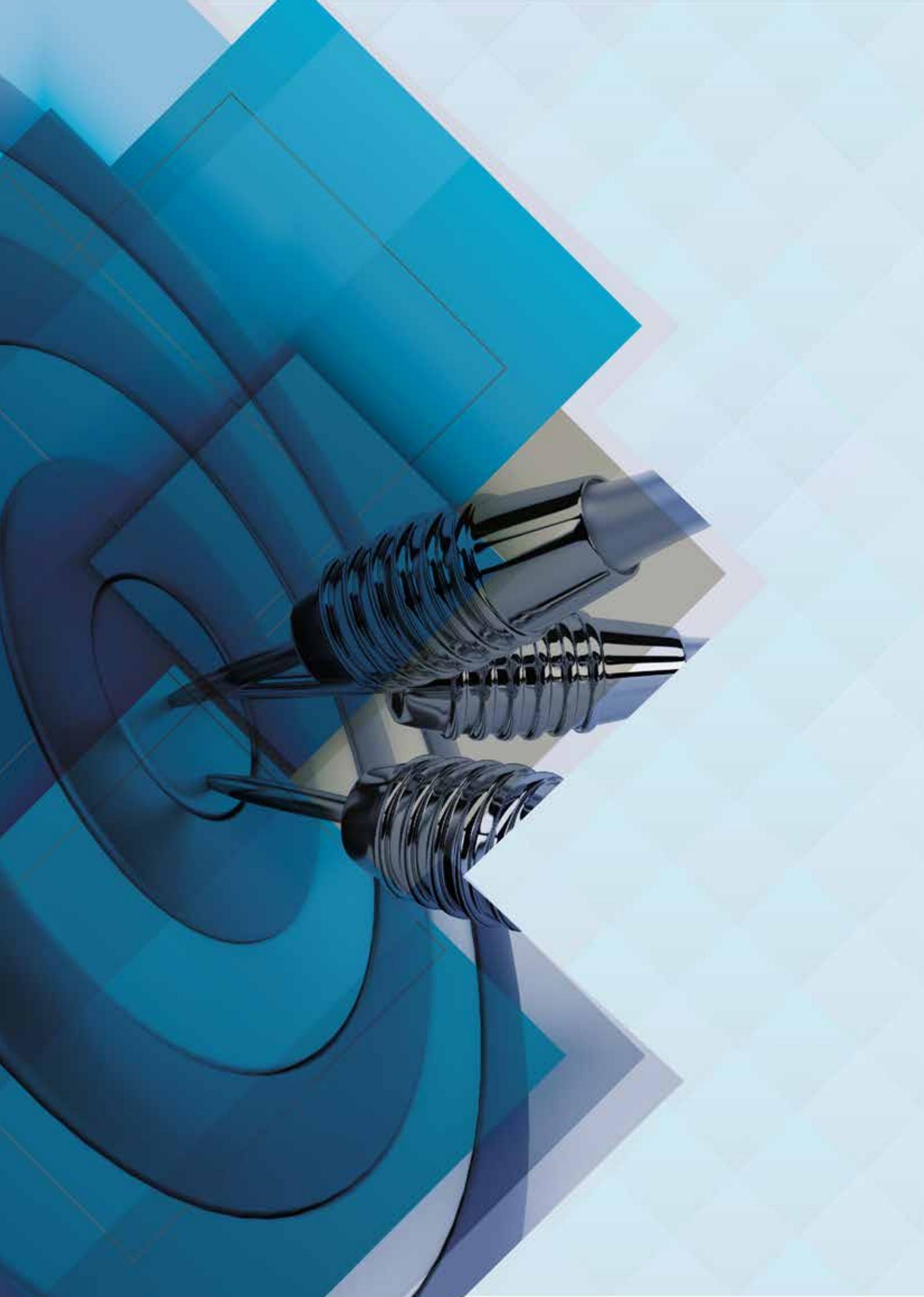
O aperfeiçoamento dos marcos regulatórios recebeu atenção especial da Agência com a publicação da Agenda Regulatória para o biênio 2015/2016, reorganizando os Eixos Temáticos em 5, com a união dos Eixos de Transporte Rodoviário e Ferroviário de Passageiros compondo o Eixo Temático 3 - Serviços de Transporte de Passageiros, e a reunião do Transporte Rodoviário de Cargas e Transporte Multimodal no Eixo Temático 5 - Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas. Como resultado, foram aprovados 65 importantes projetos para o biênio.

O exercício de 2015 foi marcado por fortes restrições orçamentárias e financeiras que impactaram diretamente na consecução dos objetivos da Agência, uma vez que os limites autorizados comprometeram a assunção de diversas contratações previstas, dentre essas, a implantação do Centro Nacional de Supervisão Operacional e Informações Gerenciais - CNSOIG e dos Centros Regionais de Supervisão Operacional – CRSO.

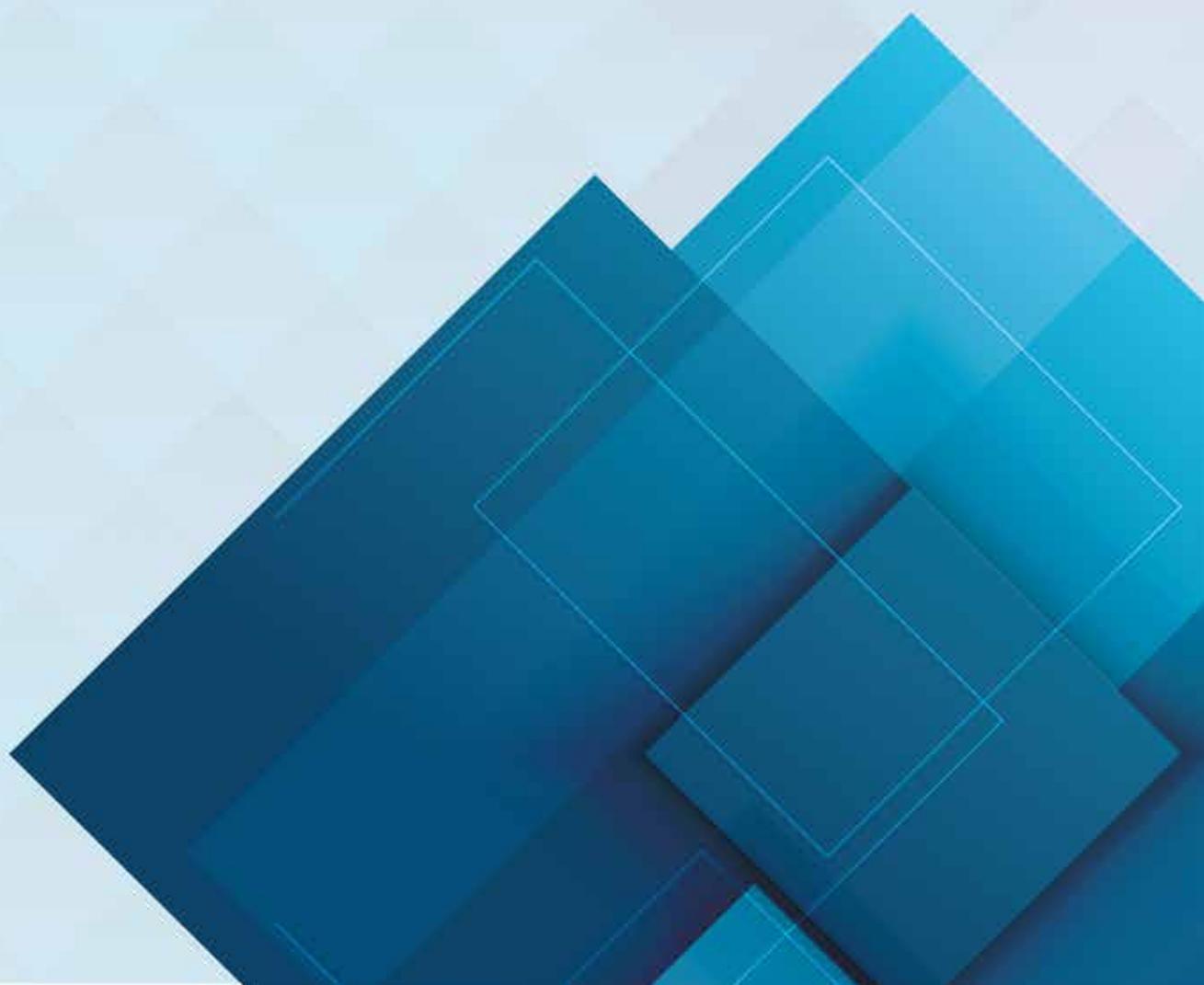
Mesmo diante desse cenário de desafios e restrições, os resultados obtidos pela Agência, em 2015, demonstram os avanços no propósito de melhorar o sistema de transporte terrestre, de maneira a se permitir a fluidez do tráfego, a segurança e o conforto dos usuários nas rodovias concedidas, modernizar e garantir uma logística ferroviária eficiente, que amplie a capacidade de transporte, além do atendimento das necessidades dos usuários que utilizam os serviços sob sua regulação.

SUMÁRIO

GESTÃO ESTRATÉGICA	12
CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	24
CONCESSÕES FERROVIÁRIAS	44
TRANSPORTE DE CARGAS	64
TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	70
ESTUDOS E PESQUISAS	90
MARCOS REGULATÓRIOS	96
GESTÃO ORGANIZACIONAL	106
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E CONTROLE	128



GESTÃO ESTRATÉGICA



GESTÃO ESTRATÉGICA

O processo de Gestão Estratégica foi instituído pela Portaria nº 203, de 29 de Abril de 2009

O ciclo 2014-2017 do Planejamento Estratégico da ANTT iniciou-se com a publicação da Deliberação nº 063, de 27 de março de 2014, que aprovou a definição da Visão, da Missão, dos Objetivos Estratégicos, dos Atributos de Valor, dos Indicadores de Desempenho e das Iniciativas Estratégicas componentes do Plano Estratégico Corporativo 2014-2017 da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

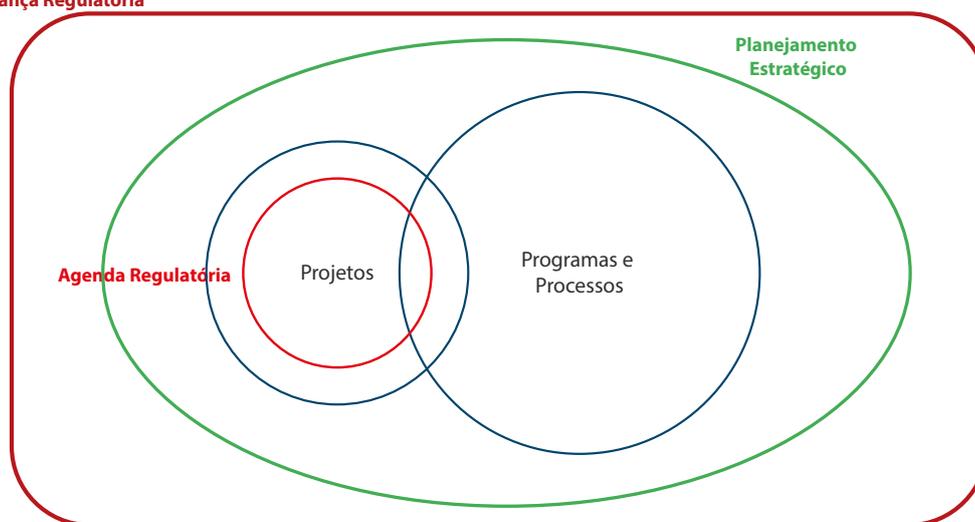
Em 26 de fevereiro de 2015, a Resolução nº 4.621 alterou seu regimento Interno, oportunidade em que foi criada a Superintendência de Governança Regulatória, que recepcionou as atribuições referentes à coordenação do desenvolvimento e implementação do Planejamento Estratégico da

Agência. A redistribuição foi realizada com o objetivo de alinhar todos os instrumentos de Governança Regulatória, conforme figura apresentada a seguir:

Governança Regulatória na ANTT

Planejamento Estratégico

Governança Regulatória

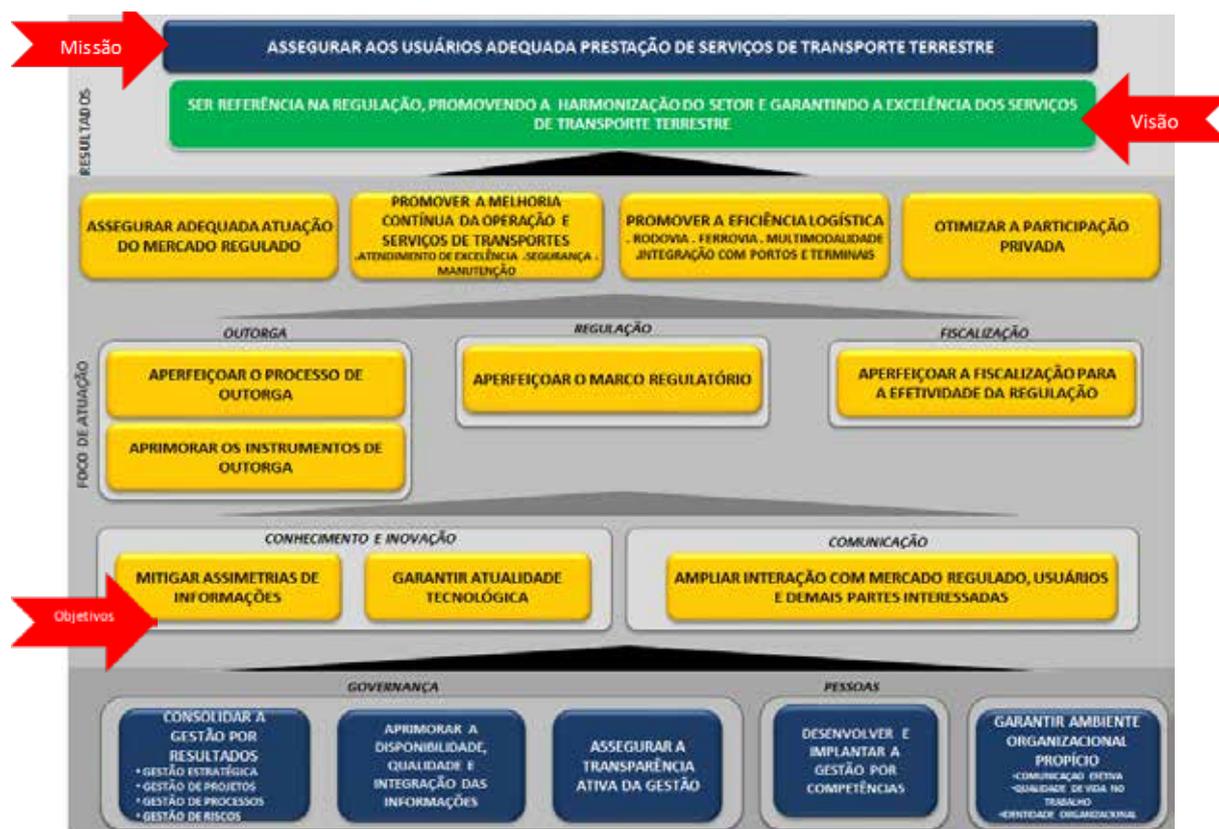


A primeira atividade desenvolvida, neste novo contexto, foi a consolidação das informações dos indicadores de desempenho e das iniciativas estratégicas. Como resultado, foi realizada em junho a 1ª Reunião de Gestores para Avaliação Estratégica, em que foram apresentados os resultados do 1º Trimestre de 2015. Na oportunidade, mostrou-se as ações propostas pela SUREG para a condução do Planejamento Estratégico da ANTT, dentre as quais, destacam-se as seguintes: diagnóstico e proposta de substituição do Sistema GesANTT, que agrega as informações relacionadas ao Planejamento Estratégico; encaminhamento ao corpo diretivo e gerencial de formulário de priorização dos objetivos estratégicos; revisão dos indicadores de desempenho e iniciativas estratégicas, face às alterações nos contextos político e econômico do ano em curso.

Desta forma, iniciou-se o processo de revisão dos indicadores e iniciativas, com a previsão de realização de três ciclos de reuniões com as unidades organizacionais. O primeiro com o objetivo de mapear os indicadores candidatos. O segundo com o escopo de discutir e validar as propostas levantadas pelas áreas. O terceiro e último ciclo com o objetivo de discutir e validar as propostas de iniciativas estratégicas.

Saliente-se que, embora o planejamento estratégico esteja relacionado com a adequação da organização a um ambiente mutável, a flexibilidade é apenas adaptativa. Portanto, a revisão considerou o Mapa Estratégico da ANTT, aprovado pela citada Deliberação.

Mapa Estratégico do Planejamento Estratégico 2014/2017



Para a realização da revisão dos indicadores de desempenho e iniciativas estratégicas foi adotado o Guia Metodológico de Indicadores de Programas da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e no Relatório nº 2014.06947 da Controladoria Geral da União - CGU, relativo à Prestação de Contas Anual da ANTT de 2013. Ainda, para a revisão das iniciativas estratégicas foram utilizados conceitos extraídos da metodologia Project Model Canvas.

A elaboração da metodologia e o desenvolvimento das etapas de revisão dos indicadores de desempenho e das iniciativas estratégicas tiveram como norte o fortalecimento da gestão para resultados, fundamentada nos pressupostos de:

- Aprendizado, melhorias e amadurecimento;
- Decisões baseadas em evidências;
- Prospecção, formulação, implementação e avaliação; e
- Transparência e responsabilização.

As etapas previstas para a condução dos trabalhos referentes à revisão dos indicadores de desempenho são representadas no seguinte quadro:

Processo de Revisão dos Indicadores e Iniciativas Estratégica do Planejamento Estratégico 2014/2017:



Outro pressuposto considerado na revisão foi a governança pública como “um processo de geração de valor público a partir de determinadas capacidades e qualidade institucionais; da colaboração entre agente públicos e privados na coprodução de serviços, políticas e bens públicos; e da melhoria do desempenho.” (MARTINS; MARINI, 2014) . Os critérios para seleção dos indicadores utilizados foram alinhados aos critérios da Controladoria-Geral da União – CGU, a saber:

- 1) **Completude:** deve representar a situação que se pretende medir e de refletir os resultados das intervenções efetuadas na gestão;
- 2) **Economicidade:** atentar para a razoabilidade dos custos de obtenção do indicador em relação aos benefícios para a melhoria da gestão;
- 3) **Acessibilidade:** verificar a facilidade de obtenção dos dados, elaboração do indicador e de compreensão dos resultados pelo público em geral;
- 4) **Confiabilidade:** verificar a confiabilidade das fontes dos dados utilizados para o cálculo do indicador, avaliando, principalmente, se a metodologia escolhida para a coleta, processamento e divulgação é transparente e replicável; e
- 5) **Comparabilidade:** atentar para a possibilidade de medição da situação pretendida ao longo do tempo, por intermédio de séries históricas.

Após a conclusão da revisão dos indicadores, iniciou-se a etapa de revisão das iniciativas estratégicas.

Project Model Canvas para as Iniciativas Estratégicas



¹MARTINS, Humberto Falcão; MARINI, Caio. Pública Contemporânea: uma tentativa dissecação conceitual. In: Revista do TCU. Mai/Ago, 2014.

Assim, pretendeu-se favorecer uma melhor visualização e compreensão das possíveis alternativas, com uma representação suficientemente abrangente para identificar e verificar se a proposta pode contribuir para o alcance ou manutenção das condições essenciais para o êxito dos objetivos estratégicos. Tal projeção teve como objetivo, ainda, possibilitar uma análise preliminar da viabilidade de implementação de tais projetos ou programas.

O processo de revisão das iniciativas e indicadores não foi concluído em 2015 e, portanto, o resultado constará do próximo relatório. Porquanto, os indicadores e iniciativas acompanhados durante 2015 permanecem os mesmos constantes da Deliberação nº 063/2014, de 27 de março de 2014, acrescidos da Iniciativa Estratégica “**Desenvolvimento da Governança Regulatória na ANTT**” que foi incorporada pela Deliberação nº 345, de 19 de novembro de 2015.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os Objetivos Estratégicos da ANTT encontram-se consubstanciados em seu Mapa Estratégico, aprovado pela Deliberação nº 063/2014, conforme abaixo:

Descrição dos Objetivos Estratégicos do Planejamento Estratégico 2014/2017

Objetivo Estratégico	Descrição
ASSEGURAR ADEQUADA ATUAÇÃO DO MERCADO REGULADO	Acompanhar o desenvolvimento dos serviços públicos delegados e assegurar a efetividade do marco regulatório, garantindo a qualidade dos serviços aos usuários e o respeito aos direitos estabelecidos e tornando o mercado de transportes terrestres atraente para investimentos.
PROMOVER A MELHORIA CONTÍNUA DA OPERAÇÃO E SERVIÇOS DE TRANSPORTES	Atuar, com tempestividade, nos serviços de transportes terrestres no país, garantindo ao usuário segurança e contínua manutenção, a fim de proporcionar atendimento de excelência, em quantidade suficiente e a preços módicos.
PROMOVER A EFICIÊNCIA LOGÍSTICA	Atuar, no que tange as atribuições da ANTT, no aprimoramento e integração do transporte multimodal em articulação com as demais entidades públicas, contribuindo para a redução dos custos logísticos, criação de valor e melhoria nos níveis de serviço de transporte terrestre.
OTIMIZAR A PARTICIPAÇÃO PRIVADA	Incentivar a participação do investimento privado no setor de transportes terrestres.
APERFEIÇOAR O PROCESSO DE OUTORGA	Desenvolver e agregar mecanismos que potencializem a eficiência do processo, desde os estudos de viabilidade técnica e econômica até a pactuação do acordo com a parte outorgada.
APRIMORAR INSTRUMENTOS DE OUTORGA	Revisar e aperfeiçoar os instrumentos que estabelecem as diretrizes e meios para a outorga de serviços de transportes terrestres, visando garantir a flexibilidade necessária à adaptação aos cenários econômicos e sociais.
APERFEIÇOAR O MARCO REGULATÓRIO	Construir e fomentar instrumentos, como a Análise de Impacto Regulatório e a Agenda Regulatória, que agreguem qualidade ao marco regulatório.
APERFEIÇOAR A FISCALIZAÇÃO PARA EFETIVIDADE DA REGULAÇÃO	Aperfeiçoar e formalizar métodos e técnicas de fiscalização para tornar os processos de trabalho mais eficientes e capazes de gerar resultados mais efetivos.
APERFEIÇOAR A FISCALIZAÇÃO PARA EFETIVIDADE DA REGULAÇÃO	Aperfeiçoar e formalizar métodos e técnicas de fiscalização para tornar os processos de trabalho mais eficientes e capazes de gerar resultados mais efetivos.
MITIGAR ASSIMETRIAS DE INFORMAÇÕES	Aprimorar mecanismos de mitigação das imperfeições das informações prestadas pelos entes regulados, que favoreça a atividade regulatória na busca do equilíbrio da relação entre a qualidade do serviço prestado à sociedade e o retorno financeiro ao mercado privado.
GARANTIR ATUALIDADE TECNOLÓGICA	Promover a incorporação de novas tecnologias, com base nas demandas do setor, em estudos prospectivos, em <i>benchmark</i> externo e baseado nas melhores práticas do setor. O resultado esperado, é o aumento da produtividade e da qualidade, a redução de custos, a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais.
AMPLIAR INTERAÇÃO COM MERCADO REGULADO, USUÁRIOS E DEMAIS PARTES INTERESSADAS	Aumentar e aperfeiçoar os canais de comunicação com os agentes do setor e usuários, bem como o relacionamento com entidades privadas e públicas (Federal, Estadual e Municipal), promovendo maior acessibilidade à ANTT e permitindo maior participação nas ações da Agência. Ser proativo na comunicação com a sociedade e promover a integração entre os agentes do mercado de transportes terrestres.
CONSOLIDAR A GESTÃO POR RESULTADOS: GESTÃO ESTRATÉGICA GESTÃO DE PROJETOS GESTÃO DE PROCESSOS GESTÃO DE RISCOS	Fortalecer cultura focada em resultados, aprimorar e alinhar a maturidade quanto à gestão entre as áreas, visando a mudança comportamental, o comprometimento e o engajamento necessários à consecução dos objetivos estratégicos da ANTT e a melhoria da gestão da Agência como um todo.

APRIMORAR A DISPONIBILIDADE, QUALIDADE E INTEGRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	Desenvolver e implantar sistemas de informação, com o objetivo de ampliar a eficiência dos processos de trabalho da ANTT. Garantir a existência de atributos de integração de informações entre os diversos sistemas.
ASSEGURAR A TRANSPARÊNCIA ATIVA DA GESTÃO	Prover transparência ativa da gestão, se antecipando às demandas das partes interessadas (sociedade e entes regulados), por meio do acesso às informações sobre a atuação da Agência, oferecendo oportunidade de acompanhar tempestivamente o desenvolvimento suas solicitações, além das ações institucionais e a aplicação dos recursos. Criar mecanismos de coleta, análise e devolutiva das contribuições encaminhadas pelas partes interessadas.
DESENVOLVER E IMPLANTAR A GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	Prospectar, identificar e definir as competências necessárias para que a ANTT alcance suas metas. Desenvolver as competências individuais para que as pessoas possam executar o seu trabalho e agregar valor a si e à ANTT. Propiciar as bases para uma alocação eficaz de recursos humanos.
GARANTIR AMBIENTE ORGANIZACIONAL PROPÍCIO: COMUNICAÇÃO EFETIVA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	Melhorar o clima organizacional, por meio da valorização e motivação do corpo funcional, estimulando a integração entre as diversas unidades organizacionais da ANTT, formando equipes multidisciplinares e interdepartamentais. Fortalecer a comunicação interna, direcionada aos distintos públicos, para disseminação tempestiva de informações relevantes, possibilitando criar sinergias entre as diversas áreas da instituição, com o objetivo de atingir resultados mais efetivos.

Fonte: SUREG

Os Objetivos Estratégicos estabelecidos estão estritamente vinculados às competências legais atribuídas pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, artigos 24 a 26, resultando na convergência de ações para a realização da missão e alcance da visão estabelecidas.

Assim, todos os objetivos constantes dos Planos de Trabalho das Unidades Organizacionais, bem como os indicadores e iniciativas são construídos tendo em vista os objetivos traçados no Mapa Estratégico.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

O quadro “Resultado dos Indicadores Estratégicos para 2015” apresenta as informações relativas ao resultado do ano de 2015 e a seguir sua respectiva análise crítica.

Resultado dos Indicadores Estratégicos - 2015

Objetivo	Indicador	Periodicidade	Fórmula	Resultado 2014*	Meta 2015	Resultado 2015
Missão: Assegurar aos usuários adequada prestação de serviços de transportes terrestres	Percentual de satisfação dos usuários e concessionários	Anual	Média simples de todos os índices de Satisfação Global dos Serviços	68,50	60,74%	68,50 (valor replicado de 2014, posto que a pesquisa não foi aplicada novamente em 2015).
Objetivo: Assegurar a adequada atuação do mercado regulado	Índice de integração da malha ferroviária	Trimestral	$DP + TM (TKU)/TKU$	8,51	8,75	8,37
	Índice de acompanhamento dos serviços concedidos	Trimestral	N° inspeções realizadas / N° inspeções programadas no Plano Anual de Fiscalização Rodoviária) x 100	85,75%	85%	104%
Promover a melhoria contínua da operação e serviços de transportes	Índice de segurança operacional ferroviária	Trimestral	(número ocorrências/milhão trem.km)x10 ³	12,35	15	15,03
	Nível de desempenho da gestão dos serviços de transporte de passageiros	Trimestral	$IDG = 1 - (P1 * RR/VR + P2 * CPAat/CPA + P3 * REGat/REG + P4 * RF/VA)$ RR = qtde reclamações dos serviços regulares; VR = tde viagens programadas dos serv. regulares; RF = qtde reclamações dos serviços fretados; VA = qtde autorizações de viagens emitidas; CPAat = qtde CPA's em atraso; CPA = qtde CPA's em andamento; REGat = qtde regulações em atraso; REG = qtde regulações em andamento;	0,31	0,40	0,26
Promover a eficiência logística (Rodovia/Ferrovia/Multimodalidade/Integração com portos e terminais)	Número de Registros de Operador de Transporte Multimodal	Trimestral	Número absoluto acumulado de registros	491	503	508
Otimizar a participação privada	Volume do investimento privado realizado - ferrovias	Trimestral	Investimento privado no período X / Investimento privado no período X - 1	0,99bi	1,5bi	1,59bi
	Volume do investimento privado realizado - rodovias	Trimestral	Investimento privado no período	5,6bi	0,17bi	1,53bi
Otimizar a participação privada	Movimentação de cargas por ferrovias	Trimestral	Valor em TU movimentado de cargas pelas Concessões de Transporte Ferroviário de Cargas	401,44	115	122
Aperfeiçoar o processo de outorga	Quantidade de estudos realizados - ferrovias	Trimestral	N° de estudos realizados	10		Indicador descontinuado em função da adoção do PMI pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil para o PIL ferrovias a partir de 2015.
	Percentual de estudos realizados - rodovias	Trimestral	$(Estudos\ realizados/estudos\ previstos) \times 100$	100%	60%	100%
Aprimorar os instrumentos de outorga	Quantitativo de contratos de concessão ajustados	Trimestral	número de contratos vigentes revisados (reapetuação).	3	5	0
Aperfeiçoar o marco regulatório	Percentual de cumprimento da Agenda Regulatória	Trimestral	$\sum [(n^{\circ}\ de\ atividades\ concluídas\ no\ período/n^{\circ}\ de\ atividades\ previstas\ para\ serem\ concluídas\ no\ período)] / n^{\circ}\ projetos\ avaliados \times 100$	40,58%	50%	60,15%
	Uso do Formulário de Análise Preliminar de Impacto Regulatório no âmbito da Agenda Regulatória	Trimestral	$(N^{\circ}\ projetos\ concluídos\ no\ âmbito\ da\ Agenda\ Regulatória\ com\ o\ preenchimento\ do\ FAPIR/N^{\circ}\ projetos\ concluídos\ no\ âmbito\ da\ Agenda\ Regulatória) \times 100$	0%		Procedimentos de AIR em revisão no âmbito da ANTT levaram à descontinuidade do indicador
Aperfeiçoar a fiscalização para a efetividade da regulação	Índice de eficiência da fiscalização de excesso de peso	Trimestral	$(N^{\circ}\ de\ fiscalizações\ de\ Excesso\ de\ Peso\ em\ balanças\ seletivas + número\ de\ fiscalizações\ por\ verificação\ de\ peso\ em\ nota\ fiscal) / Quantidade\ de\ fiscais\ lotados\ em\ Postos\ de\ Pesagem\ Veicular$	33.925	25.613	27.077
	Índice de eficiência da fiscalização de TRIP e TRC	Trimestral	$(N^{\circ}\ de\ veículos\ fiscalizados\ no\ TRIP + n^{\circ}\ de\ fiscalizações\ no\ TRC (RNTRC + VP + PEF + TRIC + TRPP)) / quantidade\ de\ fiscais\ lotados\ nas\ COFIS,\ nos\ Postos\ de\ Fiscalização\ de\ Fronteira\ e\ Postos\ de\ Fiscalização\ e\ Atendimento)$	287,59	255,89	273,23

Mitigar assimetria de informações	Grau de implementação do CNSOig	Trimestral	Percentual de informações sistematizadas no projeto CNSOig	25%	50%	Projeto em suspenso por restrição orçamentária
Garantir atualidade tecnológica	Índice de acompanhamento da aplicação de recursos do Desenvolvimento Tecnológico RDT	Anual	30% x Nº de workshop de RDT realizado no ano + 70% x [(Nº de Relatórios de fiscalização in loco de RDT no ano) / (Nº de concessionárias com projeto de RDT aprovado até maio do ano e com atividades sendo iniciadas até novembro do ano)]	96%	90%	92%
Ampliar interação com o mercado regulado, usuários e demais partes interessadas	Nível de atendimento das demandas internas	Trimestral	(Nº de mensagens concluídas no prazo regulamentar do período/Nº total de mensagens cadastradas no período) x 100%	70,33%	80%	79,8%
	Nível de satisfação do usuário no canal da Ouvidoria da ANTT	Trimestral	Nota	88,78%	4	4,89
Consolidar a gestão por resultados	Percentual de conclusão das iniciativas estratégicas	Trimestral	$\frac{\sum[(n^\circ \text{ de atividades concluídas no período}/n^\circ \text{ de atividades previstas para serem concluídas no período})/n^\circ \text{ projetos avaliados} \times 100]}{100}$	Sem apuração em função da revisão das iniciativas iniciada em 2015.		
Aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração das informações	Percentual de execução das ações do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI	Trimestral	Percentual de execução das ações do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI	Em revisão devido à reestruturação do PDTI		
Assegurar a transparência ativa da gestão	Indicador de Processos de Participação e Controle Social	Trimestral	$(N^\circ \text{ de Tomadas de Subsídio } t_n + n^\circ \text{ de Reuniões Participativas } t_n + n^\circ \text{ de Consultas Públicas } t_n + n^\circ \text{ de Audiências Públicas } t_n) / (N^\circ \text{ de Tomadas de Subsídio } t_{n-1} + n^\circ \text{ de Reuniões Participativas } t_{n-1} + n^\circ \text{ de Consultas Públicas } t_{n-1} + n^\circ \text{ de Audiências Públicas } t_{n-1}) \times 100$	133,5%	40%	60%
Desenvolver e implantar a gestão por competências	Percentual de Implantação da Gestão por competências	Trimestral	$[\text{Realizado (d)} / \text{Previsão do Projeto (d)}] \times 100$	Em revisão devido à reestruturação do projeto.		
	Taxa de capacitação de servidores	Trimestral	$(N^\circ \text{ de servidores que alcançaram a meta anual de horas de capacitação}/N^\circ \text{ total de servidores}) \times 100$	51,23%	35%	50,18%
Garantir ambiente organizacional propício	Percentual de implantação das ações de QVT	Semestral	Cumprimento de cronograma	Em revisão devido ao desmembramento das ações previstas no projeto.		

Fonte: SUREG

* Os dados são parciais para o exercício de 2014.

ANÁLISE CRÍTICA

Alguns indicadores relacionados ao desenvolvimento de Iniciativas Estratégicas foram prejudicados pela descontinuidade ou necessidade de revisão desses projetos, são eles: “Percentual de Satisfação dos Usuários e Concessionários”, “Grau de Implementação do CNSOig”, “Percentual de Conclusão das Iniciativas Estratégicas”, “Percentual de Implantação das Ações de QVT”, “Percentual de Implantação da Gestão por Competências” e “Percentual de Execução das Ações do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI”.

O indicador “Nível de Satisfação do Usuário no Canal da Ouvidoria da ANTT” teve uma mudança na fórmula de cálculo e passou a ser medido pela nota dada pelo usuário ao atendimento direto na Unidade de Resposta Audível - URA do callcenter.

O indicador “Quantitativo de Contratos de Concessão Ajustados” refere-se ao processo de repactuação dos contratos de concessões ferroviárias. De acordo com a Resolução nº 4.975/2015, agora as análises devem ser provocadas por um pedido das concessionárias. Como o desempenho do indicador depende do número de pedidos, e esses não podem ser previstos o indicador deverá ser descontinuado após a revisão em andamento.

Observe-se que os resultados apresentados reforçam o argumento do processo de revisão das iniciativas e indicadores em andamento, com conclusão prevista para 2016.

Indicadores do Setor Transportes

O Planejamento Estratégico da ANTT constitui uma parte do Planejamento Estratégico do Setor Transportes. Assim, são acompanhados pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil os indicadores contidos no quadro abaixo.

Em relação às Iniciativas, o Ministério iniciou um processo de escolha das que irão compor o portfólio do Planejamento Estratégico do Setor Transportes, cujo processo de priorização se encontra em curso.

Indicadores Estratégicos da ANTT no Planejamento Estratégico do Setor Transportes/MT

INDICADOR	FAROL	META	REALIZADO
Km de ferrovias concedidos no ano período em análise		1210	0
Extensão da malha ferroviária em operação		2.256	27.509
Km de rodovias concedidos no ano período em análise		1320	13,2
Número de registros de Operador de Transporte Multimodal – OTM*		503	508
Movimentação de cargas por ferrovias		115	122
Percentual de cumprimento da agenda regulatória		50	60,15

Fonte: SUREG

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

As Iniciativas Estratégicas aprovadas pela Deliberação nº 063/2014, e seus respectivos desempenhos, são apresentados conforme quadro abaixo:

Iniciativas Estratégicas do Planejamento Estratégico 2014/2017

	Iniciativas	Percentual de Conclusão em 31/12/2015
1	Gerenciamento das Novas Concessões Rodoviárias Federais – 3ª Etapa	18,7%
2	Implantação das Novas Concessões de Rodovias	6,0%
3	Programa de Investimento em Logística na área de Ferrovias	0,0%
4	Implementação da Agenda Regulatória 2013/2014	100,0%
5	Centro Nacional de Supervisão Operacional - CNSOiG	24,2%
6	Definição do Marco Regulatório para o Serviço de Transporte Ferroviário de Passageiros	0,0%
7	ProPass Brasil – Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros – serviços interestaduais semiurbanos	47,92%
8	Revisão e elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI	100,0%
9	Qualidade de Vida no Trabalho - QVT	9,1%
10	Revisão dos Contratos de Concessões Ferroviárias	28,6%
11	Fiscalização das Ferrovias Federais Concedidas	0,0%
12	Política da Comunicação da ANTT	100,0%
13	Desenvolvimento e Implantação da Gestão por Competências	0,0%

Fonte: SUREG

FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS

O monitoramento do Planejamento Estratégico é realizado por meio dos Ciclos de Avaliação Trimestrais, momento em que são auferidos os resultados dos indicadores e é realizado o acompanhamento das iniciativas estratégicas. O relatório consolidado é apresentado à Diretoria Colegiada e ao público interno.

Os indicadores que não atingem as metas ou as ultrapassam são levados para reflexão acerca das vulnerabilidades que impactaram no alcance dos resultados, o próximo passo é a construção das possíveis soluções.

A um dos diretores é atribuído o acompanhamento do Planejamento Estratégico e Agenda Regulatória de modo a possibilitar uma maior aproximação ante às dificuldades enfrentadas e mapeadas por cada uma das Unidades Organizacionais e as diretrizes da Diretoria. O processo é de extrema importância para o monitoramento dos resultados.

A Auditoria Interna se utiliza dos instrumentos do Planejamento Estratégico e da Agenda Regulatória para acompanhar as atividades desenvolvidas pelas Unidades e os resultados são acompanhados pelo GesANTT. Após a finalização do novo Portal da Gestão Estratégica será possível acompanhar, em tempo real, a execução das iniciativas estratégicas e o resultado dos indicadores.

A Agência monitora a execução dos seus projetos, bem como os resultados, por meio dos Indicadores da Agenda Regulatória e dos Processos de Participação e Controle Social - PPCS supramencionados.

Com o intuito de conferir a devida transparência e no dever de prestar contas, iniciou-se, em 2015, o desenvolvimento de um sistema de gestão estratégica da ANTT, utilizando o Project e Share Point, instrumentos já adquiridos pela ANTT e que vêm sendo desenvolvidos e utilizados por outras áreas que trabalham com gestão de projetos. O Sistema servirá para a gestão interna dos indicadores e iniciativas estratégicas, possibilitando a consulta dos dados a qualquer tempo pelo público interno e externo.

Atente-se para as dificuldades de se institucionalizar e de se consolidar o Planejamento Estratégico em um cenário de constantes mudanças nas diretrizes das políticas públicas. Ademais, a instabilidade econômica em muito tem impactado alguns indicadores como “Volume de investimentos” e “Estudos Realizados”. As Unidades Organizacionais vêm se mostrando bastante envolvidas no processo de revisão dos indicadores e iniciativas, especialmente, quanto à identificação de como os instrumentos de gestão são importantes para a própria condução dos trabalhos, gerenciamento de tempo e resultados esperados. Entretanto, permanece um ambiente em que as atividades urgentes das áreas finalísticas se sobrepõem às funções de planejamento e gestão, especialmente, em função do reduzido quadro de servidores.

Compreendem o conjunto de processos de trabalho, que geram produto ou serviço ao cliente externo, são considerados essenciais à existência da Instituição.

Gestão de Concessão e Permissão

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Concessão e Permissão	Gerir contratos de outorga de passageiros e de infraestrutura rodoviária e ferroviária concedida	Planejamento aprovado	Concessionárias e a Sociedade	Superintendência de Exploração e Infraestrutura Rodoviária – SUINF , Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER e Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS
		Pareceres Técnicos		
		Notas Técnicas		
		Ofícios		
		Memorandos		
		Relatório anual de avaliação		
		Relatório Mensal de acompanhamento da execução contratual de cargas (PTI)		
		Novas metas		
		Atualização do Sistema de acompanhamento e fiscalização do transporte ferroviário – SAFF		
		Tabelas tarifárias atualizadas		
		Resolução do reajuste tarifário		
		Ofício MF/SEAE		
		Projetos aprovados/não aprovados		
		Deliberação de autorização		
		Comunicação da receita alternativa		
Programa de Exploração da Rodovia (PER)				
Cronograma atualizado				
Revisões da Tarifa Básica de Pedágio - TBP				
Proposta de soluções de conflitos e decisões arbitrárias				

Fonte: SUDEG

Gestão da Fiscalização

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão da Fiscalização	Gerenciamento das atividades de fiscalização ao longo do ano. Envolve a elaboração, aprovação, execução e acompanhamento do planejamento mensal de operações e atividades de fiscalização dos transportes ferroviário e rodoviário de cargas e passageiros, e a infraestrutura outorgada. Assim como, a liberação de recursos financeiros para as atividades de fiscalização.	Plano Estruturado de Fiscalização	Gabinete SUFIS, GEFIS, COFIS, Equipes de Fiscalização, GEINT e a Sociedade	GEFIS, Coordenadores Temáticos, Coordenadores de Fiscalização e Gabinete SUFIS.
		Registros relativos às fiscalizações		
		Relatórios periódicos		
		Instruções de serviços		
		Celebração de convênios		
Programações Física e Financeira de operações e rotinas de fiscalização.				

Fonte: SUDEG

Os macroprocessos finalísticos de “Gestão de Concessão e Permissão” e “Gestão de Fiscalização” são tratados como prioritários na Agência, auxiliando no cumprimento de sua missão, qual seja “Assegurar aos Usuários Adequada Prestação de Serviços de Transporte Terrestre”.

O macroprocesso “Gestão de Concessão e Permissão” tem por objeto os contratos de outorga de transporte e de infraestrutura rodoviária e ferroviária, visando garantir condições permanentes de circulação, segurança e conforto no trânsito de veículos e usuários, além da promoção de melhor fluxo de cargas, com maior eficiência e menor custo operacional. Para tanto, realiza o acompanhamento da execução contratual da infraestrutura concedida, por meio da análise e aprovação dos planos de execução e da gestão do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados entre a ANTT e as concessionárias, além de gerenciar os conflitos que ocorrem durante as concessões.

Dentre os produtos e serviços resultantes do processo de Análise e Aprovação dos Planos de Execução Rodoviários, inicial e recorrente, estão o planejamento aprovado dos três primeiros anos e o planejamento anual aprovado. Enquanto no acompanhamento da execução contratual de infraestrutura rodoviária as saídas consistem em pareceres técnicos, notas técnicas, ofícios e memorandos.

Na aprovação dos planos de execução de cargas, com o estabelecimento e a revisão de metas, os produtos gerados são o relatório anual de avaliação, o relatório mensal de acompanhamento da execução contratual de cargas (PTI), novas metas e atualização do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário- SAFF, além das tabelas tarifárias atualizadas, resolução do reajuste tarifário e do ofício MF/SEAE (Ministério da Fazenda/Secretaria e Acompanhamento Econômico).

Quanto à autorização de projetos, dentre os produtos e serviços gerados estão os projetos aprovados ou não aprovados, a deliberação de autorização, a comunicação da receita alternativa e os ofícios às concessionárias.

Já a gestão do equilíbrio econômico-financeiro resulta nas seguintes saídas: Programa de Exploração da Rodovia (PER), com cronograma atualizado, resolução, ofícios e revisões ordinárias e extraordinárias (emergencial) da Tarifa Básica de Pedágio (TBP). Enquanto a gestão de conflitos nas concessões consiste em saída que gera proposta de soluções e decisões arbitradas. Os principais beneficiários (clientes) desse macroprocesso são as concessionárias e, sobretudo, a sociedade. Sendo a Superintendência de Exploração e Infraestrutura Rodoviária – SUINF, a Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transportes Ferroviário de Cargas – SUFER e a Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS as unidades com maior participação no processo.

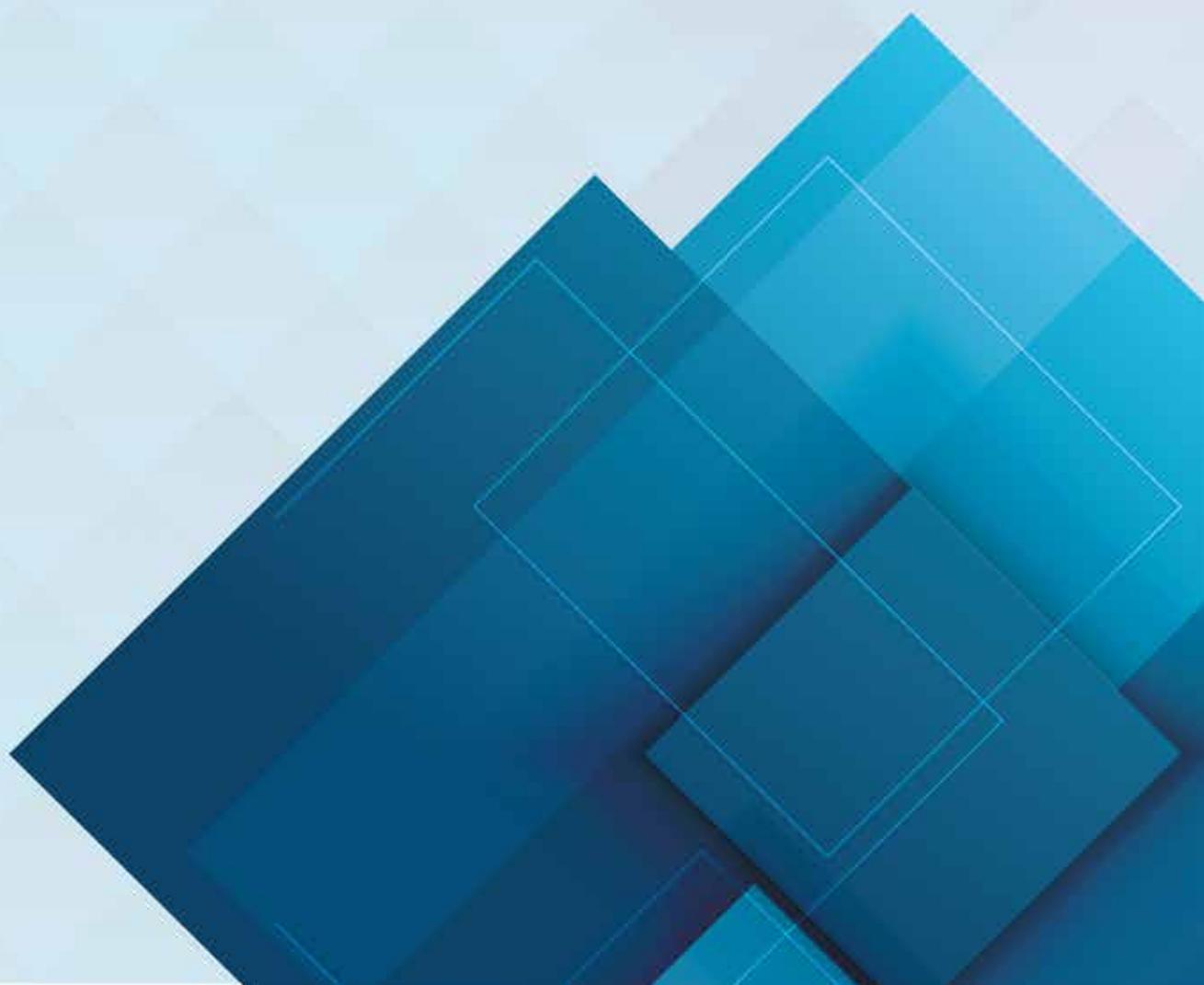
O macroprocesso “Gestão da Fiscalização”, que caracteriza a elaboração e a execução das etapas de fiscalização, contempla os trabalhos de planejamento da fiscalização dos serviços de transportes ferroviário e rodoviário de cargas e de passageiros, e da infraestrutura outorgada. Finda a etapa de planejamento, inicia-se a etapa de execução da fiscalização, tanto no que tange ao transporte de cargas e passageiros, quanto à fiscalização econômico-financeira das empresas concessionárias.

Alguns dos mais relevantes produtos e serviços que resultam desse macroprocesso consistem em um plano estruturado de fiscalização, na emissão de documentos e registros relativos às fiscalizações, em relatórios periódicos e instruções de serviços e na celebração de convênios, tudo isso visando à realização da fiscalização de maneira mais eficiente e eficaz.

Os macroprocessos convergem diretamente para o desenvolvimento do Programa de Investimentos em Logística – PIL, do Governo Federal, que visa ampliar a escala de investimentos públicos e privados em infraestrutura rodoviária e ferroviária. Ademais, auxiliam no alcance de grande parte dos objetivos estratégicos da ANTT, apresentados em seu Mapa Estratégico, como “Assegurar a Adequada Atuação do Mercado Regulado”, “Promover a Melhoria Contínua da Operação e Serviços de Transportes” e “Aperfeiçoar a Fiscalização para a Efetividade da Regulação”.



CONCESSÕES RODOVIÁRIAS



CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Em meados dos anos 90, o Brasil iniciou o programa de concessões de rodovias federais com o objetivo de oferecer vias de transporte capazes de prestar serviço de melhor qualidade aos usuários. Desse modo, houve a transferência da gestão de parte da malha rodoviária à iniciativa privada como forma alternativa de investimentos.

O programa de concessão rodoviária está estruturado em três etapas. Atualmente, o Governo Federal administra 21 concessões rodoviárias, totalizando 9.969,6 km.

A Primeira Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais é composta por seis trechos, perfazendo uma extensão total de 1.315,9 km.

Com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Segunda Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, em sua Fase I, abrange 2.624,4 km, englobando sete trechos rodoviários. Já a Fase II compreende a concessão de um trecho rodoviário com a extensão de 680,6 km.

Em 2013, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) assinou com as concessionárias da Segunda Etapa, oito Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) para execução das obras com cronogramas em atraso. Com isso, foi acordada a realização de 571 obras nas oito concessões da Segunda Etapa – Fases I e II. Das 199 obras em andamento em 2015, 76 foram finalizadas, totalizando 393 obras concluídas. Essas obras resultarão em uma melhora significativa da fluidez nas rodovias federais concedidas, além das melhorias nas condições de segurança.

A Terceira Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais, também integrante do PAC, está dividida em três fases, com extensão total de 7.313,3 km, que contempla 5.348,7 km já concedidos e 1.964,6 km em fase de análise e estudo.

Em agosto de 2012, foi lançado o Programa de Investimentos em Logística (PIL) que passou a contemplar nove trechos referentes às Fases I e III da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. Ressalta-se que o trecho contemplado na Fase II teve o seu leilão realizado em janeiro de 2012 e, portanto, não fez parte do PIL.

As principais características do PIL envolvem realização de estudos ambientais pelo Governo Federal como forma de agilizar o processo de licenciamento ambiental, seleção do concessionário pela menor tarifa de pedágio ofertada, investimentos concentrados nos primeiros cinco anos da concessão (grandes extensões de duplicações - mais de dois mil quilômetros, contornos, passarelas, travessias, acessos, contornos e obras de arte especiais), tráfego urbano não pedagiado e início da cobrança de pedágio somente após a conclusão da duplicação de 10% da rodovia, conforme previsto no Programas de Exploração de Rodovias (PER).

As empresas concessionárias de rodovias federais devem cumprir uma gama de obrigações previstas nos contratos de concessão e nos PER, bem como orientar esforços para atingir parâmetros pré-estabelecidos de desempenho para os elementos físicos e operacionais. Com base nesses parâmetros são obrigatórias intervenções ao longo de todo o período de concessão, tais como: recuperação, operação, manutenção, conservação, monitoramento e melhoramentos.

No ano de 2014, também no âmbito do PIL, empresas interessadas em elaborar estudos para concessões de quatro novos trechos puderam apresentar Propostas de Manifestação de Interesse (PMI). As empresas habilitadas foram autorizadas pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MT) para elaborar estudos que abrangem atividades de engenharia, operação, meio ambiente, modelagem econômico-financeira, além de apoio na elaboração de minutas de documentos, em conformidade com o Termo de Referência disponibilizado para cada Edital de Chamamento. Em 2015, esses estudos se encontravam em fase final de ajuste, com previsão de realização dos leilões em 2016. Os trechos contemplados são:

- BR-163/230/MT/PA, Entroncamento MT-220 – Porto de Miritituba/PA (976,0 km);
- BR-364/060/MT/GO, Rondonópolis/MT – Jataí/GO – Goiânia/GO (703,7 km);
- BR-364/365/GO/MG, Jataí/GO – Divisa GO/MG – Uberlândia/MG (437,0 km);

- BR-476/153/282/480/PR/SC, Lapa/PR – Irani/SC – Chapecó/SC (398,9 km).

Ainda em 2015, o Governo Federal lançou a Segunda Etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL) contemplando 11 lotes rodoviários distribuídos por 11 estados brasileiros. Na sequência, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil publicou os respectivos editais de chamamento público, autorizando que empresas privadas promovessem novos estudos técnicos e de viabilidade. Tais estudos, que serão apresentados em 2016, serão utilizados nas modelagens de potenciais concessões nos trechos a seguir discriminados, que totalizam 4.552,1 km:

- BR-101/BA, Gandú/BA – Entroncamento BR-324 (próximo à Feira de Santana) (199,4 km);
- BR-262/381/MG/ES, Entroncamento BR-101/ES – João Monlevade/MG – Belo Horizonte/MG (485,9 km);
- BR-267/MS, Entroncamento BR-163 (Nova Alvorada do Sul/MS) – Divisa MS/SP (Presidente Epitácio/SP) (249,3 km);
- BR-262/MS, Entroncamento BR-163 (Campo Grande/MS) – Divisa MS/SP (Três Lagoas/MS) (326,8 km);
- BR-101/232/PE, novo arco metropolitano de Recife, BR-101: Divisa PB/PE – Divisa PE/AL e BR-232: Entroncamento BR-101 (Recife/PE) – Cruzeiro do Nordeste/PE (564,5 km);
- BR-101/493/465/RJ/SP, BR-101: Entroncamento BR-465 (B)/RJ-071/097 (Santa Cruz) – Praia Grande, no município de Ubatuba/SP; BR-465, Entroncamento BR-101 – Entroncamento BR-116; e BR-493: Entroncamento BR-101 – Entroncamento BR-040/116 (B) (356,9 km);
- BR-101/116/290/386/RS; BR-101: Divisa RS/SC – Osório/RS; BR-116: Entroncamento BR-290 (B) (para Arroio dos Ratos) – Entroncamento BR-470/RS-350 (para Camaquã); BR-290: Osório/RS – Entroncamento BR-116 (para Guaíba) e BR-386: Entroncamento BR-116 (B)/290 (Porto Alegre) – Entroncamento BR-377 (A) (para Carazinho) (581,3 km);
- BR-101/SC, Ponte sobre o Rio da Madre – Divisa SC/RS (220,0 km);
- BR-280/SC, Porto de São Francisco do Sul – Divisa SC/PR (306,6 km);
- BR-470/282/SC, BR-470: Navegantes/SC – Divisa SC/RS e BR-282: Entroncamento BR-470 (Campos Novos) – Entroncamento BR-153 (Irani) (455,1 km);
- BR-364/RO/MT, Entroncamento BR-174 (A) (Comodoro/MS) – Porto Velho (acesso Ulisses Guimarães) (806,3 km);

Cabe destacar que um segmento da BR-101/RJ - Ponte Rio-Niterói foi novamente licitado, no âmbito do PIL, pelo leilão realizado em março e o contrato foi assinado em maio de 2015. O novo contrato permitiu a redução da tarifa, com deságio de 36,67% e a inclusão de novas obras nos sistemas viários adjacentes, como a alça de ligação da Ponte com a Linha Vermelha, a Avenida Portuária que propiciará a ligação com a Avenida Brasil e o mergulhão na Avenida Feliciano Sodré, em Niterói, no estado do Rio de Janeiro.

O término do contrato anterior e início do novo ocorreu com uma transição pacífica e praticamente imperceptível aos usuários. A exceção do valor tarifário que foi reduzido, os usuários não tiveram descontinuidade dos serviços prestados, o que é de extrema importância devido ao alto fluxo de veículos e importância ao estado do Rio de Janeiro.

O incremento da prestação de serviços operacionais aos usuários (serviços de socorro médico e mecânico) e a execução de mais 259,8 km de obras de duplicação em 2015, nas rodovias federais concedidas, são importantes avanços percebidos pelo cidadão.

Rodovias	Trechos	Extensão
BR-116/RJ/SP (NOVA DUTRA)	Rio de Janeiro – São Paulo	402,0 Km
BR-101/RJ (PONTE)	Ponte Rio – Niterói	13,2 Km
BR-040/MG/RJ (CONCER)	Rio de Janeiro – Juiz de Fora	179,9 Km
BR-116/RJ (CRT)	Rio de Janeiro – Teresópolis – Além Paraíba	142,5 Km
BR-290/RS (CONCEPA)	Osório – Porto Alegre	121,0 Km
BR-116/293/RS (ECOSUL)	Polo de Pelotas	457,3 Km
BR-116/PR/SC (AUTOPISTA PLANALTO SUL)	Curitiba – Div. SC/RS	412,7 Km
BR-116/376/PR e BR 101/SC (AUTOPISTA LITORAL SUL)	Curitiba – Palhoça	405,9 Km
BR-116/SP/PR (AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT)	São Paulo – Curitiba (Régis Bittencourt)	401,6 Km
BR-381/MG/SP (AUTOPISTA FERNÃO DIAS)	Belo Horizonte – São Paulo (Fernão Dias)	562,1 Km
BR-101/RJ (AUTOPISTA FLUMINENSE)	Ponte Rio – Niterói – Div. RJ/ES	320,1 Km
BR-153/SP (TRANSBRASILIANA)	Div. MG/SP – Div. SP/PR	321,6 Km
BR-393/RJ (RODOVIA DO AÇO)	Div. MG/RJ – Entr. BR-116 (Dutra)	200,4 Km
BR-116/324/BA e BA-526/528 (VIABAHIA)	Div. BA/MG – Salvador – Acesso à Base Naval de Aratu	680,6 km
BR-101/ES/BA (ECO-101)	Entr. com a BA-698 (acesso a Mucuri) – Divisa ES/RJ	475,9 Km
BR-040/DF/GO/MG (VIA 040)	De Brasília/DF a Juiz de Fora/MG	936,8 km
BR-153/TO/GO (CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS GALVÃO BR 153)	Trecho Anápolis/GO (BR-060) até Aliança do Tocantins/TO (TO-070)	624,8 Km
BR-050/GO/MG (MGO RODOVIAS)	Do entroncamento com a BR-040, em Cristalina/GO até a divisa MG/SP (município de Delta/MG)	436,6 Km
BR-163/MT (CONCESSIONÁRIA ROTA DO OESTE)	Trecho de 822,8 Km na BR-163 e 28,1 Km na MT-407 (início na divisa com o estado do MS e término no Km 855,0 no entroncamento com a MT-220)	850,9 Km
BR-163/MS (CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA SUL MATOGROSSENSE – MS VIA)	BR-163/MS - Início na divisa com o estado do MT e término na divisa com o PR	847,20 Km
BR-060/153/262/DF/GO/MG (CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS CENTRAIS DO BRASIL – CONCEBRA)	BR-060 e BR-153 do DF até a divisa MG/SP e BR-262, da BR-153/MG à BR-381/MG	1.176,5 Km
TOTAL		9.969,6 Km

FISCALIZAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL DAS CONCESSÕES

A fiscalização dos Contratos de Concessão das Rodovias Federais sob responsabilidade da ANTT foi realizada em função dos parâmetros de desempenho especificados nos respectivos Contratos de Concessão e em conformidade com os planejamentos anuais apresentados pelas concessionárias, nos quais constam as programações de obras e serviços a serem executados ao longo de cada mês.

Para a fiscalização dos serviços executados pelas concessionárias, consideram-se os Relatórios Técnico-Operacionais e Físico – RETOF, bem como os relatórios de monitoração dos diversos elementos da rodovia, apresentados pelas Concessionárias. Subsidiariamente, as empresas supervisoras, contratadas pela ANTT, realizaram monitoração dos parâmetros de desempenho, por amostragem.

Foram realizadas diversas ações de fiscalização em cumprimento ao Plano Anual de Fiscalização. Entre janeiro e dezembro de 2015, foram efetuadas 657 (seiscentas e cinquenta e sete) ações de fiscalização nas Rodovias Federais Concedidas.

Como resultado das atividades da Fiscalização foram emitidos 12.245 (doze mil e duzentos e quarenta e cinco) Termos de Registro de Ocorrência – TRO, que são avisos de inadequações com prazo de correção previsto em dispositivo regulatório. No mesmo exercício, foram lavrados 133 (cento e trinta e três) Autos de Infração – AI e 148 (cento e quarenta e oito) Notificações de Infração – NI, todos relativos a defeitos e inconformidades verificados nas rodovias ou nos relatórios de monitoração ou inexecuções de obras e serviços.

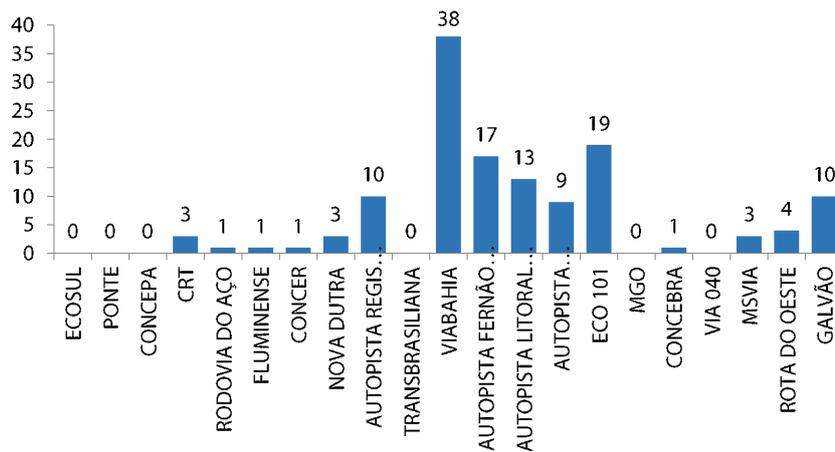
Foram ainda autuados 273 (duzentos e setenta e três) Processos Administrativos Simplificados – PAS para apuração de infração e aplicação de penalidades por descumprimento contratual. Posteriormente, as inconformidades foram solucionadas pelas Concessionárias, mas a correção da infração não eximiu a aplicação da penalidade, assim os PAS prosseguiram o rito processual normal.

As tabelas e gráficos a seguir apresentam os dados acima, por concessionária, por km e por elemento do sistema rodoviário.

Termos de registro de Ocorrência - TRO/2015

PONTE	0
CONCER	196
CRT	159
CONCEPA	77
NOVA DUTRA	235
RODOVIA DO AÇO	373
ECOSUL	462
AUTOPISTA FLUMINENSE	466
VIABAHIA	573
TRANSBRASILIANA	968
AUTOPISTA LITORAL SUL	2013
AUTOPISTA FERNÃO DIAS	1026
AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT	2437
AUTOPISTA PLANALTO SUL	1581
ECO 101	740
MGO	41
CONCEBRA	190
VIA 040	210
MSVIA	255
ROTA DO OESTE	234
GALVÃO	9

Autos de Infração - 2015

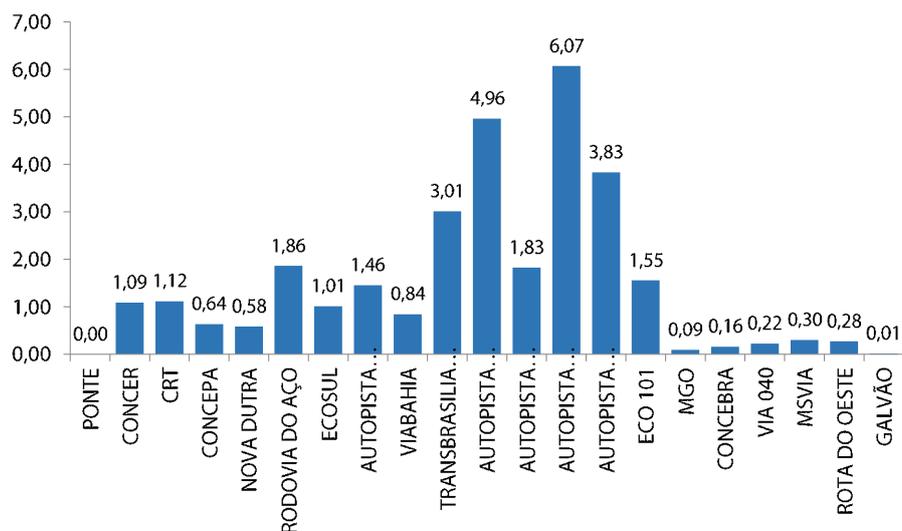


Notificação de Infração - NI/2015

ECOSUL	6
PONTE	1
CONCEPA	1
CRT	3
RODOVIA DO AÇO	3
FLUMINENSE	1
CONCER	4
NOVA DUTRA	3
AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT	19
TRANSBRASILIANA	8
VIABAHIA	13
AUTOPISTA FERNÃO DIAS	10
AUTOPISTA LITORAL SUL	13
AUTOPISTA PLANALTO SUL	28
ECO101	6
MGO	0
CONCEBRA	1
VIA 040	2
MSVIA	0
ROTA DO OESTE	0
GALVÃO	26

Fonte: SUINF

TRO/km - 2015

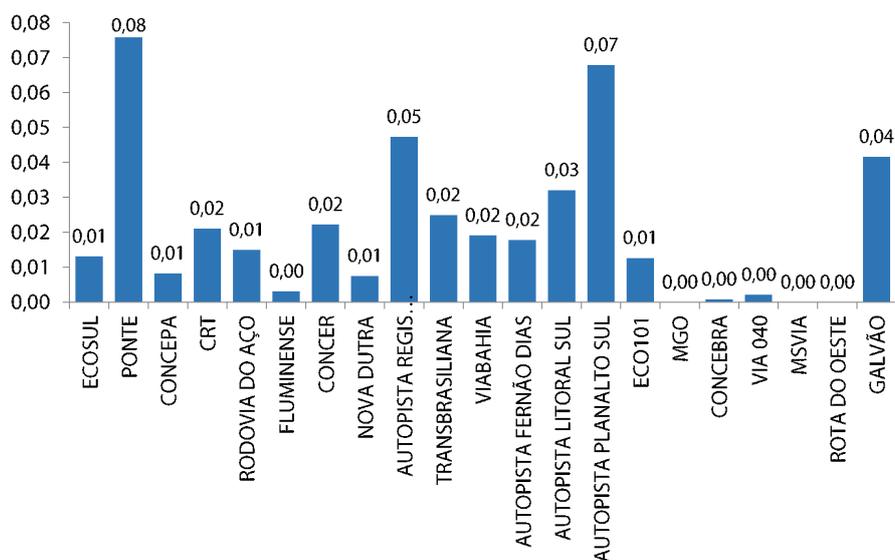


AI/km - 2015

ECOSUL	0,00
PONTE	0,00
CONCEPA	0,00
CRT	0,02
RODOVIA DO AÇO	0,00
FLUMINENSE	0,00
CONCER	0,01
NOVA DUTRA	0,01
AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT	0,02
TRANSBRASILIANA	0,00
VIABAHIA	0,06
AUTOPISTA FERNÃO DIAS	0,03
AUTOPISTA LITORAL SUL	0,03
AUTOPISTA PLANALTO SUL	0,02
ECO 101	0,04
MGO	0,00
CONCEBRA	0,00
VIA 040	0,00
MSVIA	0,00
ROTA DO OESTE	0,00
GALVÃO	0,02

Fonte: SUINF

NI/km - 2015

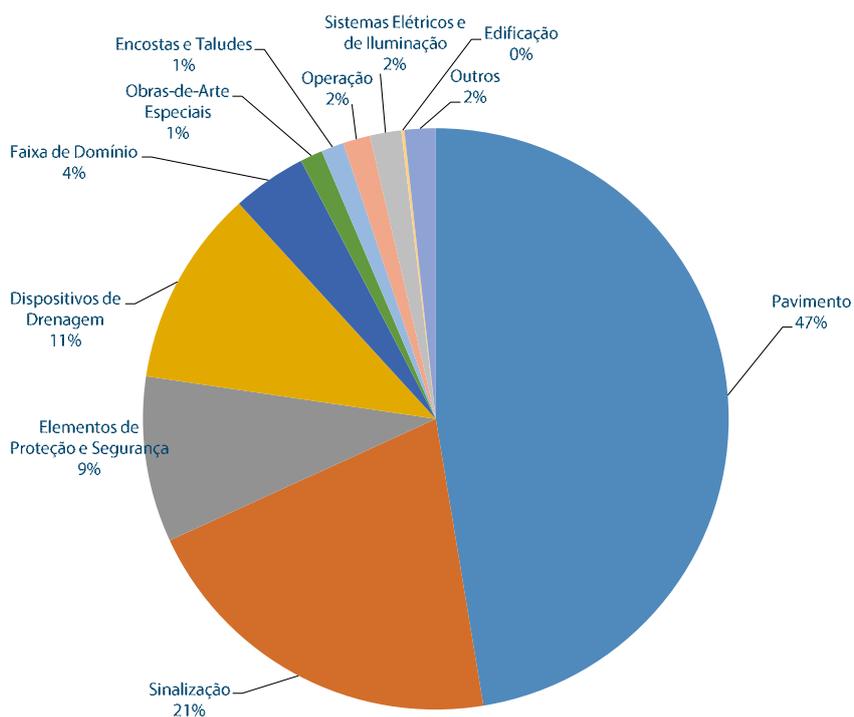


TRO/Elementos - 2015

Pavimento	5804
Sinalização	2539
Elementos de Proteção e Segurança	1128
Dispositivos de Drenagem	1338
Faixa de Domínio	504
Obras-de-Arte Especiais	152
Encostas e Taludes	153
Operação	184
Sistemas Elétricos e de Iluminação	212
Edificação	21
Outros	210

Fonte: SUINF

TRO/Elementos - 2015

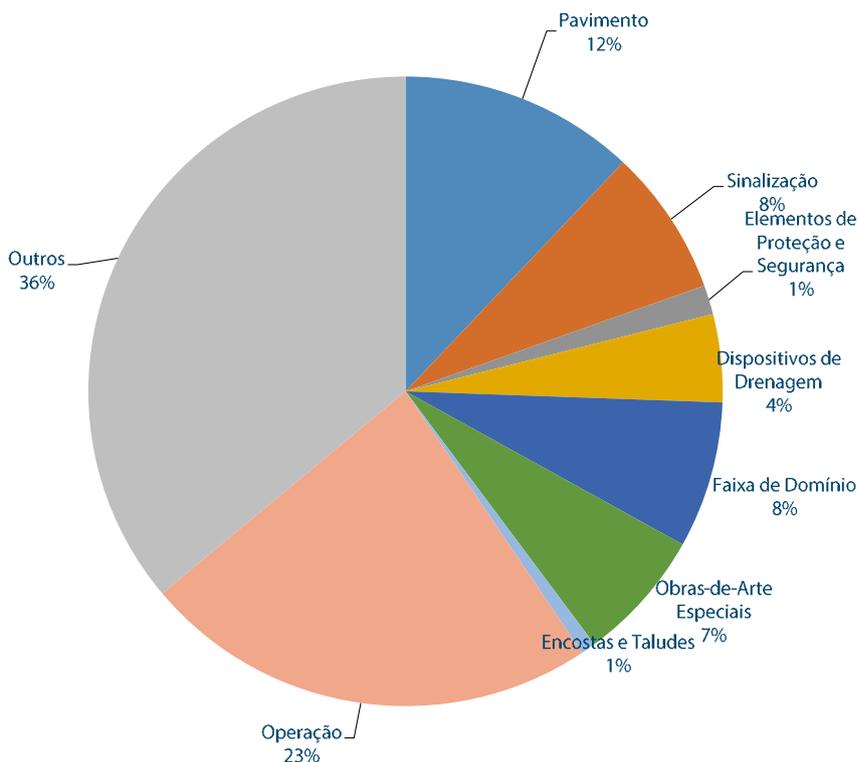


AI/Elementos - 2015

Pavimento	16
Sinalização	10
Elementos de Proteção e Segurança	2
Dispositivos de Drenagem	6
Faixa de Domínio	10
Obras-de-Arte Especiais	9
Encostas e Taludes	1
Operação	31
Outros	48

Fonte: SUINF

AI/Elementos - 2015



PRINCIPAIS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

1. BR-050/GO/MG

Em 06 de fevereiro de 2015, a Comissão de Vistoria verificou o cumprimento da fase Trabalhos Iniciais. Após a conclusão das obrigações previstas para a fase e a implantação de 10% (dez por cento) da extensão total das obras de duplicação previstas no PER, através da Resolução ANTT nº 4.652, de 01 de abril de 2015, publicada no DOU em 02 de abril de 2015, a Diretoria da ANTT autorizou o início da cobrança de pedágio da BR-050/GO/MG - Entroncamento com a BR-040 (Cristalina/GO) - Divisa MG/SP sob Concessão da MGO Rodovias, a partir de 12 de abril de 2015.

2. BR-060/153/262/DF/GO/MG

Em 02 de abril de 2015, a Comissão de Vistoria verificou o cumprimento da fase Trabalhos Iniciais. Após a conclusão das obrigações previstas para a fase e a implantação de 10% (dez por cento) da extensão total das obras de duplicação previstas no PER, através da Resolução ANTT nº 4.747, de 11 de junho de 2015, publicada no DOU em 17 de junho de 2015, a Diretoria da ANTT autorizou o início da cobrança de pedágio da BR-060/153/262/DF/GO/MG sob Concessão da CONCEBRA - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S. A., a partir de 27 de junho de 2015.

3. BR-163/070/MT

Em 17 de abril de 2015, a Comissão de Vistoria verificou o cumprimento da fase Trabalhos Iniciais. Após a conclusão das obrigações previstas para a fase e a implantação de 10% (dez por cento) da extensão total das obras de duplicação previstas no PER, através da Resolução ANTT nº 4.811, de 26 de agosto de 2015, publicada no DOU em 27 de agosto de 2015, a Diretoria da ANTT autorizou o início da cobrança de pedágio, da BR-163/MT - BR-163 e MT-407 do MS até o entroncamento com a MT-220 sob Concessão da CRO – Concessionária Rota do Oeste S. A., a partir de 06 de setembro de 2015.

4. BR-163/MS

Em 06 de maio de 2015, a Comissão de Vistoria verificou o cumprimento da fase Trabalhos Iniciais. Após a conclusão das obrigações previstas para a fase e a implantação de 10% (dez por cento) da extensão total das obras de duplicação previstas no PER, através da Resolução ANTT nº 4.826, de 03 de setembro de 2015, publicada no DOU em 04 de setembro de 2015, a Diretoria da ANTT autorizou o início da cobrança de pedágio da BR-163/MS - Início na divisa com o estado do MT e término na divisa com o PR sob Concessão da MS VIA – Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S. A., a partir de 14 de setembro de 2015.

5. BR-040/DF/GO/MG

Em 19 de junho de 2015, a Comissão de Vistoria verificou o cumprimento da fase Trabalhos Iniciais. Após a conclusão das obrigações previstas para a fase e a implantação de 10% (dez por cento) da extensão total das obras de duplicação previstas no PER, através da Resolução ANTT nº 4.787, de 17 de julho de 2015, publicada no DOU em 20 de julho de 2015, a Diretoria da ANTT autorizou o início da cobrança de pedágio da BR-040/DF/GO/MG - Trecho Brasília-DF - Juiz de Fora-MG sob Concessão da Via 040 – Concessionária BR 040 S. A., a partir de 30 de julho de 2015.

6. BR-153/GO/TO

Em 02 de dezembro de 2015, a Comissão de Vistoria realizou a vistoria em campo para verificação dos parâmetros de desempenho previstos no PER. A Comissão verificou o não cumprimento da fase Trabalhos Iniciais no trecho Anápolis/GO (BR-060) até Aliança do Tocantins/TO (TO-070) sob Concessão da Concessionária de Rodovias Galvão BR 153 SPE S.A., com a consequente notificação desta Concessionária referente às inconformidades detectadas para a realização das devidas correções.

7. BR-101/RJ – Ponte Rio-Niterói

Em 18 de maio de 2015, a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – ECOPONTE assinou o Contrato de Concessão do trecho de 13,2 km, compreendido pela Ponte Rio-Niterói e respectivos acessos, com prazo de concessão de 30 anos. Por meio da Resolução ANTT nº 4.706, de 26 de maio de 2015, publicada no DOU em 27 de maio de 2015, a Diretoria da ANTT autorizou o início da cobrança da Rodovia BR-101/RJ, trecho acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), sob concessão da Concessionária ponte Rio-Niterói S.A. – ECOPONTE, a partir de 1º de junho de 2015.

8. Manual de Fiscalização

Iniciou-se uma revisão aprofundada do Manual de Fiscalização de 2015, pelo grupo de Trabalho instituído pela Portaria DG/ANTT nº 353, de 04 de agosto de 2015. A análise realizada pelo Grupo de Trabalho, que tem o objetivo de padronizar e aperfeiçoar o procedimento sancionatório de Concessão de Rodovia, estava com conclusão prevista para 04 de novembro de 2015. Entretanto, prorrogou-se o prazo para conclusão dos trabalhos por mais 90 (noventa) dias.

USO E OCUPAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO

Durante o ano de 2015, foram publicadas 337 Portarias da SUINF com autorizações de uso e ocupação das faixas de domínio, todas referentes a autorizações originárias, de modo que é possível verificar um elevado aumento na média anual, de aproximadamente 63%, considerando somente esse tipo de autorização, uma vez que foram publicadas 206 durante o ano de 2014.

GESTÃO DOS CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO DAS RODOVIAS CONCEDIDAS

- Acompanhamento dos Convênios com a PRF

Este convênio visa, por meio de recursos fornecidos pelas Concessionárias, ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal necessário à execução dos serviços de policiamento e apoio à fiscalização nas rodovias que compõem a 1ª Etapa, 2ª Etapa, fases I e II e 3ª Etapa, fases I e III de Concessões.

Os recursos serão utilizados para aquisição de materiais, equipamentos e serviços de manutenção e recuperação de veículos, equipamentos de informática, aparelhos e instrumentos de fiscalização, equipamentos de telefonia e comunicação, dispositivo de sinalização viária, algemas, lanternas, trenas, coletes de proteção balística, cassetetes, bastões retráteis, botas, capacetes, luvas, serviços de manutenção de bens, serviço de limpeza e conservação predial, locação de bens e seguro de veículos.

- Revisão dos Programas de Exploração das Rodovias

Foram concluídas as análises das Propostas de Revisão dos PERs, apresentadas pelas Concessionárias de Rodovias Federais, com a elaboração de 43 Notas Técnicas, submetidas à Diretoria da ANTT para apreciação.

Nas Notas Técnicas, foram propostas as alterações nos cronogramas físico-financeiro das obras e serviços previstos, as alterações dos textos do PER, bem como as respectivas justificativas técnicas.

Com o objetivo de ampliar a transparência das informações aos usuários, são atualizados os textos dos Programas de Exploração das Rodovias, considerando-se as últimas revisões aprovadas, as quais são disponibilizadas no site da ANTT (http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/5261/Concessoes_Rodoviaras.html).

- Análise das inexecuções referentes ao Ano Concessão Anterior

Foram concluídas as análises das inexecuções das Concessionárias de Rodovias Federais em relação às obrigações estabelecidas nos Programas de Exploração das Rodovias – PER, em 2015, as quais resultaram na postergação dos cronogramas de obras e serviços obrigatórios dos Contratos de Concessão.

Destacamos que a análise das inexecuções foi realizada utilizando as informações dispostas nos relatórios das obras executadas no Ano Concessão Anterior, apresentados pelas Concessionárias e pelas Coordenações de Infraestrutura das Unidades Regionais (URMG, URSP, URBA, URRJ e URRS).

Foram concluídas as análises das Propostas de Inexecução das Concessionárias de Rodovias Federais, com a elaboração de 35 Pareces Técnicos.

- Análise e aprovação dos planejamentos anuais

O Planejamento Anual tem por objetivo a definição de um programa de obras e serviços a serem executados e acompanhados pelas equipes de fiscalização e de gestão dos Contratos de Concessão.

Cabe esclarecer que é por meio do Planejamento Anual que a Concessionária apresenta sua programação, distribuída mensalmente, para execução das obras previstas no Programa de Exploração da Rodovia em determinado ano da Concessão.

Foram analisadas as propostas de Planejamento Anual apresentadas por 20 Concessionárias para o ano de 2015. Após os esclarecimentos fornecidos por elas, e após as correções realizadas, as propostas foram aceitas pela ANTT.

- Decretos Expropriatórios

As propostas de Declaração de Utilidade Pública são apresentadas pelas Concessionárias e geram processos administrativos, que tramitam não somente no âmbito da Agência, mas também no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e na Casa Civil da Presidência da República, antes da expedição dos Decretos Presidenciais.

Desde a abertura dos processos até a publicação dos Decretos Presidenciais, as propostas passam por análises pela

área técnica e jurídica da ANTT, sendo que o encaminhamento das propostas ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil pressupõe a aprovação pela Diretoria Colegiada da Agência, por meio da publicação de Deliberações.

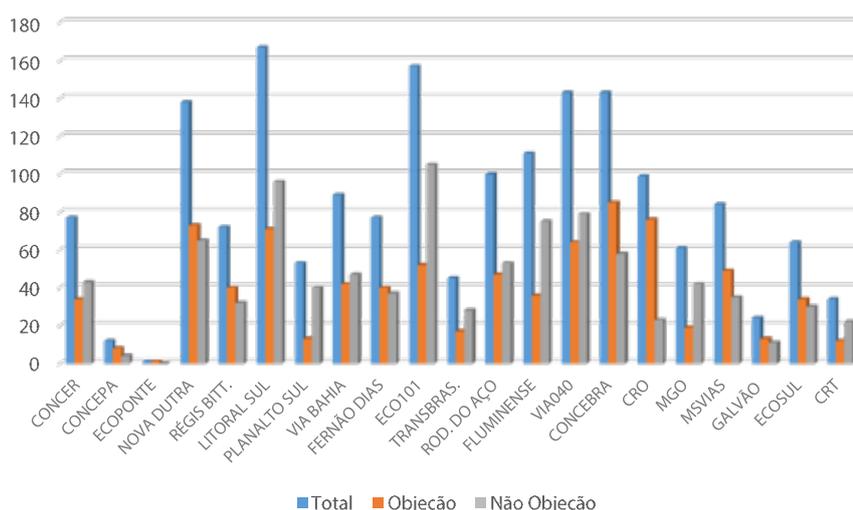
As análises técnicas geraram, durante o ano de 2015, 102 Pareceres Técnicos, tendo sido encaminhadas, ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, 124 propostas de Declaração de Utilidade Pública, referentes a áreas cuja desapropriação se faz necessária para a execução de obras nas Rodovias Federais Concedidas. Durante o período, 86 Decretos Presidenciais foram publicados a partir de propostas encaminhadas.

- Análise de Projetos Executivos

Deve-se destacar que em 2015, por meio da alteração do Regimento da Agência, foi criada a Gerência de Projetos de Rodovias – GEPRO tendo como atividade central analisar e avaliar estudos e projetos de obras e/ou serviços de engenharia no âmbito das outorgas para exploração da infraestrutura rodoviária.

Essa resolução representou um marco pois firmou a posição da Agência no que se refere à importância das análises de projetos de rodovias, possibilitando melhor organizar e padronizar os procedimentos de análise de projetos o que culminou em maior eficiência no que se refere às respectivas análises. Durante o ano de 2015, foram gerados 1.751 Relatórios de Análise de Projetos, dos quais 925 foram emitidos com pareceres favoráveis a aprovação dos projetos.

Total de Projetos Protocolados em 2015



FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Acompanhamento Econômico-Financeiro visa à análise do desempenho econômico-financeiro das Concessionárias de Rodovias Federais, retratando a situação atual, sua evolução e tendências, trazendo transparência e previsibilidade ao Poder Concedente e aos usuários, além de prover maior conhecimento dos setores regulados pela ANTT, refletindo na verificação da capacidade das concessionárias de rodovias federais em manter a adequada prestação do serviço público confiado ao parceiro privado. Tal procedimento busca dar subsídio e padronização no levantamento e consolidação de informações para a análise em diversos temas em curso na ANTT, como a apreciação de pleitos de constituição de garantia em captação de recursos, financiamentos ou emissão de títulos e valores imobiliários pelas companhias que administram as Rodovias Federais, além da mensuração da estrutura de capital e da base de remuneração das concessionárias de rodovias no processo de revisão de suas tarifas de referência.

Mais que isso, é acompanhado o planejamento econômico-financeiro apresentado pelas Empresas, avaliando a atratividade do setor, o nível de alavancagem, estrutura de capital e rentabilidades experimentados pelas Companhias que investem no Setor. Paralelamente à fiscalização das cláusulas de natureza econômico-financeira, acompanhamos

o desempenho econômico e financeiro das companhias que compõem o Setor Regulado, verificando mensalmente o cronograma e o planejamento econômico da concessão, dotado dos investimentos previstos e realizados, das receitas de pedágio auferidas, custos realmente incorridos, nível de alavancagem e retorno financeiro dos investimentos realizados. Em suma, acompanhamos a saúde financeira das empresas concessionárias, resguardando a continuidade e a prestação adequada do serviço público, prezando ainda pela atratividade, eficiência e sustentabilidade do Setor Produtivo tutelado pela Agência.

Vale frisar que as duas principais fontes de recursos financeiros de um empreendimento são procedentes: (i) do aporte de Capital dos acionistas, e (ii) de recursos de terceiros oriundos de instituições financiadoras. Ambos os casos são objeto de fiscalização e autorização por parte da ANTT e, portanto, faz-se necessária a devida manifestação favorável pela área técnica responsável.

- Fiscalização Financeira Ordinária

A Fiscalização Financeira visa, fundamentalmente, à verificação do cumprimento, por parte das detentoras de outorgas, das condições avençadas nos editais de licitação, contratos de outorga e demais normas legais aplicáveis, no que tange às cláusulas econômico-financeiras. Extraordinariamente, a Fiscalização Financeira poderá ter como finalidade a apuração de acontecimentos supervenientes ou fatos relevantes provenientes de demandas específicas internas ou externas à Agência.

O procedimento segue o estabelecido na Portaria nº 312/2009 do Diretor-Geral da ANTT, bem como no Manual de Fiscalização e no Plano Anual de Fiscalização Financeira. Realizada anualmente, tem por base os documentos e informações encaminhados pelas concessionárias à ANTT e visa atestar a conformidade das empresas reguladas em relação às condições avençadas nos editais de licitação, contratos de outorga e demais normas e regulamentos aplicáveis, no que tange aos aspectos econômico-financeiros.

Como resultado, é possível: antecipar contingências regulatórias; agregar transparência e previsibilidade; identificar possíveis infrações contratuais e a consequente apuração das irregularidades e propondo, assim, melhorias; atestar a regularidade das outorgas, a partir das verificações realizadas pela fiscalização.

O Atestado de Regularidade Contratual dos Aspectos Econômico-Financeiros é emitido, tomando por referência o Manual de Fiscalização Financeira do Setor, no qual consta a metodologia utilizada para análise das obrigações, assim como os itens de verificação que integram a base pela qual se constata a situação de regularidade de cada concessionária.

Consta desse Atestado, para cada concessionária, a condição de REGULAR ou REGULAR COM RESSALVAS, sendo emitido como REGULAR somente quando a fiscalizada for considerada adimplente em todos os itens de verificação aplicáveis. A situação REGULAR COM RESSALVAS refere-se apenas aos casos em que não for possível a análise do item de verificação por força de questões formais, alheias à ação deliberada da fiscalizada, tais como a suspensão administrativa ou judicial de exigibilidade do item, ou a impossibilidade comprovada de obtenção de documentos obrigatórios. Caso a fiscalizada seja considerada como IRREGULAR em qualquer item de verificação, não será emitido o Atestado.

No ano de 2015, o procedimento abrangeu um total de 21 concessionárias de rodovias federais concedidas. Além disso, acompanhamos o processo de implementação do cadastro e registro, por parte das Concessionárias vencedoras dos certames licitatórios da 3ª Etapa de Concessões Rodoviária, junto às autoridades fiscais, municipais, estaduais e federais.

- Inspeções Econômico-Financeiras

Trata-se de inspeção utilizada para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer necessidades processuais ou apurar fatos que exijam uma vistoria mais detida e objetiva. Como resultado dessa regular fiscalização ordinária, foram identificados alguns procedimentos que exigiam vistoria mais detalhada. O previsto para 2016 é a realização

de seis inspeções econômico-financeiras em concessionárias de rodovias.

Durante essas inspeções, é possível aprofundar as informações necessárias à atestação da regularidade contratual das outorgas.

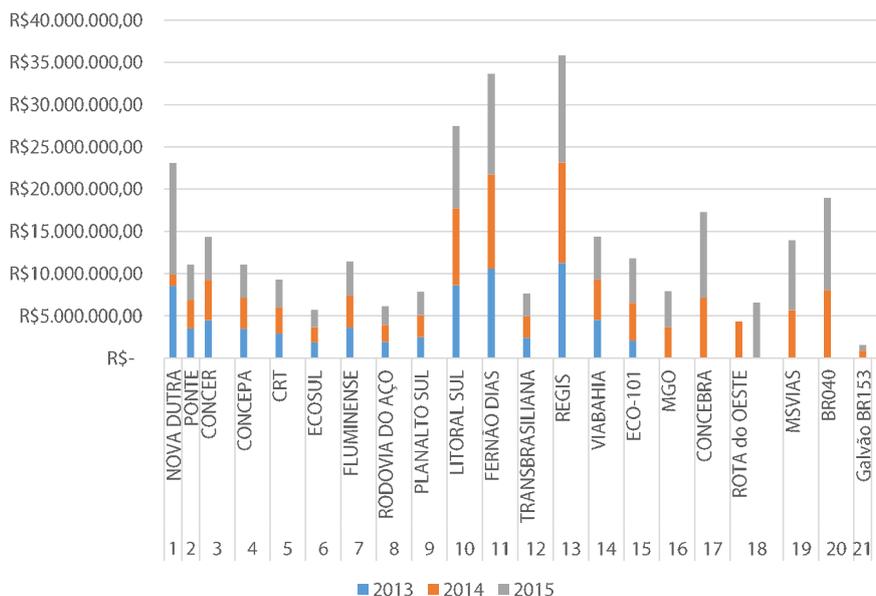
- Verbas de Fiscalização

São receitas públicas de recolhimento compulsório pelas Concessionárias de Rodovias Federais, nos termos avençados nos Contratos de Concessão do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal.

Foi recolhido, referente às Verbas de Fiscalização Rodoviárias, o montante superior a R\$ 100 milhões de reais em 2014 frente a uma arrecadação de pouco mais de 70 milhões em 2013. Esses valores foram cobrados e atualizados monetariamente por índice definido em cada contrato de concessão. Em 2015, os valores arrecadados atingiram R\$ 128 milhões.

Quant.	CONCESSIONÁRIA	2013	2014	2015
1	NOVA DUTRA	R\$ 8.553.114,08	R\$ 1.327.801,44	R\$ 13.215.353,00
2	PONTE	R\$ 3.507.731,32	R\$ 3.387.694,68	R\$ 4.178.808,00
3	CONCER	R\$ 4.488.853,65	R\$ 4.787.131,01	R\$ 5.064.682,00
4	CONCEPA	R\$ 3.488.371,60	R\$ 3.655.930,38	R\$ 3.919.580,00
5	CRT	R\$ 2.903.388,20	R\$ 3.087.188,42	R\$ 3.310.655,00
6	ECOSUL	R\$ 1.857.491,48	R\$ 1.817.624,23	R\$ 2.036.070,00
7	FLUMINENSE	R\$ 3.592.081,39	R\$ 3.796.001,08	R\$ 4.057.389,00
8	RODOVIA DO AÇO	R\$ 1.920.665,81	R\$ 2.032.778,64	R\$ 2.177.049,00
9	PLANALTO SUL	R\$ 2.465.021,81	R\$ 2.607.141,10	R\$ 2.776.706,00
10	LITORAL SUL	R\$ 8.627.639,99	R\$ 9.120.246,30	R\$ 9.740.100,00
11	FERNÃO DIAS	R\$ 10.571.935,19	R\$ 11.181.453,09	R\$ 11.910.290,00
12	TRANSBRASILIANA	R\$ 2.400.723,02	R\$ 2.539.144,33	R\$ 2.704.721,00
13	REGIS	R\$ 11.251.719,33	R\$ 11.899.855,12	R\$ 12.673.151,00
14	VIABAHIA	R\$ 4.514.283,06	R\$ 4.777.511,33	R\$ 5.091.680,00
15	ECO-101	R\$ 2.080.978,07	R\$ 4.452.922,56	R\$ 5.258.020,00
16	MGO	-	R\$ 3.627.907,88	R\$ 4.294.765,00
17	CONCEBRA	-	R\$ 7.140.266,33	R\$ 10.159.385,00
18	ROTA do OESTE	-	R\$ 4.347.032,77	R\$ 6.562.080,00
19	MSVIAS	-	R\$ 5.689.699,17	R\$ 8.265.681,00
20	BR040	-	R\$ 8.067.545,40	R\$ 10.897.446,00
21	Galvão BR153	-	R\$ 876.551,74	R\$ 686.937,00
TOTAL		R\$ 72.223.998	R\$ 100.219.427,00	R\$ 128.980.548,00

Verba de Fiscalização de Rodovias Federais - Triênio 2013/2014/2015



Em relação a Concessionária Presidente Dutra, no ano de 2014 houve uma queda na arrecadação em decorrência de revisão de tarifa que estabeleceu que a verba seria reduzida em 90%, para fins de modicidade tarifária.

Nota-se que houve um forte crescimento da arrecadação da verba de fiscalização entre os anos de 2013 e 2015. Isso ocorreu devido à entrada de novas concessionárias de rodovias federais, bem como em função da atualização dos montantes devidos com base nos indexadores econômico-financeiros.

- Investimentos Realizados em 2015

As concessionárias comprometem-se, por força contratual, a investir anualmente montantes de recursos nas rodovias federais outorgadas. Para fins de inteligibilidade e atendimento de normas contábeis, separam-se os investimentos em dois grandes grupos: imobilizado e intangível. O primeiro diz respeito a bens imóveis e também móveis, tais quais equipamentos, máquinas, instalações, mobiliário, veículos e outros que formam e alteram o patrimônio das concessionárias. O segundo agrega as intervenções na infraestrutura física das rodovias concedidas, visando sua recuperação, melhoramento e ampliação, e os serviços de manutenção e operação.

Dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão e de acordo com a deliberação CVM nº 691/12, a infraestrutura rodoviária não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

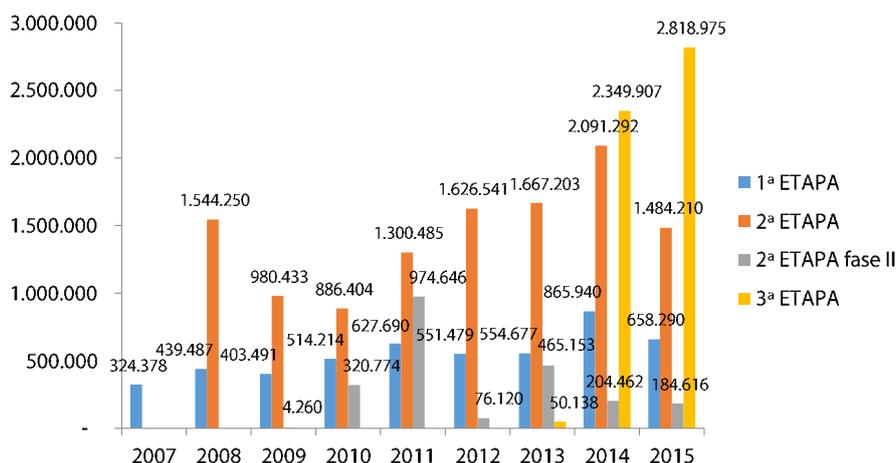
É preciso salientar que os investimentos incorridos pelas empresas são remunerados, exclusiva ou conjuntamente, por meio da cobrança de pedágio durante toda vigência das concessões, levando em consideração as diversas curvas de tráfego previstas para os períodos em questão, ou por meio de direito sobre ativos financeiros transferidos diretamente pelo poder concedente.

Na tabela abaixo é possível visualizar o investimento das Concessionárias no período compreendido entre 2007 e 2015. Destacam-se os anos de 2014 e 2015 em relação aos recursos investidos, em ambos, as concessionárias dispenderam mais de R\$ 5 bilhões de reais em investimentos nas rodovias.

CONCESSÕES DE RODOVIAS												
- Investimentos -												
Rodovia	Valores em R\$ 1.000 Preços de Dez/2015 (IPCA)											%
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total	
1ª Etapa	324.378	439.487	403.491	514.214	627.690	551.479	554.677	865.940	658.290	-	4.939.648	20,6%
CONCEPA	41.428	60.634	48.781	51.166	58.605	79.247	44.117	118.138	179.589	-	681.703	2,8%
CONCER	30.196	70.059	33.597	56.820	76.707	82.579	174.427	380.808	279.726	-	1.184.920	4,9%
ECOSUL	36.113	23.866	38.270	26.853	43.686	40.168	48.339	52.252	41.523	-	351.071	1,5%
NOVADUTRA	161.688	244.466	240.816	309.792	374.198	283.688	215.542	278.439	127.706	-	2.236.335	9,3%
PONTE	31.121	19.689	12.178	21.442	16.418	9.837	18.331	3.567	-	-	132.583	0,6%
CRT	23.833	20.772	29.848	48.142	58.077	55.960	53.922	32.736	29.746	-	353.036	1,5%
2ª Etapa - Fase I⁽¹⁾	-	1.544.250	980.433	886.404	1.300.485	1.626.541	1.667.203	2.091.292	1.484.210	-	11.580.818	48,3%
RÉGISBITTENCOURT	-	380.771	214.640	225.355	379.633	347.879	310.783	493.916	414.797	-	2.767.774	11,5%
LITORAL SUL	-	208.856	191.212	146.185	223.627	293.391	328.364	465.424	273.146	-	2.130.204	8,9%
PLANALTO SUL	-	155.232	92.388	94.897	154.841	182.129	150.584	226.450	180.114	-	1.236.634	5,2%
FERNÃO DIAS	-	340.305	244.576	252.929	234.418	367.476	322.508	280.123	204.188	-	2.246.524	9,4%
FLUMINENSE	-	182.648	129.562	78.893	132.038	249.855	322.600	416.622	304.146	-	1.816.364	7,6%
TRANSBRASILIANA	-	176.876	22.728	22.946	70.623	78.335	128.242	90.251	82.991	-	672.991	2,8%
RODOVIA DO AÇO	-	99.561	85.328	65.198	105.306	107.476	104.123	118.507	24.828	-	710.327	3,0%
2ª Etapa Fase II⁽²⁾	-	-	4.260	320.774	974.646	76.120	465.153	204.462	184.616	-	2.230.030	9,3%
VIABAHIA	-	-	4.260	320.774	974.646	76.120	465.153	204.462	184.616	-	2.230.030	9,3%
3ª Etapa	-	-	-	-	-	-	50.138	2.349.907	2.818.975	-	5.219.020	21,8%
ECO101	-	-	-	-	-	-	50.138	261.645	110.557	-	422.340	1,8%
MGO	-	-	-	-	-	-	-	203.425	232.226	-	435.651	1,8%
CONCEBRA	-	-	-	-	-	-	-	607.242	614.506	-	1.221.748	5,1%
CRO	-	-	-	-	-	-	-	630.973	802.484	-	1.433.457	6,0%
MSVIAS	-	-	-	-	-	-	-	241.466	499.710	-	741.176	3,1%
BR040	-	-	-	-	-	-	-	288.679	550.092	-	838.771	3,5%
Galvão BR153	-	-	-	-	-	-	-	116.477	9.400	-	125.877	0,5%
ECOPONTE	-	-	-	-	-	-	-	-	10.512	-	10.512	0,0%
Total	324.378	1.983.737	1.388.184	1.721.392	2.902.822	2.254.140	2.737.171	5.511.600	5.156.602	-	23.980.027	100,0%
Coordenação de Fiscalização de Desempenho Econômico-Financeiro - CODEF	0,324	1,984	1,388	1,721	2,903	2,254	2,737	5,512	5,157	-	23,980	
<small> FONTE: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS ⁽¹⁾ Inícios das concessões em 2008. ⁽²⁾ Início da concessão em 2009. </small>												

O gráfico abaixo ilustra os investimentos realizados pelas concessionárias de rodovias federais concedidas para o período de 2007 a 2015:

Série Histórica dos Investimentos 2007/2015



Pela análise dos gráficos acima, observa-se que houve um aumento expressivo dos investimentos realizados nas rodovias federais concedidas nos últimos exercícios sociais.

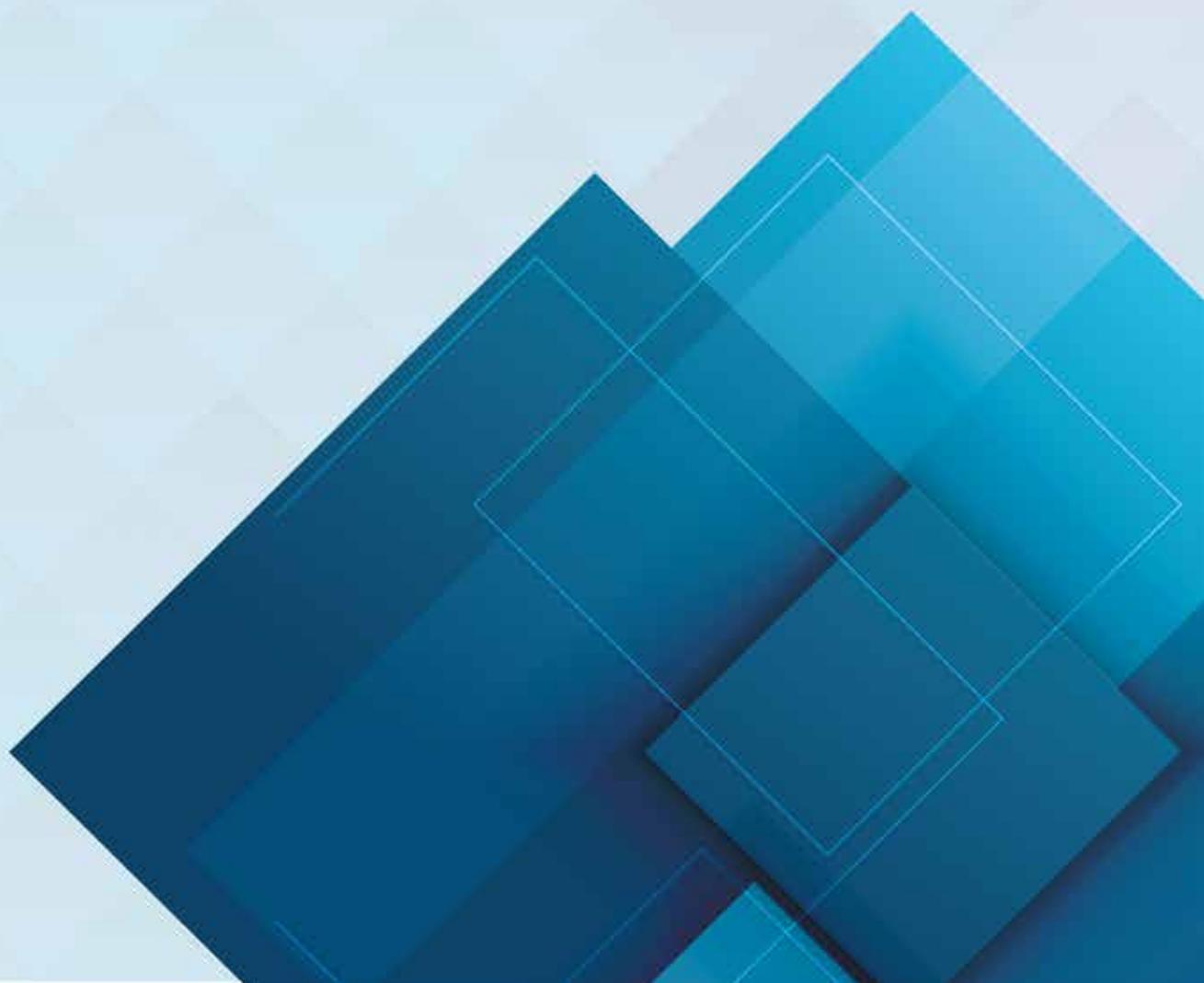
O gráfico a seguir mostra o total de investimentos por concessionária, das três etapas do programa de exploração da rodovia.



Da primeira etapa, o destaque é para os investimentos feitos pela CONCER, CONCEPA e pela DUTRA. Da segunda etapa, ressaltamos os investimentos da Régis Bittencourt, Litoral Sul e Fluminense. Por fim, os destaques da terceira etapa são os investimentos realizados pelas concessionárias: CONCEBRA, CRO e Via040.



CONCESSÕES FERROVIÁRIAS



CONCESSÕES FERROVIÁRIAS

A ANTT é responsável por gerir e fiscalizar 14 contratos de concessão ferroviária e 1 Contrato de Subconcessão, entre eles estão a América Latina Logística Malha Norte S.A, América Latina Logística Malha Oeste S.A., América Latina Logística Malha Paulista S.A., América Latina Logística Malha Sul S.A., Estrada de Ferro Carajás, Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A., Estrada de Ferro Vitória a Minas, Ferrovia Centro-Atlântica S.A., Ferrovia Tereza Cristina S.A., Ferrovia Transnordestina Logística S.A., MRS Logística S.A., Transnordestina Logística S.A., VALEC S.A. - Ferrovia de Integração Oeste-Leste, VALEC S.A. - Ferrovia Norte Sul (FNSTN e FNSTC) e a Subconcessionária Ferrovia Norte e Sul.

Malha Concedida

Ferrovia	Sigla	Concessionária	Data de início da Concessão	Prazo da Concessão	Extensão/Km
América Latina Logística Malha Norte	ALLMN	All - América Latina Logística Malha Norte S/A	19/05/1989	90 anos	735,26
América Latina Logística Malha Oeste	ALLMO	América Latina Logística Malha Oeste	01/07/1996	30 anos	1.953,44
América Latina Logística Malha Paulista	ALLMP	AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S/A	01/01/1999	30 anos	2.043,95
América Latina Logística Malha Sul	ALLMS	ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S/A	01/03/1997	30 anos	7.223,37
Estrada de Ferro Parana Oeste	EFPO	ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S/A	23/05/1989	30 anos	248,09
Estrada de Ferro Carajás	EFC	VALE S.A.	01/07/1997	30 anos	996,66
Estrada de Ferro Vitória Minas	EFVM		01/07/1997	30 anos	887,68
Ferrovia Centro-Atlântica	FCA	FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A	01/09/1996	30 anos	7.222,43
Ferrovia Norte-Sul - Tramo Norte	FNSTN	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A	01/10/1999	30 anos	744,5
Ferrovia Tereza Cristina	FTC	Ferrovia Tereza Cristina S/A	01/02/1997	30 anos	163,44
MRS Logística	MRS	MRS LOGÍSTICA S/A	01/12/1996	30 anos	1.608,86
Ferrovia Transnordestina Logística (*)	FTL	Ferrovia Transnordestina Logística S/A	01/01/1998	30 anos	3.682,03
Ferrovia Norte-Sul - Tramo Sul	FNSTS	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A	10/05/1989	30 anos	853,57
Total					28.363,28

(*) a FTL é uma cisão da Transnordestina Logística S.A - TLSA.
Fonte: Declaração de Rede ANTT 2015.

Mapa da Malha Concedida



Para avançar no processo de modernização da infraestrutura e da logística ferroviárias do país, o Governo Federal, em agosto de 2012, lançou o Programa de Investimentos em Logística (PIL), visando ampliar os investimentos públicos e privados em infraestrutura de transportes. Nesse sentido, foram apresentadas as prioridades do Governo Federal no que se refere ao modo ferroviário, quais sejam: concessão das novas estradas de ferro construídas; indução de novos investimentos no âmbito das concessões já existentes; e fomento e garantia da interoperabilidade do Subsistema Ferroviário Federal (SFF).

A Primeira Etapa do PIL contemplava a construção de novas Estradas de Ferro (EF), perfazendo cerca de 10 mil quilômetros de ferrovia a serem construídas em bitola larga. A intenção inicial era permitir a exploração dessas novas malhas ferroviárias federais por meio de um novo modelo de concessão, o qual ficou conhecido como Modelo Horizontal. Esse modelo previa a separação entre a prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas e a atividade de construção, manutenção e exploração da infraestrutura ferroviária. O modelo previa também a prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas pelos Operadores Ferroviários Independentes (OFI) em regime de competição no SFF.

Em junho de 2015, o Governo Federal anunciou a Segunda Etapa do PIL, a qual considera o aperfeiçoamento do modelo de concessão já existente (Modelo Vertical), permitindo que os OFI adquiram capacidade ociosa diretamente das concessionárias verticais, estimulando, assim, a interoperabilidade do SFF. A Segunda Etapa do PIL inclui a concessão de novas ferrovias e novos investimentos em concessões existentes. Essas ações totalizam R\$ 86,4 bilhões de investimentos projetados.

Objetivando celebrar novos contratos de concessão com os agentes econômicos, o Governo Federal almeja construir as seguintes Estradas de Ferro:

- Lucas do Rio Verde/MT – Sinop/MT – Miritituba/PA (com estimados 1.100 km – a construir);
- Ouro Verde de Goiás/GO – Estrela d'Oeste/SP (682 km – em obras), integrante da Ferrovia Norte Sul, e trecho

- Estrela d'Oeste/SP – Três Lagoas/MS (288 km – a construir), totalizando cerca de 970 km;
- Porto Nacional/TO – Anápolis/GO (855 km – concluído) e Açailândia/MA – Barcarena/PA (575 km – a construir), totalizando cerca de 1.430 km, ambos integrantes da Ferrovia Norte Sul;
- Rio de Janeiro – Espírito Santo, com aproximadamente 580 km; e
- Campinorte/GO – Lucas do Rio Verde/MT – Sapezal/MT – Porto Velho/RO – Peru, integrantes da Ferrovia Bioceânica, com aproximadamente 3.500 km, a construir no lado brasileiro, cuja conexão ao litoral peruano permitirá acesso aos mercados asiáticos. Já se encontra concluído o Projeto Básico para o trecho Lucas do Rio Verde/MT - Campinorte/GO (900 km).

A indução de novos investimentos no âmbito das concessões ferroviárias já existentes conta com o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) (Lei nº 11.033/2004) e o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) (Lei nº 11.488/2007).

Por fim, a interoperabilidade do Subsistema Ferroviário Federal, assegurada por meio do compartilhamento da infraestrutura ferroviária, na modalidade de Tráfego Mútuo (TM) e de Direito de Passagem (DP), será fomentada aos novos Operadores Ferroviários Independentes na prestação de serviços, mediante autorização, em qualquer ponto do SFF.

EXPANSÃO DA MALHA

A consolidação de uma malha ferroviária capaz de promover a interoperabilidade com outros modais de transportes é condição necessária para a promoção de maiores fluxos de cargas e passageiros. Avanços neste setor podem conferir ao País ganhos econômicos com maior eficiência energética e menores custos operacionais, quando comparado ao modal rodoviário.

Até 2015, foram realizados estudos de viabilidade em 10.975,0 km. Vale ressaltar que os trechos Ouro Verde – Estrela d'Oeste (681 km) e Porto Nacional – Anápolis (855 km), pertencentes à Ferrovia Norte Sul, apesar de já terem seus estudos realizados anteriormente à criação do Programa de Investimentos em Logística (PIL), foram readequados ao novo programa. Destaca-se também, que o trecho Prudente de Moraes – Campos dos Goytacazes substituiu o trecho inicialmente proposto, Corinto – Campos.

Quanto ao trecho do Ferroanel Norte (Perus-Jundiá; Perus-Manoel Feio), em 2015 foi firmado Termo de Compromisso entre a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e a empresa Desenvolvimento Rodoviário S/A (DERSA) para realização dos estudos técnicos ao planejamento do Tramo Norte do Ferroanel Metropolitano de São Paulo contemplando: elaboração dos estudos ambientais para fins de elaboração do EIA/RIMA; elaboração do Projeto Básico de Engenharia.

Entre os meses de Maio a Outubro de 2015, a DERSA conduziu um estudo comparativo de implementação do Ferroanel Norte em via dupla versus via singela, baseando-se no incremento de tráfego esperado no plano logístico de transporte da Região Metropolitana de São Paulo.

O Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em dezembro de 2015, solicitou a alteração no nível de detalhamento dos estudos em consonância com os Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI), fato que ensejou a necessidade de um Termo Aditivo ao TC nº 001/15, ora em fase de celebração. Após o ajuste serão contratados os serviços para elaboração de Projeto de Engenharia. A elaboração dos estudos ambientais que subsidiam a produção do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) está em fase de licitação pela DERSA, com a abertura do edital de chamamento tendo ocorrido em 29/12/2015.

A malha ferroviária brasileira se desenvolveu ao longo do tempo com características distintas, o que não favorece a integração de trechos ferroviários e de regiões do país e reduz o número potencial de rotas que clientes e operadores poderiam utilizar.

Diferentes padrões e alternativas de traçado, raios de curvatura e principalmente bitolas foram adotados (a bitola é um termo ferroviário para designar a distância entre as faces internas dos trilhos sobre os quais os trens trafegam), para que se viabilizassem, à época, novas ferrovias pela iniciativa privada e governamental, a partir de cenários econômicos restritivos para o investimento em infraestrutura ferroviária.

Com a mudança para um cenário econômico mais propício, no início da década de 70, optou-se por padronizar a expansão da nossa malha férrea em bitola larga. Este novo conceito ganhou força devido à aptidão desta bitola para a maior produtividade do transporte ferroviário. Com a implantação de um terceiro trilho, tornando a via férrea em bitola mista; com a mudança de geometria ou a duplicação de linhas e ampliação de trechos em bitola larga, fortalecem-se as ligações entre as regiões brasileiras.

Existe um plano de investimentos e/ou recuperação de ativos, o qual visa ao aumento de capacidade e melhoria na segurança operacional dos trechos ferroviários, embasado pela pactuação de metas de desempenho, dentre as quais, o aumento no volume de transporte e a redução no índice de acidentes. Neste contexto as concessionárias estão implementando os seguintes projetos:

- Ferrovias Norte-Sul

Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO (855,0 km) – trecho de superestrutura concluído e em fase de operação assistida. Até dezembro 2015 encontravam-se em execução obras complementares. O trecho já possui autorização de tráfego.

- Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul

Trecho Ouro Verde/GO – Estrela d'Oeste/SP (681,00 km) – o empreendimento já possui 89% realizados, com 95% de infraestrutura, 85% de superestrutura e 85% de obras de arte especiais realizadas em 2015, com previsão de conclusão em 2017.

- Ferrovias de Integração Oeste-Leste (FIOL)

Trecho Ilhéus/BA – Barreiras/BA (1.022,0 km) – O empreendimento possui 40% de realização global, sendo executados 42% de infraestrutura, 33% de obras de artes especiais e 22% superestrutura, com previsão de conclusão até 2018.

- Ferrovias Nova Transnordestina

Trecho Missão Velha/CE – Salgueiro/PE (96,0 km) – via permanente concluída em 2013, com execução de obras complementares em 2015.

Trecho Salgueiro/PE – Trindade/PE (163,0 km) – conclusão da superestrutura em janeiro/ 2015, com execução de obras complementares em 2015.

Trecho Trindade/PE – Eliseu Martins/PI (423,0 km) – executados 65% de infraestrutura, 51% de obras de arte especiais e 28% de superestrutura em 2015, com conclusão prevista para outubro/2016.

Trecho Salgueiro/PE – Suape/PE (544,0 km) – obras em execução em cinco lotes, com execução de realização de 55% de infraestrutura, 53% de obras de arte especiais e 35% de superestrutura, com previsão de conclusão em outubro/2016.

Trecho Pecém/CE – Missão Velha/CE (526,0 km) – obra em execução nos lotes 1 a 3, com execução de 19% de infraestrutura e 9% de obras de arte especiais previsão de conclusão em janeiro/2017.

DIREITO DE PASSAGEM

Quanto à promoção da competitividade no setor ferroviário, a ANTT desenvolveu ações para estimular a utilização de toda a malha por parte das concessionárias e criar condições para uma maior participação do modo ferroviário na Matriz de Transporte. Editou a Resolução 3.695/2011, que aprovou o Regulamento das Operações de Direito de

Passagem e Tráfego Mútuo do Subsistema Ferroviário Nacional. Por meio desse ato, o conceito de direito de passagem foi ajustado e se tornou mais abrangente, o que possibilitou o exercício do direito a cada concessionária de receber ou entregar carga em qualquer ponto da malha ferroviária federal.

De forma complementar, para prover eficácia ao instrumento proposto, a Agência, além de disciplinar o uso da capacidade ociosa (disponível), estabeleceu os critérios para a definição da tarifa de direito de passagem e tráfego mútuo, a realização de investimentos de expansão e a exigência de que as concessionárias apresentem anualmente a Declaração de Rede - DR.

Em atendimento ao disposto no Art. 5º do Regulamento das Operações de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo do Subsistema Ferroviário Nacional, aprovado pela Resolução ANTT nº 3.695, de 14 de julho de 2011, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT apresentou anualmente a Declaração de Rede para os Exercícios 2013, 2014, 2015 e 2016, correspondente às Concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas. Trata-se de documento que tem como objetivo consolidar as informações técnico-operacionais de toda a malha ferroviária brasileira concedida, com vistas a subsidiar o processo de planejamento das operações sob a forma de interoperabilidade ferroviária.

Percebem-se pequenos aumentos no percentual da produção de transporte em Tráfego Mútuo/Direito de Passagem na malha entre os anos de 2011 e 2013, a manutenção do patamar de 2013 para o ano de 2014, e novamente um pequeno aumento percentual entre os anos de 2014 e 2015, conforme dados do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário de Carga – SAFF, mostrados na tabela seguinte. É possível concluir que as concessionárias estão ampliando suas operações em outras malhas em regime de maior competição.

Ano	Percentual da Produção de Transporte em TM/DP*
2011	7,07 %
2012	8,06 %
2013	8,53 %
2014	8,52%
2015	8,99%

*TM/DP = tráfego mútuo por direito de passagem

USUÁRIOS DEPENDENTES

No segundo semestre de 2015 foram finalizadas 15 análises de solicitações de registro de usuário dependente. Dos 15 pedidos, 1 resultou em registro de usuário dependente, 9 resultaram em habilitação para negociação de contrato e 5 em arquivamento dos respectivos processos, conforme relação a seguir:

Usuário	Situação	Concessionária	Resolução	Publicação	Processo
Eldorado Brasil Celulose S.A.	Registro Concedido	MRS	4663	16/04/2015	50500.049854/2014-35
COOPCANA - Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana Ltda	Habilitação	ALL MS	4697	19/05/2015	50500.052757/2014-20
Magnesita Refratários S/A	Habilitação	FCA	4696	19/05/2015	50500.010382/2014-21
Dow Brasil Indústria e Comércio de Produtos Ltda	Habilitação	FCA	4701	19/05/2015	50500.119840/2014-96
Ipiranga Produtos de Petróleo S/A	Habilitação	ALLMS	4628	12/03/2015	50500.206548/2014-11
Ipiranga Produtos de Petróleo S/A	Habilitação	ALLMP	4629	12/03/2015	50500.206548/2014-11
Ipiranga Produtos de Petróleo S/A	Habilitação	FTL	4636	13/03/2015	50500.206547/2014-68
SEARA Indústria e Comércio de Prod, Agropecuários Ltda.	Habilitação	ALLMS	4742	10/06/2015	50500.073142/2015-18
SEARA Indústria e Comércio de Prod, Agropecuários Ltda.	Habilitação	ALLMN	4743	10/06/2015	50500.089910/2015-55
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.	Habilitação	ALLMS	4791	21/08/2015	50500.018679/2014-34
Companhia de Ferro Ligas de Bahia - FERBASA	Arquivado	FCA	-	-	50535.000463/2014-15
Arcelor Mittal Brasil S/A	Arquivado	MRS	-	-	50500.036336/2011-17
Arcelor Mittal Brasil S/A	Arquivado	MRS	-	-	50500.036330/2011-31
Arcelor Mittal Brasil S/A	Arquivado	MRS	-	-	50500.036366/2011-15
Santa Fé Mineração Ltda.	Arquivado	FCA	-	-	50500.023998/2012-08

ACOMPANHAMENTO E ARBITRAGEM DE CONFLITOS

No que concerne aos conflitos entre os usuários e as concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas, são instaurados processos administrativos para preservar o interesse público, harmonizando os objetivos das partes e arbitrando os conflitos de interesses, bem como garantir o bom funcionamento dos serviços.

A Tabela abaixo apresenta a situação, no final de 2015, dos processos em trâmite:

Processo	Assunto	Interessado	Status
50535.002531/2014-81	Pedido de intervenção da ANTT para viabilizar negociação de contrato de transporte de longo prazo com a concessionária Ferrovia Centro Atlântica S.A.	Bahia Specialty Celulose S.A.	Processo aguarda manifestação do usuário quanto ao teor do Ofício nº 195/2015/GEROF/ SUFER/ANTT.
50500.018679/2014-34	Pedido de intervenção da ANTT para viabilizar garantia de fluxo de transporte e negociação de contrato de transporte de longo prazo com a concessionária América Latina Logística Malha Sul S.A.	Usina de Açúcar Santa Terezinha S.A. - USAÇUCAR	Considerando que as partes encaminharam, conjuntamente, a Carta S/N, de 08/05/2015, solicitando o sobrestamento do procedimento de arbitramento de conflitos e a concessão de novo prazo para negociação do contrato de transporte, na forma do art. 28 do REDUF, a ANTT expediu a Resolução 4791/2015, que habilita a usuária a negociar com a ALLMS, por 180 dias, o contrato de transporte para o fluxo Maringá/PR – Paranaguá/PR.
50500.029844/2013-01	Reclamação para punição da concessionária América Latina Logística S.A.	AGROVIA S.A.	A área técnica recomendou à Diretoria Colegiada o não acolhimento dos Embargos de Declaração apresentados pela ALLMP. Apresentado o contraditório da usuária, o processo permanece aguardando decisão da Diretoria sobre os Embargos.
50500.031594/2013-61	Reclamação de Usuário Contra a América Latina Logística - ALL	Rumo Logística Operadora Multimodal- RLOM S/A	Em razão de pedido de arquivamento apresentado por ambas as partes, bem como do ato de concentração entre as empresas, a Diretoria da ANTT entendeu pelo arquivamento dos autos da reclamação.
50500.026255/2013-62	Reclamação de Usuário Contra a América Latina Logística - ALL	Copersucar S/A e Coopersucar	A GEROF adota as providências cabíveis no sentido de apurar e fiscalizar se houve o efetivo cumprimento da Medida Cautelar pela concessionária ALLMP S/A, bem como se houve cometimento de infração administrativa às disposições legais, regulamentares e contratuais.
50500.191059/2013-68	Reclamação de usuário – pedido de instauração de Procedimento de Resolução de conflitos e medida cautelar em face da concessionária MRS Logística S.A.	MMX Sudeste Mineração LTDA., MMX Mineração e Metálicos S.A. e MRS Logística S.A.	A SUFER homologou a desistência dos pedidos formulados pela usuária MMX no processo, mediante a concordância da concessionária MRS, de modo que os autos da reclamação foram arquivados.
50500.212337/2004-13	No bojo de processo de registro de usuário dependente iniciado em 2004, a usuária relatou prestação de serviço inadequado pela concessionária América Latina Logística Malha Oeste S.A. (antiga Ferrovia Novoeste S.A.), bem como a supressão de ramal ferroviário	Cargill S.A.	Após diligências da GECOF/SUFER, a concessionária encaminhou justificativas e informou sobre a reconstrução da linha em andamento. Por meio do Ofício 383/2015/COSEF/GEROF/SUFER, o usuário foi diligenciado a observar as regras e prazos inseridos na Resolução ANTT 3.694/2011 para a manutenção de seu registro de usuário dependente, bem como a apresentar cópia de contrato de transporte.
50500.019184/2014-22	Pedido de Descredenciamento de Usuário Dependente	América Latina Logística - ALL	Nota da Procuradoria da ANTT 19.370/2015-PF-ANTT, de 17/11/2015, recomenda que as partes sejam consultadas acerca do interesse no prosseguimento do processo ou no arquivamento, haja vista a incorporação de ações entre a concessionária ALLMP S/A e o usuário Rumo S/A. As partes foram diligenciadas a se manifestar pela SUFER.
50500.039127/2012-06	No bojo de processo de registro de usuário dependente iniciado em 2012, a usuária relatou problemas na prestação de serviço pela concessionária América Latina Logística Malha Oeste S.A. – ALLMO em 1º/7/2015.	ArcelorMittal Brasil S.A.	Em 30/10/2015, a usuária protocolou manifestação perante a ANTT, no sentido de que, em relação ao compromisso firmado pelas partes em reunião para envidar esforços quanto à renovação do contrato de transporte, a usuária seguiria aguardando proposta viável da concessionária, resguardado o direito de solicitar arbitramento das questões não resolvidas.
50500.226098/2015-55	Nos autos de processo instaurado a partir de requerimento de reunião como a concessionária América Latina Logística Malha Sul – ALLMS S.A., a usuária relatou o descumprimento dos volumes de transporte pactuados com a ALL.	SEARA Indústria e Comercio de Produtos Agropecuários LTDA.	Em 27/10/2015, a usuária requereu a suspensão do pedido de apreciação da reclamação até a emissão de decisão de mérito em processo judicial em que obteve provimento cautelar.

OBRAS DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE

Por meio das concessões de trechos ferroviários, pretende-se modernizar e garantir uma logística eficiente, com integração da malha ferroviária, reduzindo custos e ampliando a capacidade de transporte.

Atualmente, estão sendo realizadas as seguintes obras nos trechos concedidos:

- Malha Paulista

Trecho Boa Vista-Nova/SP – Evangelista de Souza/SP (193,0 km) – via permanente da duplicação concluída, executados 193 km de duplicação até 2015, com previsão do término das obras de adequação viária em 2016.

- Estrada de Ferro Carajás

Duplicação da Linha Tronco (892,0 km) – duplicados 63,5 km em 2015, com previsão de conclusão da obra em 2018.

Construção do Ramal Sudeste do Pará (100,0 km) – construídos 30,0 km em 2014, com previsão de conclusão em abril/2017.

FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Foram realizadas inspeções nas obras de implantação dos projetos de infraestrutura de transporte ferroviário de cargas autorizados pela ANTT na malha operacional, bem como nas obras de ampliação da malha concedida. Trata-se, essencialmente, do acompanhamento físico dos projetos sob o ponto de vista regulatório, em que se avaliam aspectos relacionados ao escopo, prazo e qualidade dos empreendimentos. As inspeções são priorizadas em função do valor do investimento, extensão dos segmentos em obra ou concluídos, interesse público do projeto, histórico de vistorias anteriores e análise de relatórios de monitoramento encaminhados pelas concessionárias.

As principais obras em andamento acompanhadas pela ANTT são: TLSA - Ferrovia Nova Transnordestina, que ligará o interior do Piauí aos Portos de Suape em Pernambuco e de Pecém no Ceará; FIOL – Ferrovia de integração Oeste Leste, que interligará o oeste baiano ao Porto de Ilhéus na Bahia; FNS – Ferrovia Norte Sul, interligando Palmas no Tocantins a Estrela d'Oeste em São Paulo; EFC- Estrada de Ferro Carajás - Duplicação da linha existente e construção do Ramal Sudoeste do Pará; e ALL-MP – América Latina Logística - Malha Paulista – Duplicação Campinas a Santos.

Também são realizadas inspeções eventuais em obras autorizadas pela ANTT de acordo com a necessidade identificada. As principais funções desempenhadas durante a inspeção de obras são:

- Verificar se as obras em andamento estão claramente vinculadas aos projetos autorizados pela Agência por meio dos atos expedidos para o empreendimento, bem como avaliar a adequação da execução das obras aos projetos autorizados pela ANTT;
- Observar as frentes de trabalho, as atividades em curso e o grau de mobilização das equipes e equipamentos nos trechos inspecionados;
- Obter informações relevantes sobre o controle de qualidade das obras concluídas e em curso;
- Avaliar, de forma expedita e visual, a real implantação dos mecanismos de controle de qualidade necessários, o avanço físico, a aderência ao cronograma esperado, entre outros aspectos; e
- Verificar a exequibilidade do cronograma físico estabelecido, obtendo da Concessionária as justificativas para o seu descumprimento, quando for o caso.

Em 2015, foram realizadas 31 inspeções em obras de implantação de projetos de infraestrutura ferroviária autorizados pela ANTT.

FISCALIZAÇÕES DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO E ARRENDAMENTO

- Fiscalização/Gestão de Metas de Produção e Redução de Acidentes.

Considerando as competências de pactuar, gerenciar, acompanhar e controlar as metas de produção e segurança da prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas, foram realizadas as seguinte atividades:

Avaliações de primeira instância referente a processos de descumprimento de metas, conforme Tabela abaixo:

Assunto	Referência
Descumprimento Metas Produção Trecho 2013 - FTL	50500.062687/2014-18
Descumprimento Metas Produção Trecho 2013 - FCA	50500.068637/2014-44
Descumprimento Metas Produção Trecho 2013 - ALLMO	50500.068610/2014-51
Descumprimento Metas Produção Trecho 2013 - ALLMP	50500.068620/2014-97

Análise de justificativa prévia e defesa administrativa, conforme tabela abaixo:

Concessionária	Meta descumprida	Ano	Processo	Situação
ALLMS	Produção	2013	50500.068626/2014-64	Justificativa analisada
MRS	Produção	2013	50500.068645/2014-91	Defesa Analisada

Apuração do cumprimento de metas pactuadas para o exercício de 2014, quando se verificou o descumprimento por parte de 4 concessionárias, conforme tabela abaixo:

Concessionária	Meta Descumprida
ALLMP	Produção
EFVM	Produção
FCA	Produção
FNSTN	Segurança

Instauração de processos administrativos para análise de pedidos de ajustes de metas, solicitados por cinco concessionárias, conforme tabela abaixo:

Concessionária	Processo
EFC	50505.050802.2015-42
EFVM	50505.050803.2015-97
FCA	50500.021187.2015-98
FNS	50510.021181.2015.11
MRS	50505.050769.2015-51

- Fiscalização/Gestão do Plano Anual de Treinamentos – PAT

Considerando a competência de Analisar os Planos Anuais de Treinamento – PAT, foram analisados 13 Planos Anuais de Treinamentos das concessionárias ferroviárias.

- Fiscalização/Gestão dos Relatórios Semestrais de reclamação de usuários

Considerando a competência de Analisar os Relatórios Semestrais de reclamação de usuários enviados pelas Concessionárias, foram abertos 3 processos administrativos simplificados para análise de inconsistências em Planos Anuais de Treinamentos das concessionárias ferroviárias.

- Fiscalização/Gestão da Declaração de Rede

Considerando a competência de acompanhar as informações prestadas pelas concessionárias na Declaração de Rede - DR e fornecer os subsídios necessários para sua adequada publicação, foram auditadas, consolidadas e publicadas no sítio eletrônico da ANTT, em 31/12/2015, 13 DR's, para o ano de 2016, com realização prévia de fiscalização/auditoria por meio da instauração dos processos administrativos.

Os dados acerca da Declaração de Rede estão disponibilizados no endereço eletrônico:

http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/25863/Declaracao_de_Nete.html

É importante observar, que os trechos a serem fiscalizados dentro da área de atuação da ANTT, possuem características próprias que devem ser levadas em consideração no planejamento da fiscalização, tais como segmentos com grande intensidade de tráfego, e outros com pouca ou nenhuma utilização, mas que possuem grande quantidade de bens arrendados, e portanto necessitam ser fiscalizados, face à obrigação da concessionária em zelar pelo patrimônio público arrendado.

No ano de 2015 foram emitidos 154 relatórios de inspeções, entre programadas e eventuais. Os trechos inspecionados podem ser observados nos quadros discriminados, por cada COFER, apresentados a seguir.

Trechos inspecionados pela COFER RS

Concessionária / Autorizatória	Trecho
EFPO	Guarapuava - Cascavel
FTC	Linha Principal, Ramal de Oficinas, Ramal de Fiorita, Ramal de Sangão e Esplanada - Urussanga
ALL MS	São Francisco do Sul-Mafra
	Mafra-Porto União
	Santa Maria-Cruz Alta
	Cruz Alta-Santo Ângelo-Santa Rosa
	Ourinhos-Londrina-Apucarana-Maringá
	Mafra(Rio Negro)-Eng.Bley
	Posto Km 103-Curitiba
	Cacequi-Uruguaiana
	Bagé-Rio Grande
	Santa Maria-Cacequi-Bagé
	Piratuba-Marcelino Ramos
	Porto União-Marcelino Ramos
	Uvaranas-Paranaguá
	Roca Sales-Passo Fundo
	Jaboticaba-Carlos Barbosa
	General Luz-Santa Maria e Ramal Cachoeira do Sul
	Ramal POA, POA-General Luz, Pátio Industrial-Roca Sales
	Roca Sales - Lages
	Joaquim Murtinho-Jaguariá-Marques dos Reis e Ramal Pisa
	Uvaranas - Pinhalzinho
Dilermando de Aguiar-Santiago-São Borja	
Mafra-Lages	
Desvio Ribas-Guarapuava	
Ramal Cará-Cará-Oficinas	
Cruz Alta-Passo Fundo-Marcelino Ramos	
Uvaranas-Apucarana	

Trechos inspecionados pela COFER CE

Concessionária / Autorizatória	Trecho
FTL	Sede - Fortaleza
	Eng. Jorge Lins (Recife/PE) - Arrojado
	Aracapé/CE - Arrojado e Ramal Crato
	Ramal Macau
	São Luís/MA - Teresina/PI e Ramal do Itaqui
	Eng. Jorge Lins (Recife/PE) - Propriá
	Ramal Mucuripe - Ramal Pecém
	Teresina/PI - Caucaia/CE
	Trem Ferroviário
	Trem do Forró
Trem do Matuto	
FCA	Alagoinhas/BA - Juazeiro/BA e Ramal de Campo Formoso
	Alagoinhas/BA - Propriá/SE
FNS S.A.	Açailândia (QAL) - Porto Nacional (PPN)
EFC	São Luís (Virador de Vagões Minério (QVV)) - Marabá (QMA) - Carajás (QCA)

Trechos inspecionados pela COFER MG

Concessionária / Autorizatória	Trecho
ABPF	Trem Turístico ABPF: Trem das Águas (São Lourenço/MG a Soledade de Minas/MG) e Trem da Serra (Passa Quatro/MG a Cel. Fulgencio)
MNAT	Trem Turístico Serra Azul - Miguel Pereira/RJ - Governador portela
VALE	Ouro Preto a Mariana
GIF	Trem Turístico GIF Consultoria: Trem das Cachoeiras (Rio Acima/MG)
FCA	Trem Turístico FCA: São João Del Rei a Tiradentes/MG
	Pedro Leopoldo
	Pátio de Gen. Carneiro
	Eldorado - Ferrugem- Gen. Carneiro
	Garças de Minas - Ibiá - Araguari
	Garças de Minas - Calafate
	Divinópolis - Mateus Leme
	General Carneiro-Corinto-Pirapora
	Corinto-Montes Claros-Monte Azul
	Mateus Leme- Eldorado
	Divinópolis - Calafate
	São Félix-Monte Azul
	Gen. Carneiro - Sete Lagoas - Ramal de Calsete
	Sete Lagoas - Corinto
	Corinto - Montes Claros
	Mapele-São Félix
	Brasília-Roncador Novo-Pool e Ramal Anápolis
	Roncador Novo -Araguari - Uberaba e Ramal Catalão - Ibia - Uberaba
	Garças de Minas - Divinópolis
	Garças de Minas - Barra Mansa/RJ e Ramal CSN/Arcos
Divinópolis - Três Corações - Varginha	
Buritzeiro - Pirapora	
Região POOL de Combustíveis / Goiânia	

EFVM	Fábrica-Costa Lacerda-Pedreira Rio das Velhas-Costa Lacerda- D. Drumond - ramal João Paulo - D. Drumond - Pedro Nolasco-Ramal Aracruz-Ramal Tubarão
	Piçarrão
VALEC	Porto Nacional - Gurupi- Anápolis
MRS	Variante do Paraopeba (Ferrugem a Marinhos) - ramal de Águas Claras - Horto Floresta
	Linha do Centro - Barra do Pirai a Cons.Lafaiete
	Variante do Paraopeba (Marinhos a Joaquim Murtinho)
	Ferrovias do Aço (Otávio Dapieve a Saudade)
	Ferrovias do Aço - Frente Norte (Otávio Dapieve - Posto Alfa) e Linha Centro (Cons. Lafaiete - Miguel Burnier)
	Linha do Centro-(Barra do Pirai a Miguel Burnier)
Variante do Paraopeba (Barreiro a Joaquim Murtinho) e Ramal Açominas	

Trechos inspecionados pela COFER SP

Concessionária / Autorizatória	Trecho
ABPF	Campinas-Jaguariúna
ALL MN	Marco Inicial - Alto Araguaia
	Alto Araguaia - Rondonópolis
ALL MS	Rubião Júnior-Ourinhos-Pres.Epitécio
	Iperó-Pinhalzinho e Ramal de Apiaí
ALL MO	Indubrasil-Ponta Porã
	Mairinque-Bauru
	Bauru-Três Lagoas
	Indubrasil - Corumbá
	Três Lagoas-Indubrasil
ALL MP	Paratinga-Samaritã-Cajati
	Divisa Pereque-Boa Vista Velha
	Boa Vista Velha-Araraquara
	Araraquara-Rio Preto Paulista
	Oficinas ALL São Paulo (Araraquara e Rio Claro)
	Rio Preto Paulista - Marco Inicial
	Itirapina-Panorama
	Jundiaí-Boa Vista Velha e Ramal Cnaga
	Araraquara-Pradópolis
	Pradópolis-Colômbia
Ramal Replan	
FCA	Boa Vista Nova-Uberaba
	Biagópolis-Evangelina
	Três Rios-Barão de Camargo
	Recreio-Campos
	Visconde de Itaboraí-Vitória
	Aguai-Bauxita
Barra Mansa-Angra dos Reis	

MRS	Japeri-Arará e Pátio-Arará
	Piaçaguera-Divisa Pereque
	Conceiçãozinha-Piaçaguera
	Valongo - Divisa Pereque - Piaçaguera
	Divisa Pereque-Areais-Ramais das Fábricas
	Santos-Jundiá
	Rio Grande da Serra-Piaçaguera
	Jacareí-Mogi das Cruzes
	Suzano-Rio Grande da Serra
	Pátio de Piaçaguera, Oficina de Raiz Serra, Pátio de Santos
	Manoel Feio-Barra do Pirai-Sai

Ressalta-se que, durante as inspeções, caso sejam identificadas deficiências na prestação de serviço público de transporte ferroviário, as concessionárias prestadoras de serviço público são notificadas para que adotem as providências necessárias. Dependendo da gravidade da deficiência, pode ser determinada restrição de velocidade ou outras restrições operacionais, ou até mesmo interdição do trecho ou suspensão do tráfego, quando detectado risco à segurança das operações.

- Total de Bens Inspeccionados

No exercício de 2015 fiscalizou-se 12 concessionárias, 1 subconcessionária e 3 autorizadas, em vários trechos, nos quais foram inspeccionados 2.518 bens imóveis e 2.667 bens móveis (material rodante) arrendados, totalizando 5.185 bens.

- Notificações de Irregularidades Emitidas pelas COFERs

Emitiu-se 140 notificações solicitando providências das concessionárias para solução de deficiências constatadas em inspeções realizadas (Programadas e Eventuais).

As COFER's emitiram, no exercício de 2015, um total de 208 Notificações de Infração/Auto de Infração, e ao longo do ano em questão foram emitidas 103 Notificações de Aplicação de Penalidade (NAP).

REGULARIZAÇÃO PATRIMONIAL DE ATIVOS ARRENDADOS

Encontram-se elencados na tabela abaixo, os Programas de Regularização Patrimonial em implantação, seus objetos, abrangência e as respectivas arrendatárias envolvidas em cada um deles.

A implantação dos programas foi objeto de discussão com as Arrendatárias dos bens vinculados à prestação do serviço público concedido de transporte ferroviário de cargas (ALLMS, ALLMP, ALLMO, MRS, FTC, FTL e FCA).

Programas de Saneamento dos Passivos e Melhoria de Procedimento

Nº	Escopo	Arrendatárias
1	Edição anual de Termos Aditivos aos Contratos de Arrendamento, referentes aos bens desvinculados, substituídos etc., durante o período.	Todas
2	Regularização patrimonial do processo de cisão da Ferroban.	ALLMP ALLMS FCA
3	Regularização patrimonial referente aos trechos devolvidos pela FCA – Resoluções ANTT 4.131/2013 e alterações posteriores.	FCA
4	Regularização patrimonial referente à cisão da Malha Nordeste.	FTL e TLSA

5	Saneamento do Anexo II – Exclusão de itens incorpóreos, serviços ou atividades específicas.	Todas
6	Repasse de bens móveis para as Concessionárias, exceto material rodante - Várias modalidades.	Todas
7	Programa anual de regularização patrimonial de material rodante.	Todas
8	Programa anual de regularização patrimonial de imóveis.	Todas
9	Regularização patrimonial dos bens cuja desvinculação foi proposta sob a égide da Resolução RFFSA nº 033/1999.	Todas

Fonte: CECAF/SUFER

No âmbito dos programas de regularização, destacam-se as seguintes ações e providências:

No tocante ao Programa 01, que tem por objeto a edição de termos aditivos compilando as propostas de mutação patrimonial apresentadas nos últimos anos e que não haviam sido formalizadas em sede de aditamento contratual. Cumpre informar que tais aditivos, no âmbito de cada contrato de arrendamento, encontram-se em fase final de elaboração ou de assinatura pelas partes envolvidas (ANTT, DNIT e Concessionárias).

Quanto ao Programa 02, foi realizada reunião conjunta com representantes das Concessionárias abrangidas no processo de cisão da Ferroban – ALL Malha Paulista, ALL Malha Sul e Ferrovia Centro-Atlântica –, para discussão e obtenção de definições acerca do tema. Aguardamos manifestações conjunta das Concessionárias envolvidas no processo de Cisão da Ferroban, no que concerne aos aspectos econômicos da cisão, sobretudo a quem recairá a responsabilização por danos eventualmente ocorridos com os bens cindidos.

Com relação ao Programa 05 (Saneamento dos Contratos de Arrendamento, mediante exclusão de itens incorpóreos, serviços e atividades específicas), já ocorreram as fases de discussão técnica com cada arrendatária, de análise processual e de manifestações técnicas e jurídicas, estando os termos aditivos em fase final de assinatura pelas partes envolvidas (ANTT, DNIT e Concessionárias).

No que se refere ao Programa 09 - Regularização patrimonial dos bens cuja desvinculação foi proposta sob a égide da Resolução RFFSA nº 033/1999, após intensa discussão interna e considerando a complexidade do tema, foi elaborada Nota Técnica tratando do assunto e atribuiu o projeto-piloto do programa à Ferrovia Transnordestina Logística – FTL. O êxito do projeto-piloto de regularização patrimonial permitirá a extensão de sua metodologia às demais arrendatárias, ressalvadas as adaptações necessárias.

Os demais programas serão desenvolvidos ao longo do exercício de 2016, cabendo observar que os programas 07 e 08 possuem periodicidade anual, não tendo sido realizados ainda, em razão de terem sido, de certo modo, excepcionalmente abrangidos pelo programa 01, que objetiva a regularização dos pedidos de mutação que foram apresentados pelas Concessionárias até então, e não tinham ainda sido formalizados em sede de aditamento contratual.

- Mutações Patrimoniais

Durante o exercício de 2015, foram instaurados e instruídos, pela ANTT, 54 (cinquenta e quatro) novos processos para atendimento aos pedidos de mutações patrimoniais provenientes das Arrendatárias.

No mesmo período, foram publicadas as Resoluções, Portarias e Deliberações abaixo indicadas, decorrentes desses processos, consubstanciando um total de 28 (vinte e oito) mutações patrimoniais (vinculações, desvinculações, substituições, transferências, modificações e ressarcimento de bens móveis e imóveis arrendados).

CONCESSIONÁRIA	PROCESSO	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	ATO AUTORIZATIVO
ALLMO	50500.015110/2014-17	DESVINCULAÇÃO DE MATERIAL RODANTE LOCALIZADO NO PATIO FERROVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE BOTUCATU/SP.	Resolução nº 4.630, de 5.3.2015, publicada no DOU de 12.3.2015.
	50500.015112/2014-14	INDENIZAÇÃO DE MATERIAL RODANTE LOCALIZADO NO PÁTIO FERROVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE BOTUCATU/SP	Resolução nº 4.643, de 1.4.2015, publicada no DOU de 6.4.2015.
ALLMP	50500.088191/2014-74	TRANSFORMAÇÃO DE 1 VAGÃO SÉRIE GTD PARA PED	Portaria nº 111, de 18.11.2014, publicada no DOU de 24.11.2014, retificada no DOU de 7.7.2015
	50500.145657/2014-46	PEDIDO DE VINCULAÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS - SOCADORA E REGULARIZADORAS DE LASTRO	Resolução nº 4.945, de 25.11.2015, publicada no DOU de 30.11.2015
	50500.133361/2015-63	DESVINCULAÇÃO DE ÁREA NO MUNICÍPIO DE MAIRINQUE/SP	Resolução nº 4.818, de 27.08.2015, publicada no DOU de 02.09.2015
	50500.058653/2009-61	VINCULAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS LOCALIZADOS NA OFICINA DE SOLDA DE TRILHOS DE BAGÊ/RS - 8 Bens a Malha Sul + 13 Bens a Malha Paulista	Resolução nº 4.648, de 1.4.2015, publicada no DOU de 6.4.2015.
ALLMS	50500.015113/2014-51	DESVINCULAÇÃO DE MATERIAL RODANTE LOCALIZADO NO PÁTIO FERROVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE BOTUCATU/SP	Resolução nº 4.687, de 30.4.2015, publicada no DOU de 7.5.2015.
	50500.056411/2014-09	DESVINCULAÇÃO/ CESSÃO DE ÁREA NO MUNICÍPIO DE EREBANGO/RS.	Resolução nº 4.685, de 30.4.2015, publicada no DOU de 13.5.2015, retificando a Resolução nº 4.530, de 19/12/2014.
	50500.150898/2014-15	DESVINCULAÇÃO DAS ESTAÇÕES CAPITÃO RITER E SILVA VARGAS, SITUADAS EM VACARIA/RS.	Resolução nº 4.659, de 10.4.2015, publicada no DOU de 16.4.2015.
	50500.039378/2015-25	DEVOLUÇÃO DE BENS - CONJUNTO FERROVIÁRIO DE MARCÍLIO DIAS	Resolução nº 4.647, de 01.04.2015, publicada no DOU de 06.04.2015
	50500.020620/2013-25	CONTRATO DE CESSÃO DE USO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO - NBP 6202373	Resolução nº 4.937 de 19.11.2015, publicada no DOU de 25.11.2015
	50500.110629/2014-16	TRANSFERÊNCIA DE LOCOMOTIVAS E VAGÕES ARRENDADOS À FCA PARA A FERROESTE	Deliberação nº 115, de 10.4.2015, publicada no DOU de 16.4.2015
FCA	50500.028326/2011-08	OIC - DEMOLIÇÃO DA ESTAÇÃO PEDRO FERREIRA/MG PARA AMPLIAÇÃO DO PÁTIO FERROVIÁRIO DE PEDRO FERREIRA/MG.	Resolução nº 4.776, de 6.7.2015, publicada no DOU de 9.7.2015
	50500.102589/2013-41	TRANSFERÊNCIA DIRETA ONEROSA E PERMANENTE DE 05 (CINCO) LOCOMOTIVAS ALCO MX62 E 399 (TREZENTOS E NOVENTA E NOVE) VAGÕES FHD ARRENDADOS À FCA PARA A FERROESTE	Deliberação nº 115, de 10.4.2015, publicada no DOU de 16.4.2015.
	50500.023386/2013-98	DESVINCULAÇÃO DE BENS IMÓVEIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE CRIÇÚMA/SC (desvinculação de 20 bens imóveis e vinculação de 1 bem)	Resolução nº 4783, de 07.07.2015, Publicada no DOU de 10.07.2015
FTC	50500.081959/2012-17	DESVINCULAÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE LAGUNA. NBP: 6200019.	Resolução nº 4.840, de 10.9.2015, publicada no DOU de 14.9.2015.
	50500.213839/2015-38	SOLICITAÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO DE VAGÕES TIPO GHD NO MODELO PDD (20 VAGÕES)	Portaria SUFER nº 142, 7.12.2015, publicada no DOU de 9.12.2015
	50500.085190/2012-14	INTEGRALIZAÇÃO DE BENS LOCALIZADOS NO ESTADO DO CEARÁ.	Resolução nº 4.759, de 18.6.2015, publicada no DOU de 23.6.2015.
FTL	50525.005133/2014-35	SOLICITAÇÃO DE DESVINCULAÇÃO DA "GUARITA KM4", NBP 1221721, LOCALIZADA NA OFICINA CENTRAL DE FORTALEZA-CE.	Resolução nº 4.557, de 28.1.2015, publicada no DOU de 6.2.2015.
	50500.165805/2014-49	PEDIDO DE INTEGRALIZAÇÃO DO IMÓVEL GARAGEM DE AUTO DE LINHA NBP 1205951.	Resolução nº 4.646, de 1.4.2015, publicada no DOU de 6.4.2015.
MRS	50500.004037/2011-13	DESVINCULAÇÃO DE BEM ARRENDADO CAMINHÃO MERCEDES BENZ NBP 3406204	Portaria nº 046, de 26.2.2015, Publicada no DOU de 5.3.2015.
	50500.019223/2010-68	DESVINCULAÇÃO DE BENS ARRENDADOS	Portaria nº 062, de 12.3.2015, Publicada no DOU de 20.3.2015.
	50500.138163/2013-24	SUBSTITUIÇÃO DE 161 VAGÕES ARRENDADOS POR 115 VAGÕES PRÓPRIOS	Portaria nº 024, de 26.1.2015, Publicada no DOU de 2.2.2015.
	50500.030157/2014-19	DESVINCULAÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE TAUBATE/SP - NBP 3204536	Resolução nº 4.684, de 30.4.2015, publicada no DOU de 7.5.2015.
	50500.044025/2014-66	SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAL RODANTE ARRENDADO - FROTA DE VAGÕES HAS X GDT	Portaria nº 068, de 4.5.2015, Publicada no DOU de 18.5.2015.
	50500.108420/2014-84	DESVINCULAÇÃO DO BEM IMÓVEL DENOMINADO OFICINA MECÂNICA, LOCALIZADA NO PÁTIO DE UTINGA - NBP: 4208032	Resolução nº 4.660, de 10.4.2015, publicada no DOU de 16.4.2015.
	50500.165770/2014-48	DESVINCULAÇÃO DE 5 BENS MÓVEIS (VEÍCULOS)	Portaria SUFER nº124, de 17.11.2015
	50505.061280/2014-23	TRANSFERÊNCIA DE 6 (SEIS) LOCOMOTIVAS DA MRS PARA A FTL, EM CARÁTER DEFINITIVO	Portaria nº 141, de 7.12.2015, publicada no DOU de 10.12.2015

Fonte:CECAF/SUFER

FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E REGULAÇÃO ECONÔMICA

Em 2015, o Manual de Fiscalização foi totalmente revisto e atualizado, atualização essa foi aprovada pela Deliberação ANTT nº 121/15.

O Manual de Fiscalização Financeira possui, basicamente, duas funções. A primeira é detalhar as possíveis

modalidades de fiscalização a serem empregadas ao longo do ano.

A segunda, mais densa, é a de elencar todos os itens da Fiscalização Ordinária, que são imprescindíveis e necessários à emissão dos Atestados de Regularidade, nos dois ciclos de fiscalização definidos no Manual: 31 de maio e 30 de novembro de cada ano.

O quadro abaixo elenca a quantidade de itens fiscalizados por concessionária, em cada um destes ciclos. Se qualquer um dos itens apresentar a situação Irregular o Atestado de Regularidade respectivo àquela concessionária não é emitido. A quantidade de itens por concessionária é variável, a depender do Contrato de Concessão, Resoluções da ANTT e outros fatores mandatários.

Concessionária	Itens Fiscalizados
ALLMO	31
ALLMN	17
ALLMP	28
ALLMS	31
EFC	22
EFVM	21
FCA	24
FNS	19
MRS	24
FTC	22
TLSA	20
FTL	24
FERROESTE	11
FNS/VALEC	15
FIOL/VALEC	15

- Fiscalização Financeira Ordinária

A Fiscalização Ordinária é aquela realizada permanentemente seguindo os preceitos do Manual de Fiscalização Financeira. É a partir da fiscalização ordinária que se “atesta a conformidade das empresas reguladas em relação às condições avençadas nos editais de licitação, contratos de outorga e demais normas legais aplicáveis”. Esta fiscalização é realizada anualmente e tem por base os documentos e informações encaminhados pelas concessionárias ferroviárias.

Como resultado, é possível identificar prováveis infrações, apurar irregularidades e propor melhorias, bem como atestar a regularidade ou não das outorgas. Em 2015, foram emitidos os Atestados de Regularidade para as concessionárias em situação regular ou regular com ressalva, conforme quadro abaixo:

Concessionária	31/05/2015	30/11/2015
ALLMO	NÃO	NÃO
ALLMN	SIM	SIM
ALLMP	NÃO	SIM
ALLMS	NÃO	SIM
EFC	NÃO	NÃO
EFVM	SIM	SIM
FCA	NÃO	SIM
FNS	SIM	SIM
MRS	SIM	SIM
FTC	SIM	SIM
TLSA	NÃO	NÃO
FTL	NÃO	NÃO
FERROESTE	SIM	SIM
FNS/VALEC	SIM	SIM
FIOL/VALEC	SIM	SIM

- Tarifas de Frete Ferroviário

São diversos os procedimentos conduzidos em relação às tabelas tarifárias, tais como: reajustes, revisões, arbitragens, estudos e fiscalização.

Ao longo de 2015, foram conduzidos os processos de reajuste, conforme demonstra a tabela abaixo. O reajuste da concessionária Ferrovias Centro Atlântica (FCA) foi negado em virtude de estar, à época, irregular quanto a cláusulas contratuais e regulamentares da ANTT.

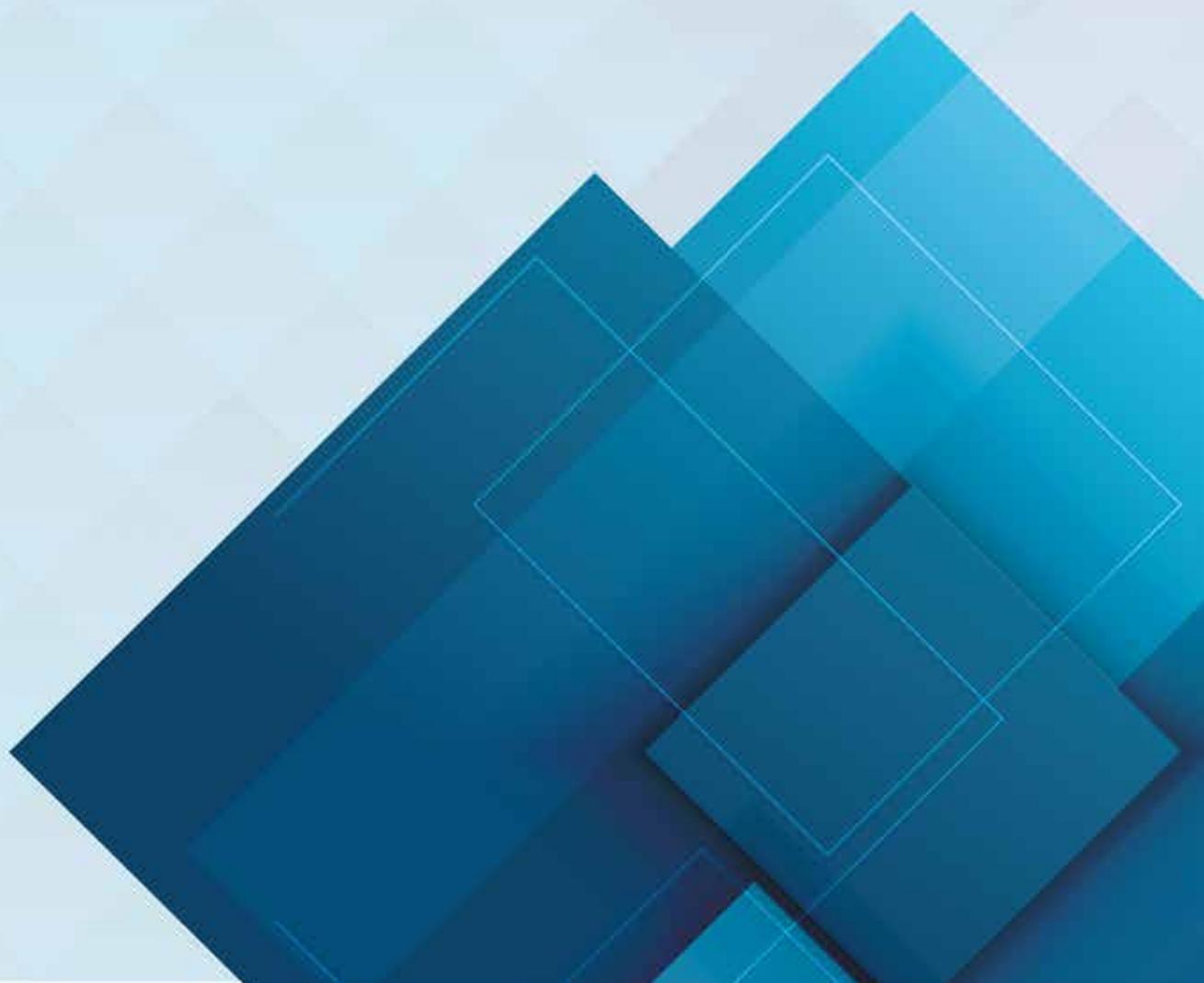
Concessionária	Processo	Resolução	Data DOU
EFC	50500.139838/2015-14	4.790	23/07/2015
EFVM	50500.139837/2015-70	4.789	23/07/2015
FCA	50510.016236/2014-90	-	-
MRS	50500.022006/2015-60	4.599	26/02/2015
ALLMP	50500.344695/2015-61	4.977	24/12/2015
FNS	50510.029808/2015-81	4.828	08/09/2/015
MRS	50500.368426/2015-90	4.985	24/12/2015

Foram conduzidos e/ou finalizados dois processos administrativos de arbitragem de tarifa, usuários e concessionárias. A quantidade de notificações de infração emitidas em 2015, bem como as respectivas defesas analisadas, está exposta abaixo, por empresa:

Concessionária	Autos de Infração	Análises de Defesas
ALLMO	4	4
ALLMN	2	2
ALLMP	2	2
ALLMS	2	2
EFC	1	1
EFVM	1	1
FCA	3	2
FNS	1	1
MRS	4	2
TLSA	1	1
FTL	1	1
FIOL/VALEC	3	3
FNS/VALEC	4	4
Total	29	26



TRANSPORTE DE CARGAS



TRANSPORTE DE CARGAS**Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) - Viagens fiscalizadas**

COFIS	CONSOLIDADO			
	Meta	Executado	% Executado	Autos Lavrados
URBA	240	264	110,00%	152
URCE	7.836	7.363	93,96%	1.149
URCN	4.080	4.549	111,50%	523
URMA	7.164	7.631	106,52%	2.957
URMG	1.821.842	2.053.505	112,72%	27.945
URPE	2.844	2.341	82,31%	947
URRJ	4.329.929	5.911.956	136,54%	96.993
URRS	3.022.358	2.423.143	80,17%	39.603
URSP	5.588.138	6.008.578	107,52%	42.482
Total	14.784.431	16.419.330	111,06%	212.751

Em 2015 foram realizados 16.419.330 procedimentos de fiscalização nos serviços de Transporte Rodoviário de Cargas (TRC). O resultado obtido representa execução de 111,06% da meta para o período. A partir dessas ações de fiscalização no TRC, foram lavrados 212.751 autos de infração.

Nos meses de fevereiro, março e abril foi realizada a Operação Safra 2015, um esforço interministerial entre a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a execução de ações integradas entre diversos órgãos e entidades públicas das esferas federal, estadual e municipal e também entes privados de forma a garantir o escoamento da produção de soja para o Porto de Santos. Foram utilizados pela ANTT 6 pontos de fiscalização (Paranaíba/MS, Aparecida do Taboado/MS Araraquara/SP, Limeira/SP, Igarapava/SP e Corumbataí/SP), nos quais foram realizados 11.725 procedimentos de fiscalização e lavrados 148 autos de infração.

Excesso de Peso (EP)**Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) - Viagens fiscalizadas**

COFIS	EP			
	Meta	Executado	% Executado	Autos Lavrados
URBA	-	-	0,00%	-
URCE	-	-	0,00%	-
URCN	-	-	0,00%	-
URMA	-	-	0,00%	-
URMG	1.817.783	2.045.615	112,53%	22.300
URPE	-	-	0,00%	-
URRJ	4.296.665	5.864.880	136,50%	83.776
URRS	2.987.438	2.391.305	80,05%	37.192
URSP	5.558.906	5.977.775	107,54%	36.586
Total	14.660.792	16.279.575	111,04%	179.854

A partir de 2014 as metas de fiscalização de EP passaram a ser estabelecidas exclusivamente para as balanças seletivas.

Em 2015 foram realizados 16.279.575 procedimentos de fiscalização de EP, o que corresponde a 111,04% da meta

para o período. Foram lavrados 179.854 autos de infração. Destaca-se que a fiscalização de excesso de peso representa 99,14% da fiscalização de transporte de cargas realizada no exercício.

A execução está dentro do esperado e traduz o tráfego elevado de veículos nas rodovias concedidas, com balança em funcionamento.

Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC

Ao final de 2015, encontravam-se regularmente inscritos no RNTRC 1.106.611 transportadores, sendo que desse número, 918.391 são relativos a profissionais autônomos, 187.784 empresas e 436 cooperativas, com uma frota total de 2.339.703 veículos.

A saber, para exercer a atividade econômica do Transporte Rodoviário Autorizado de Cargas, faz-se necessária a prévia inscrição do interessado no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC.

Pagamento Eletrônico de Frete – PEF

O Pagamento Eletrônico de Frete (PEF) visa formalizar o relacionamento entre embarcadores e transportadores rodoviários de cargas, tendo como foco os transportadores autônomos, as empresas de transporte rodoviário com até três veículos e as cooperativas cadastradas no RNTRC. Em 2015, 25 empresas estavam habilitadas como administradoras de meios de Pagamento Eletrônico de Frete. Quanto às operações de transporte, 6.709.200 foram cadastradas entre janeiro e dezembro de 2015.

Vale-Pedágio Obrigatório

Com relação ao fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório, cinco empresas estão habilitadas a fornecer os modelos, que devem ser aceitos em todas as praças de pedágio.

A fiscalização do RNTRC, PEF e Vale Pedágio em 2015 é apresentada abaixo, por Unidade Regional:

Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) - Viagens fiscalizadas

COFIS	RNTRC + PEF + VP					
	Meta	Executado	% Executado	Autos Lavrados RNTRC	Autos Lavrados PEF	Autos Lavrados VP
URBA	240	264	110,00%	81	71	-
URCE	7.296	6.135	84,09%	606	210	-
URCN	3.600	4.162	115,61%	292	17	-
URMA	6.624	7.146	107,88%	2.015	518	-
URMG	3.384	7.073	209,01%	3.333	573	604
URPE	2.304	1.693	73,48%	341	109	-
URRJ	27.864	41.156	147,70%	9.908	664	532
URRS	15.552	15.290	98,32%	658	122	39
URSP	25.896	26.454	102,15%	2.774	266	465
Total	92.760	109.373	117,91%	20.008	2.550	1.640

No ano de 2015 foram realizados 109.373 procedimentos de fiscalização de RNTRC, PEF e VP, o que corresponde a 117,91% da meta para o período. Sendo lavrados o total de 24.198 autos de infração.

Operador de Transporte Multimodal e de Cargas - OTM

Em consonância à Resolução ANTT nº 794/2004, ao longo de 2015, foram concedidas 73 habilitações, recadastrados 18 operadores e canceladas 26 habilitações, totalizando 529 habilitados como Operadores de Transporte Multimodal – OTM. Destes, 6 (seis) são empresas estrangeiras.

O exercício da atividade do Operador de Transporte Multimodal – OTM depende de prévia habilitação e registro.

Transporte Rodoviário Internacional de Cargas – TRIC

A modalidade de Transporte Rodoviário Internacional de Cargas - TRIC é operada com base no Acordo sobre **Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) - Viagens fiscalizadas**

COFIS	TRIC			
	Meta	Executado	% Executado	Autos Lavrados
URBA	-	-	0,00%	-
URCE	-	-	0,00%	-
URCN	120	-	0,00%	-
URMA	-	-	0,00%	-
URMG	-	14	0,00%	9
URPE	-	-	0,00%	-
URRJ	-	244	0,00%	8
URRS	17.568	14.331	81,57%	1.090
URSP	1.536	2.269	147,72%	274
Total	19.224	16.858	87,69%	1.381

Transporte Internacional Terrestre (ATIT) de que trata o Decreto nº 99.704, de 20 de novembro de 1990, em que foram definidas as normas para execução do serviço.

Em 2015, foram concedidas 165 habilitações e 53 renovações a empresas brasileiras e 152 habilitações e 66 renovações a empresas estrangeiras. Ao final, eram 623 empresas brasileiras autorizadas a transportar para território estrangeiro e 1.274 empresas estrangeiras autorizadas a transportar para o Brasil, com uma frota de 48.126 veículos brasileiros e 49.527 veículos estrangeiros.

Para o TRIC foram estabelecidas metas apenas para as UR's que possuem fronteira com outros países. Em 2015, foram realizados 16.858 procedimentos de fiscalização de TRIC, 87,69% da meta para o período. Sendo lavrados 1.381 autos de infração.

No caso da URCN, os pontos de fronteira habilitados para o fluxo internacional de veículos de cargas estão concentrados na região norte do país e, como no primeiro semestre as chuvas estavam intensas naquela região, esta modalidade de fiscalização foi deixada para o segundo semestre pela UR. Porém, devido ao contingenciamento orçamentário, foi priorizado o combate ao transporte clandestino interestadual de passageiros em detrimento da fiscalização de TRIC.

Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) - Viagens fiscalizadas

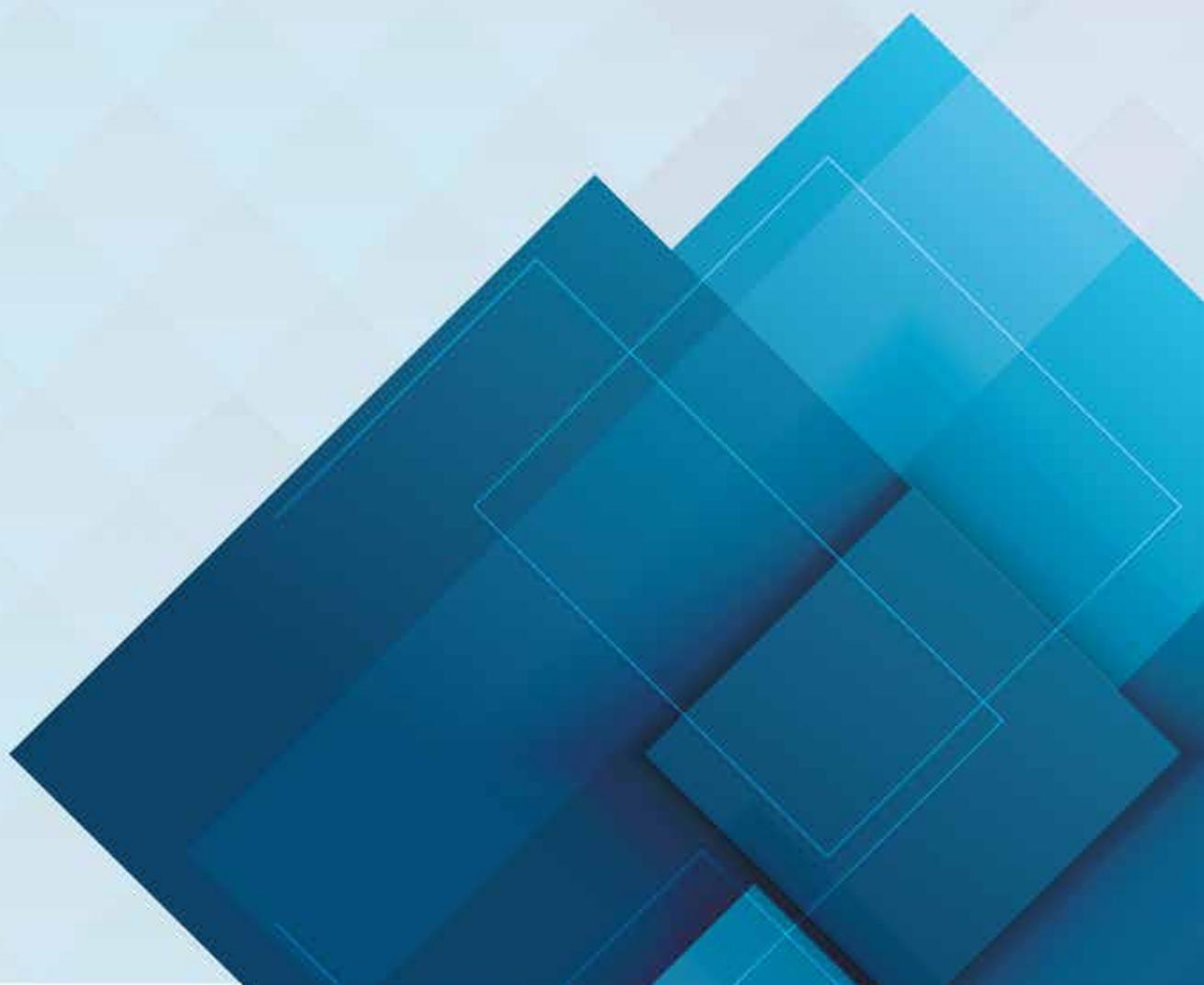
COFIS	TRPP			
	Meta	Executado	% Executado	Autos Lavrados
URBA	-	-	0,00%	-
URCE	540	1.228	227,41%	333
URCN	360	387	107,50%	214
URMA	540	485	89,81%	424
URMG	675	803	118,96%	1.126
URPE	540	648	120,00%	497
URRJ	5.400	5.676	105,11%	2.105
URRS	1.800	2.217	123,17%	502
URSP	1.800	2.080	115,56%	2.117
Total	11.655	13.524	116,04%	7.318

No ano de 2015, foram realizados 13.524 procedimentos de fiscalização de TRPP, o que corresponde a 116,04% da meta para o período. Foram lavrados 7.318 autos de infração.

EMBARQUE
Plataformas 1 a 32

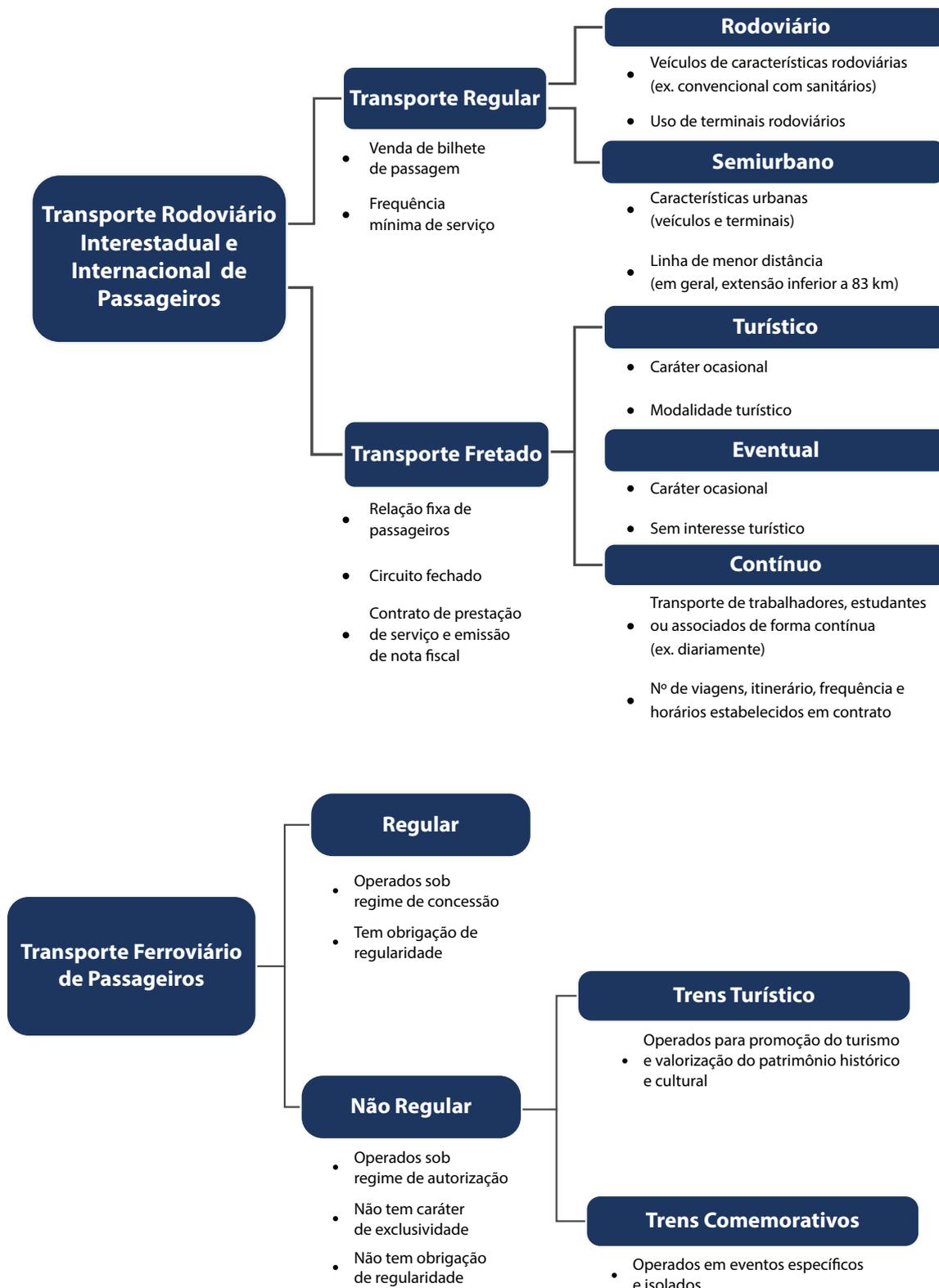


TRANSPORTE DE PASSAGEIROS



TRANSPORTE DE PASSAGEIROS**CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS**

Os serviços de transporte de passageiros são classificados conforme esquema a seguir:



Em dezembro de 2015, haviam 3.581 empresas cadastradas na ANTT para o modal Rodoviário e 14 empresas para o Ferroviário. A evolução do número de empresas, linhas, motoristas e frota durante o ano de 2015 é mostrada na tabela a seguir.

	Modal	Jan/2015	Dez/2015	Variação %
Nº de Empresas	Rodoviário	3.746	3.581	-4,4%
	Ferroviário	11	14	27,3%
	Total	3757	3595	-4,3%
Linhas/ Serviços Regulares	Rodoviário	2.751	2.958	7,5%
	Ferroviário	16	18	12,5%
	Total	2767	2976	7,6%
Motoristas	Rodoviário	69.447	71.399	2,8%
Frota		38.394	32.758	-14,7%

Em 2015 foram transportados aproximadamente 110 milhões de passageiros nos serviços de transporte regulamentados pela ANTT. Especificamente para o modal Rodoviário, foram executadas cerca de 3,5 milhões de viagens, conforme tabela abaixo.

	Modal	2014	2015	Variação %
Viagens	Rodoviário	3.440.470	3.484.726	1,3%
Passageiros Transportados	Rodoviário	110.938.706	107.825.938	-2,8%
	Ferroviário	2.078.900	1.889.208	-9,1%
	Total	113.017.606	109.715.146	-2,9%

OUTORGA

De acordo com o art. 13 e 14 da Lei nº 10.233/2001, a delegação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros será realizada mediante os seguintes instrumentos:

- Permissão – transporte terrestre coletivo interestadual semiurbano de passageiros desvinculados da exploração da infraestrutura;
- Autorização – transporte rodoviário coletivo regular interestadual e internacional de passageiros e transporte rodoviário de passageiros realizado em regime de fretamento.

Ademais, o art. 49 da Lei nº 10.233/2001 disciplina que é facultado à Agência autorizar a prestação de serviços de transporte sujeitos a outras formas de outorga, em caráter especial e de emergência.

Permissão

Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual Semiurbano de Passageiros – Distrito Federal e municípios de seu entorno.

- Do Edital de Licitação nº 2/2014

Durante a fase de recebimento de propostas, houve uma empresa proponente para o Lote 2, duas para o Lote 3 e duas para o Lote 4. Não houve interessadas em participar da licitação do lote 1. A proponente do Lote 2 foi eliminada na fase de Qualificação. Assim, a licitação, na forma como foi inicialmente lançada, seguiu apenas em relação aos Lotes 3 e 4.

Após a abertura dos Planos de Negócios das vencedoras, a Comissão de Outorga apontou inconsistências na documentação apresentada para os Lotes 3 e 4, como ausência de informações e documentos que deveriam constar

originariamente, razão pela qual ambos os Planos de Negócios foram rejeitados.

Considerando que a rejeição dos Planos de Negócios no caso concreto ensejaria a desclassificação das únicas proponentes classificadas para os Lotes 3 e 4, o interesse público envolvido, e o disposto no § 3º do art. 48 da Lei 8666/93, a ANTT abriu prazo para que as licitantes reapresentassem documentação correta, em 8 dias úteis, conforme Deliberações nº 382 e 383, de 8 de dezembro de 2014. As novas documentações foram apresentadas no prazo, analisadas, e aceitas pela Comissão. Não houve a apresentação de recursos contra a decisão da Comissão de Outorga.

Com isso, a Licitação foi homologada pela ANTT pela Resolução ANTT nº 4552 para o Lote 3 e Resolução ANTT nº 4553 para o Lote 4, ambas publicadas em janeiro de 2015 no Diário Oficial da União.

Diante da abertura de prazo para reapresentação do Plano de Negócios para as proponentes dos Lotes 3 e 4, a proponente do Lote 2, Kandango Transportes e Turismo LTDA, interpôs recurso à Diretoria, que foi posteriormente acatado por meio da Deliberação ANTT nº 16, de 15 de Janeiro de 2015, determinando à proponente a apresentação no prazo de 8 (oito) dias úteis nova documentação referente ao Envelope I. A documentação entregue foi analisada e aceita pela Comissão de Outorga e pela BM&FBovespa.

Em março de 2015, realizou-se Sessão Pública de Abertura do Envelope II – Qualificação da empresa proponente do Lote 2, e, após análise pela Comissão de Outorga, a Proponente foi eliminada do certame por ausência de requisitos previstos no Edital. Dessa decisão a proponente interpôs recurso administrativo, ao qual foi negado provimento pela Diretoria da ANTT.

Em relação ao Lote 4, o Contrato de Permissão com a empresa vencedora do certame foi assinado em 22 de julho de 2015. Atualmente, aguarda-se o início das operações pela vencedora, previsto para o segundo semestre de 2016.

Quanto ao Lote 3, foi publicado, no dia 6 de novembro de 2015, acórdão do Tribunal de Contas da União, em representação interposta pela Cootransp, contra a homologação e adjudicação do Lote à empresa UTB Transporte Brasília. A decisão foi no sentido de serem anulados os atos que levaram à habilitação da empresa UTB União Transporte Brasília Ltda., bem como dos atos subsequentes, facultando à ANTT a retomada do processo licitatório no momento imediatamente anterior a essa etapa ou o desfazimento de todo o procedimento licitatório no que se refere ao Lote 3.

Diante disso, em 27 de novembro de 2015, foi publicada a Deliberação DG nº 379, revogando o certame licitatório referente ao Lote 3. Saliente-se, entretanto, que ante a interposição de recurso por parte da UTB, ainda pendente de julgamento, o acórdão do TCU não é definitivo.

- Adaptação do Edital nº2/2014 e Respectivo Plano de Outorga

Tendo em vista que para o Lote 1 não houve proponente interessado (licitação deserta) e que o único proponente ao Lote 2 foi eliminado (licitação fracassada), foram realizadas adequações no Plano de Outorga, como a racionalização das linhas existentes e a reconfiguração dos Lotes 1 e 2 ofertados na Licitação, bem como foram realizadas algumas mudanças nas minutas de Edital e Contrato de Permissão, incorporando a experiência adquirida ao longo do processo licitatório. A reconfiguração dos Lotes 1 e 2 resultou na divisão deles em 4 Lotes.

- Audiência Pública Nº4/2015

Após a conclusão das modificações foi aberta a Audiência Pública, com o objetivo de obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento do ato regulamentar sobre o Plano de Outorga dos novos 4 Lotes e as Minutas do Edital de Licitação e de Contrato de Permissão. A Sessão Pública foi realizada em agosto de 2015 e atualmente a equipe técnica trabalha no Relatório Final da Audiência Pública.

Após aprovação do Plano de Outorga pela Procuradoria Geral e Diretoria da ANTT, esse deverá ser submetido à aprovação por parte do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e do Tribunal de Contas da União – TCU, com consequente publicação do edital de licitação.

Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual Semiurbano de Passageiros entre Estados Brasileiros

- Plano de Outorga e Projetos Básicos

Em setembro de 2013, foi publicado o Despacho do Ministro dos Transportes aprovando o Plano de Outorga, que visa a permissão para exploração dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual Semiurbano de Passageiros nas regiões entre Estados Brasileiros.

No primeiro semestre de 2014, o Plano de Outorga e seus respectivos anexos, dentre eles os Projetos Básicos dos 10 Lotes, foram aperfeiçoados, contendo adequações em alguns Projetos Básicos na busca pela melhor caracterização das áreas envolvidas nos serviços.

- Audiência Pública nº 11/2014

Foi publicado em outubro de 2014 o Aviso da Audiência Pública nº 11/2014 relativa aos Serviços Regulares de Transporte Rodoviário Interestadual Semiurbano de Passageiros que atendem as regiões entre os Estados Brasileiros, operados por ônibus do tipo urbano, com objetivo obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento do ato regulamentar, a ser expedido pela ANTT sobre o Plano de Outorga e as minutas do Edital de Licitação e de Contrato de Permissão.

O relatório final da Audiência Pública nº 11/2014 está em fase de conclusão e estão previstas também adequações do Plano de Outorga e das minutas do Edital de Licitação e de Contrato de Permissão.

- Tratativas para delegação de serviços a municípios

I. Timon/MA e Teresina/PI

Em 26 de outubro de 2015, foi publicada, no Diário Oficial de Timon/MA, a Lei Municipal nº 1.996, autorizando o município a constituir com o município de Teresina/PI o Consórcio Intermunicipal de Mobilidade Urbana, bem como ratificando protocolo de intenções, com vistas a “constituir consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, objetivando a instituição de entidade destinada a integração do sistema de transporte público coletivo interestadual de caráter urbano de passageiros, bem como outras atribuições relativas ao transporte público conferidas por meio de convênios de cooperação técnica e administrativa”.

Posteriormente, foi publicada, em Teresina/PI, a Lei nº 4.857, de 29 de dezembro de 2015, também autorizando o município a constituir consórcio público com o município de Teresina/PI e ratificando protocolo de intenções.

Com isso, a Agência e os municípios envolvidos iniciaram as tratativas para a celebração de convênio, de modo a permitir que o consórcio público administre os serviços de transporte semiurbano de passageiros entre essas entidades federativas.

II. Rio Negro/PR e Mafra/SC

Em 2014, foi encaminhado a esta ANTT o Ofício nº 190/2014, por meio do qual as Prefeituras Municipais de Rio Negro/PR e Mafra/SC informaram a existência do Consórcio Municipal de Mobilidade Urbana – CIMU, já ratificado pelas partes, por meio das Leis Municipais nº 3.965/2013 de Mafra/SC e nº 2.389/2013 de Rio Negro/PR, e solicitaram a homologação e delegação de competência para gestão do transporte interestadual.

Após análise do citado Contrato de Consórcio e respectivas leis, a Procuradoria-Geral desta Agência se manifestou quanto à necessidade de ajustes nos documentos apresentados, para que fosse possível a delegação, por meio de Convênio, a ser celebrado entre o consórcio e a ANTT, e aguarda o atendimento às alterações recomendadas para prosseguir com as tratativas.

Autorização

Transporte Regular

Com a publicação da Resolução ANTT nº 4.770/2015, a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros passa a exigir a habilitação da empresa para obtenção do Termo de Autorização de Serviços Regulares (TAR). Em função dos prazos estabelecidos para entrega e análise da documentação durante o período de transição não foram publicados TAR no ano de 2015.

Transporte por Fretamento

I. Autorização Especial

Trata-se de pedidos administrativos, protocolados pelas empresas, em que solicitam autorização administrativa, na forma do art. 49 da Lei nº 10.233/01, para operar serviços ou permissão a título precário, em 2015, foram emitidas 19 (dezenove) autorizações.

II. Chamamentos Públicos

Trata-se de procedimento destinado a selecionar empresa interessada para prestar os serviços regulares de transporte rodoviário interestadual de passageiros entre localidades onde não há atendimento suficiente, isto é, não basta que um serviço esteja meramente no papel para se caracterizar atendimento da população, é necessário que todos os elementos disciplinados (regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade tarifária) estejam preenchidos para se caracterizar a devida prestação do serviço.

No ano de 2015 foram realizados dois Chamamentos Públicos, sendo eles:

Chamamento Público nº 001/2015: teve como finalidade autorizar empresa(s) para prestar(em) os serviços de transporte entre as localidades de São José do Calçado/ES – Santo Eduardo/RJ, via Bom Jesus do Itabapoana/RJ, São José do Calçado/ES - Bom Jesus do Itabapoana/RJ e São José do Calçado/ES – Santa Maria/RJ, sob o regime de autorização especial, até que seja publicado o normativo que irá regulamentar o disposto na Lei n.º 12.996, de 2014, no que se refere às alterações que ocorreram na Lei n.º 10.233, de 2001. O Chamamento já foi finalizado e resultou na autorização para a Empresa Brasil Transporte e Turismo Ltda. a operar os serviços ofertados.

Chamamento Público nº 003/2015: teve por objeto autorizar empresa para prestar os serviços regulares entre localidades de Rio Branco (AC) – Boca do Acre (AM), sob o regime de autorização especial, até o dia 30 de novembro de 2016, podendo expirar antes quando da finalização de concessão de permissão ou de autorização na forma, respectivamente, de edital e regulamento específico. O Chamamento já foi finalizado, tendo sido autorizada a empresa Verde Transportes Ltda. a operar o serviço ofertado.

III. Transferência de Serviços – Resoluções nº. 1445/2006 e nº. 3076/2009

A Resolução ANTT nº 3.076/09 estabelece os critérios e procedimentos para a transferência de serviços operados por empresas que possuem autorização sob regime especial. Em 2015, foram publicadas 45 resoluções de transferência de serviços.

O gráfico a seguir resume o quantitativo de resoluções publicadas por tipo de requerimento:



ATIVIDADE DE REGULAMENTAÇÃO

I. Implementar fatores opcionais de acréscimo aos multiplicadores tarifários dos serviços diferenciados, previstos na Resolução ANTT nº 4.130, de 3 de julho de 2013.

A Lei nº 10.233/2001 foi recentemente alterada pela Lei nº 12.996/2014, a qual modificou substancialmente a forma de delegação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, que passou do regime de permissão para o regime de autorização. De acordo com o Art. 43, as autorizações deverão possuir, dentre outras, as seguintes características: ser exercida em liberdade de preços dos serviços, tarifas e fretes e em ambiente de livre e aberta competição.

Em virtude da mudança de cenário, houve necessidade de se ajustar as regras que tratam dos multiplicadores tarifários dos serviços diferenciados. Em 9 de dezembro de 2015, foi publicada a Resolução ANTT nº 4.953, implementando fatores opcionais de acréscimo aos multiplicadores tarifários dos serviços diferenciados.

II. Sistema de Monitoramento Automatizado

O principal objetivo deste projeto foi elaborar estudos para definição de padrões, serviços, tecnologia e equipamentos necessários ao aprimoramento da atuação da Agência na gestão dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros por intermédio de sistemas de monitoramento automatizado.

A especificação do sistema automatizado de coleta de informações se deu por meio da Resolução ANTT nº 4.499, de 28 de novembro de 2014, a qual define o tipo, a estruturação, a coleta, o armazenamento, a disponibilização e o envio dos dados coletados pelo Sistema de Monitoramento do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional Coletivo de Passageiros.

O processo se encontra na fase de implantação, com a definição dos modelos de arquivos de transmissão e de estruturação do banco de dados, a previsão para implantação do monitoramento automatizado é de agosto a dezembro de 2016.

III. Processo Seletivo Público

A realização de processo seletivo público para outorga de autorização está prevista em lei, conforme o art. 47-B da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e deverá ser realizado nos casos em que for constatada inviabilidade operacional, conforme o art. 41 da Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Nesse contexto, faz-se necessária a realização de estudos para definir os critérios mais adequados de seleção de empresas para prestação dos serviços de transporte regular rodoviário interestadual e internacional de passageiros no âmbito da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Em dezembro de 2015, a ANTT divulgou o Aviso da Audiência Pública nº 13/2015, para obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da proposta de Resolução.

IV. Revisão da Regulamentação de Fretamento

A prestação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de fretamento, era regulada pela Resolução ANTT nº 1.166/2005. Tendo em vista a evolução desse mercado e a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de controle, desde 2012 foi iniciado o processo de aprimoramento da proposta de revisão da regulamentação desses serviços.

Em 8 de julho de 2015, o projeto foi concluído, com a publicação da Resolução ANTT nº 4.777, dispondo sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

V. Regras e procedimentos para a venda de passagens pela internet para os serviços do TRIIP

O objetivo do projeto é estudar e propor regras e procedimentos que devem ser observados nas vendas de passagem pela internet para os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Nos termos do art. 23, § 4º, da Resolução ANTT nº 4.282/2014, a venda pela internet será obrigatória a partir de 90 (noventa) dias da emissão das Licenças Operacionais previstas na Resolução ANTT nº 4.770, de 2015, ou a partir de 30 de novembro de 2016, o que ocorrer primeiro. Atualmente, o projeto está em fase de estudos e análise de impacto regulatório.

VI. Regulamentação do Estatuto da Juventude

A Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, instituiu o Estatuto da Juventude, conferindo aos jovens de baixa renda, no sistema de transporte coletivo interestadual, a reserva, por veículo, de 2 (duas) vagas gratuitas e de 2 (duas) vagas com desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, a serem utilizadas após esgotadas as vagas gratuitas.

O art. 21 do Decreto nº 8.537, de 5 de outubro de 2015 estabeleceu que o benefício será disciplinado em resolução específica pela ANTT, encontra-se em análise a minuta de resolução.

TARIFAS

Reajuste das Tarifas do Transporte Rodoviário de Passageiros – Resoluções nºs 1627/2006 e 2130/2007

Atualmente, tanto os serviços com características rodoviárias quanto os semiurbanos são reajustados por meio de fórmulas paramétricas que consideram os custos operacionais dos dois serviços. As fórmulas contêm índices de preço estabelecidos pela Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

No ano de 2015, para o serviço com características rodoviárias, o reajuste foi de 7,708%, aplicado a partir de 1º de julho de 2015, conforme Resolução nº 4.765, de 25 de junho de 2015.

Quanto ao semiurbano, como não tiveram reajustes nos anos de 2013 e 2014, foi aprovado para o serviço em 2015 o reajuste de 18,39%, aplicado a partir de 15 de fevereiro de 2015, conforme Resolução nº 4.595, de 11 de fevereiro de 2015.

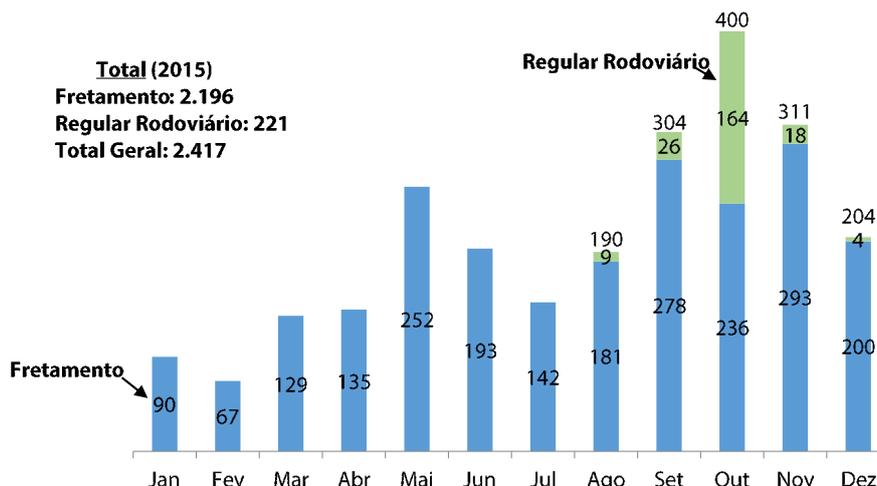
TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS

Habilitação e cadastramento

- Empresas

A publicação das Resoluções ANTT nº 4.770 e ANTT nº 4.777, de 2015 promoveu a necessidade de cadastramento de novas empresas e atualização de cadastro de empresas existentes durante o ano de 2015. Dessa forma, o número de processos de habilitação de empresas analisados em 2015 cresceu 51,3% em relação a 2014, como mostrado no gráfico abaixo.

Análise mensal de processos de habilitação de empresas

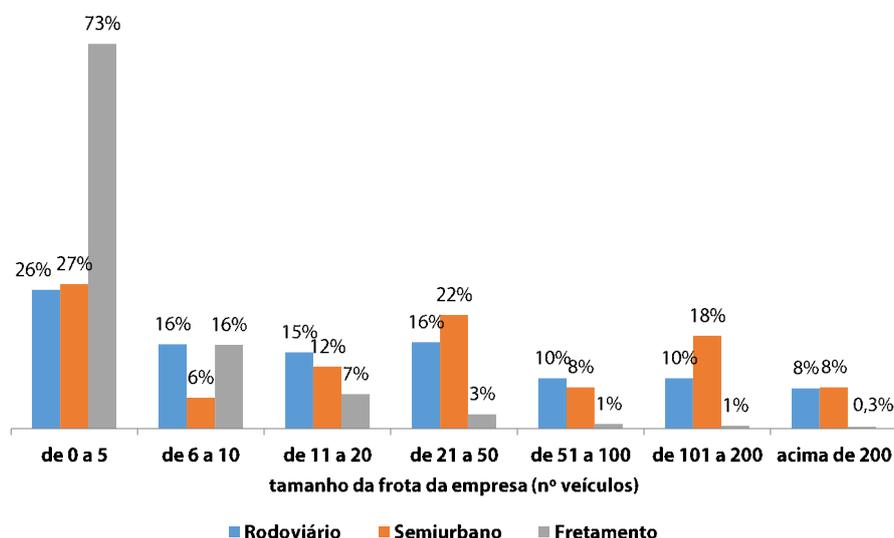


- Frota

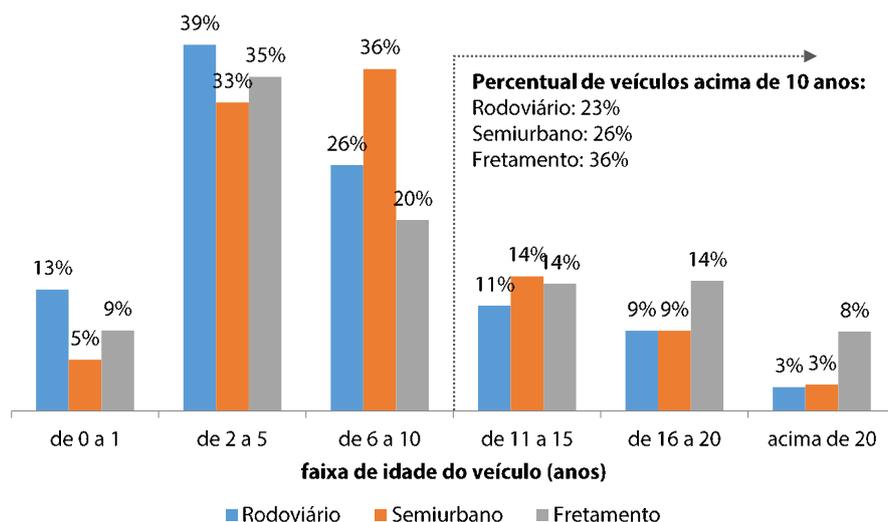
Estas Resoluções ainda exigem das empresas prestadoras de serviços o cadastro de sua frota. É analisada a documentação encaminhada para o cadastro dos veículos de forma a garantir o atendimento aos requisitos exigidos, principalmente no tocante a segurança, sendo obrigatório que os veículos tenham sido submetidos à inspeção técnica veicular.

Durante 2015, foram analisados requerimentos de cadastro de 6.214 veículos para o serviço Rodoviário Regular (incluindo o Semiurbano) e de 13.892 veículos para o serviço Rodoviário Fretado. A situação da frota cadastrada em dezembro de 2015 é apresentada pelos gráficos a seguir.

Distribuição percentual do nº de empresas por tamanho da frota



Distribuição percentual do nº de empresas por faixa de idade



• Motoristas

Conforme disciplina a Lei nº 9.503/07 (Código de Trânsito Brasileiro), é obrigatório que na condução de veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros, os condutores para exercerem suas atividades, deverão apresentar, junto ao órgão responsável pela concessão ou autorização, as certidões criminal federal e estadual.

A tabela abaixo mostra que houve um crescimento de apenas 2,8% no número de motoristas cadastrados em 2015, totalizando 71.399 motoristas.

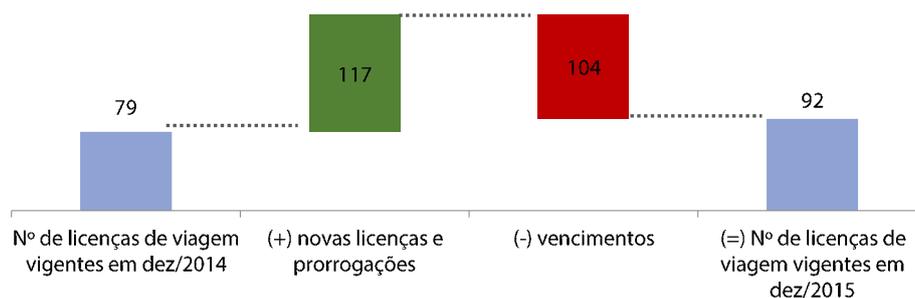
Serviço	2014	2015	Diferença
Regular	35.647	37.105	4,1%
Semiurbano	6.571	7.082	7,8%
Fretamento	53.757	58.995	9,7%
Total*	69.447	71.399	2,8%

* O 'Total' não é necessariamente a soma de 'Rodoviário Regular+Semiurbano+Fretamento' porque um mesmo motorista pode estar habilitado em mais de um serviço.

• Licenças Operacionais e de Viagens

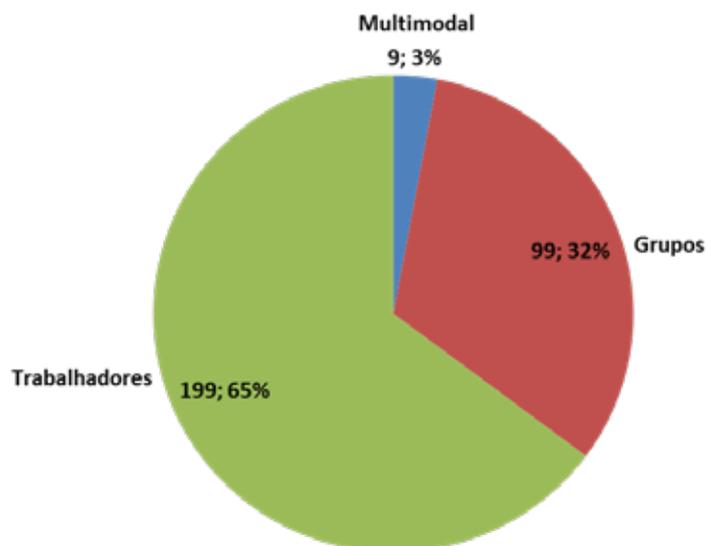
As licenças operacionais são necessárias para que as empresas prestem o serviço para o qual estão habilitadas. Em 2015, foram analisadas 508 licenças operacionais de prestação de serviço regular (interestadual ou internacional) em mercados autorizados, 117 licenças de fretamento contínuo e 307 licenças de fretamento de viagens especiais (transporte multimodal, de trabalhadores e grupos). Os gráficos a seguir mostram o detalhamento das licenças de fretamento contínuo e de fretamento de viagens especiais.

Licenças de viagem de fretamento contínuo*



*Obs.: As 92 licenças de viagem em dez/2015 são para 54 transportadoras, as quais foram contratadas por 56 empresas distintas.

Emissão de licenças de viagens especiais (fretamento eventual)

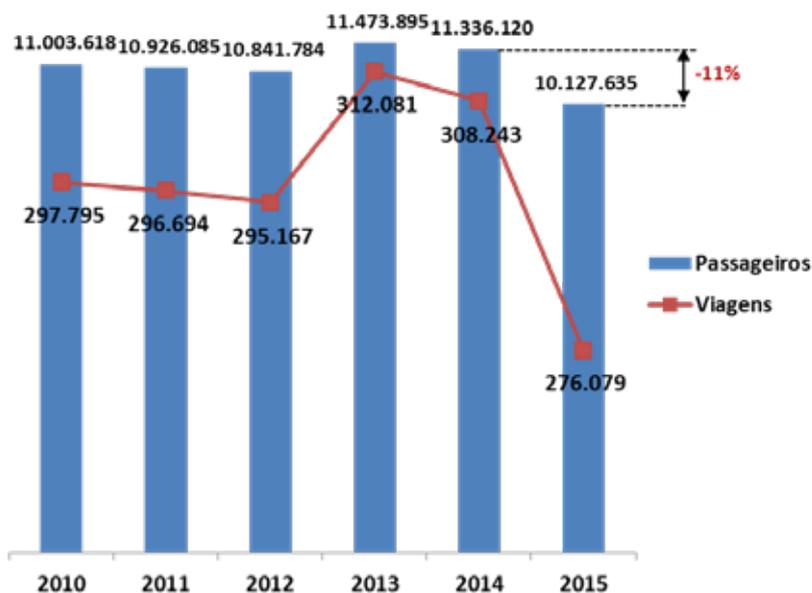


- Total: 307 licenças de viagens especiais

As licenças de viagem de fretamento eventual são validadas e emitidas pelo Sistema de Autorização de Viagem (SISAUT), sendo que cada viagem de fretamento eventual requer a emissão de uma licença. Portanto, o número de licenças operacionais de fretamento é equivalente ao número de viagens.

O gráfico a seguir mostra que o número de licenças/viagens de fretamento foi reduzido de 308.243(2014) para 276.079 (2015), refletindo a queda de aproximadamente 11% no volume de passageiros transportados

Volume anual de viagens e passageiros (fretamento eventual)



*Obs.: O volume de 276.079 viagens/licenças em 2015 inclui as 307 licenças de viagens especiais (transporte multimodal, de trabalhadores e grupos)

- Análise de Processos e Alterações/Modificações Operacionais

Os prestadores de serviço regular de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros podem solicitar modificações dos serviços por eles prestados ao ente regulador.

A tabela abaixo mostra o total de processos analisados, por modal e serviço, incluindo todas as solicitações do setor (requerimentos de habilitação, licenças, alterações operacionais, etc.). Esta tabela mostra que as novas regulamentações do setor publicadas em 2015 resultaram num acréscimo de cerca de 60% no número de processos analisados.

Total de processos analisados

Modal	Serviço	2014	2015	Varição %
Rodoviário	Regular	907	5.291	483,4%
	Semiurbano	16	338	2012,5%
	Fretamento	11.218	13.228	17,9%
	Subtotal Rodoviário	12.141	18.857	55,3%
Ferrovário	Regular/Turístico/Comemorativo	23	199	765,2%
Todos	Assessoria técnica para CPA e decisão judicial - GETAE	139	406	192,1%
Total		12.303	19.462	58,2%

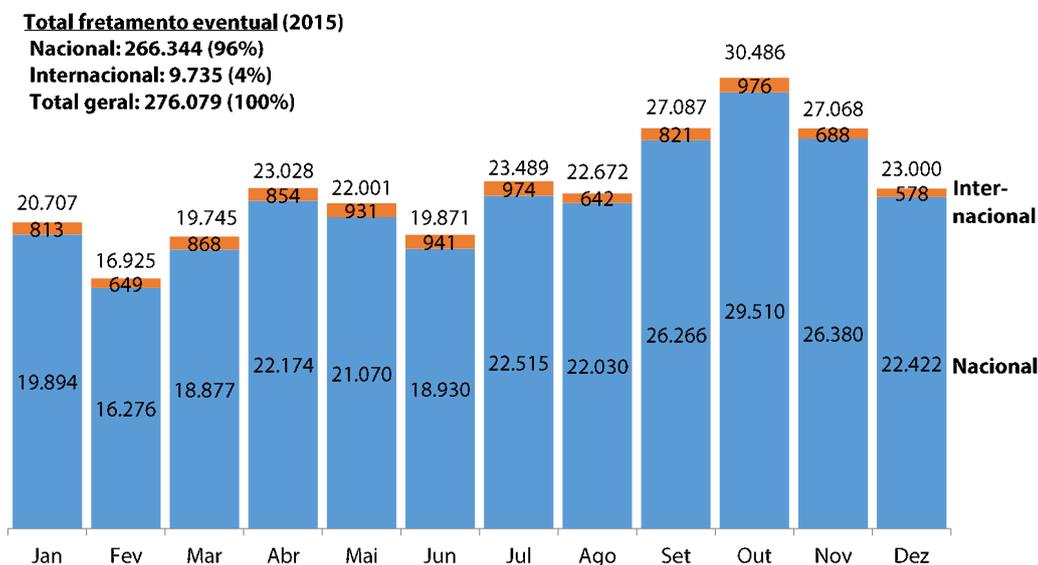
- Transporte Fretado

O controle do Transporte Fretado Eventual de Passageiros é realizado por meio do Sistema de Controle de Autorização de Viagem do Fretamento Eventual - SISAUT, sistema informatizado de emissão e armazenamento de informações deste serviço.

A ANTT disponibiliza, em sua página na Internet, o SISAUT, sistema on-line, para que as empresas acessem e emitam suas respectivas licenças de viagem, conforme parâmetros exigidos na Resolução ANTT nº 4.777/2015, que regulamenta estes serviços.

O Transporte Eventual Turístico é consideravelmente predominante e a emissão das Licenças de Viagem para esse serviço é realizada pelas próprias empresas de forma automática no Sistema de Autorizações (SISAUT). No ano de 2015 foram emitidas 276.079 licenças de viagens, sendo aproximadamente 4% para viagens internacionais, conforme o gráfico abaixo:

Nº de licenças de viagem (fretamento eventual)



ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

No ano de 2015, foram realizadas 16 visitas técnicas de caráter orientador aos aspectos econômicos e operacionais, contemplando 13 empresas do DF/Entorno e 3 empresas das demais regiões do Brasil, todas prestadoras de serviços

semiurbanos, visando implementar melhorias nos processos de Regulação Econômica e Monitoramento Operacional das empresas que prestam serviço de transporte semiurbano de passageiros.

Foram abertos 3 processos administrativos simplificados para apuração de irregularidades identificadas na fiscalização e dado andamento em processos de exercícios anteriores, os quais geraram 3 multas que variaram em torno de R\$ 3.048,50 a R\$ 7.621,25. Para os processos que não foram identificados os pagamentos, fizemos os encaminhamentos para inscrição do devedor em Dívida Ativa/Cadin.

Foram realizadas 94 análises de empresas que pleitearam transferências de linhas ou outorga de serviços. Destas análises, 14 foram concluídas pela não recomendação à anuência da transferência de serviços, haja vista o não cumprimento da situação financeira mínima definida em estudos realizados pela ANTT.

Fiscalização - Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP)

Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) – Procedimentos de Fiscalização				
COFIS	CONSOLIDADO			
	Meta	Executado	% Executado	Autos Lavrados
URBA	21.739	34.906	160,57%	872
URCE	26.721	19.634	73,48%	2.825
URCN	47.932	51.915	108,31%	8.880
URMA	36.414	44.939	123,41%	4.481
URMG	43.116	45.848	106,34%	8.555
URPE	35.869	21.680	60,44%	1.885
URRJ	112.862	135.709	120,24%	6.751
URRS	106.391	73.838	69,40%	6.609
URSP	80.161	82.574	103,01%	8.628
Total	511.205	511.043	99,97%	49.486

O quadro acima apresenta os resultados da fiscalização do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.

Como se pode observar, foram realizados 511.043 fiscalizações do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP). O resultado obtido representa execução de 99,97% com relação à meta física para o período (511.205 procedimentos de fiscalização), resultando na lavratura de 49.486 autos de infração.

O baixo desempenho em algumas Unidades Regionais deve-se à equipe reduzida e o consequente acúmulo de atividades, ao contingenciamento de recursos, à ausência inicial de pátios credenciados para fiscalizações de fretamento e combate ao transporte clandestino e à dificuldade por parte de alguns fiscais em registrar as fiscalizações, conforme nova metodologia implementada em 2015.

Foi solicitada à URPE a regularização dos registros das fiscalizações de fretamento e combate ao transporte clandestino, para adequação à Instrução de Serviço nº 21/2014.

Em relação à URRS, as fiscalizações de TRIIP foram impactadas pela criação da Unidade Regional de Santa Catarina (URSC) e vinculação do estado do Paraná à URSP, nas quais foi efetuado o remanejamento de fiscais da URRS para as URs supracitadas.

Registre-se que todas as URs sofreram impacto, em menor ou maior escala, do contingenciamento orçamentário, descredenciamento dos pátios e revisão dos procedimentos de fiscalização do SAC.

Fiscalizações do TRIIP Longa Distância (LD)

Meta Geral de Produtividade

Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) – Procedimentos de Fiscalização				
COFIS	LONGA DISTÂNCIA			
	Meta de Geral de Produtividade	Procedimentos Executados	% Executado	Autos Lavrados
URBA	21.195	33.905	159,97%	696
URCE	25.905	18.490	71,38%	2.684
URCN	40.035	41.675	104,10%	5.813
URMA	35.325	42.464	120,21%	4.275
URMG	42.390	44.956	106,05%	8.329
URPE	35.325	21.499	60,86%	1.859
URRJ	110.685	130.792	118,17%	6.234
URRS	91.845	63.394	69,02%	5.965
URSP	77.715	78.580	101,11%	7.640
Total	480.420	475.755	99,03%	43.495

Nota-se que a execução está próxima ao esperado, de modo que a meta tem sido um importante balizador para as atividades das URs. Em 2015, foram realizados 475.755 procedimentos de fiscalização, 99,03% da meta prevista e lavrados 43.495 autos de infração.

Meta de Fiscalização de Veículos

Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) – Procedimentos de Fiscalização			
COFIS	LONGA DISTÂNCIA		
	Meta de Veículos	Veículos Fiscalizados	% Executado
URBA	7.065	16.168	228,85%
URCE	8.635	6.155	71,28%
URCN	13.345	18.397	137,86%
URMA	11.775	19.964	169,55%
URMG	14.130	17.182	121,60%
URPE	11.775	9.800	83,23%
URRJ	36.895	61.361	166,31%
URRS	30.615	28.257	92,30%
URSP	25.905	35.469	136,92%
Total	160.140	212.753	132,85%

Esta segunda meta estabelece uma quantidade mínima de veículos a ser fiscalizada. Assim, ela corresponde a uma parcela mínima da meta de procedimentos que deve ser destinada a veículos, formulada diante da importância deste momento de fiscalização para o atributo de segurança da prestação dos serviços.

Foram fiscalizados 212.753 veículos do transporte regular interestadual e internacional de passageiros de longa distância em 2015, correspondendo a uma execução de 132,85% da meta para período.

A execução encontra-se dentro do esperado, por se tratar de um valor mínimo do total de procedimentos realizados.

Meta de Fiscalização do Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC)

Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) – Procedimentos de Fiscalização			
COFIS	LONGA DISTÂNCIA		
	Meta de SAC	SAC Fiscalizados	% Executado
URBA	11	10	90,91%
URCE	11	6	54,55%
URCN	56	36	64,29%
URMA	11	10	90,91%
URMG	32	32	100,00%
URPE	13	13	100,00%
URRJ	20	17	85,00%
URRS	50	18	36,00%
URSP	31	30	96,77%
Total	235	172	73,19%

Esta terceira meta de fiscalização inaugura o conjunto de metas de abrangência introduzidas no PAF 2015, estabelecendo uma quantidade mínima de fiscalizações de SAC para cada UR. Desse modo, pretende-se atingir a fiscalização de todas as empresas permissionárias e autorizatárias especiais do sistema, no tocante a este objeto (SAC).

Durante o ano de 2015, foram fiscalizadas 172 empresas, correspondendo a uma execução de 73,19% da meta, que é de 235 empresas. Tais valores estão dentro do esperado, especialmente quando se considera que o percentual máximo de cumprimento seria de 100%, trata-se de um meta inovadora no ciclo de planejamento da SUFIS e diz respeito a um procedimento complexo que está em processo de consolidação e revisão.

Meta de Serviços (linhas)

Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) – Procedimentos de Fiscalização			
COFIS	LONGA DISTÂNCIA		
	Meta de Serviços	Serviços Fiscalizados	% Executado
URBA	201	138	68,66%
URCE	145	148	102,07%
URCN	421	376	89,31%
URMA	52	53	101,92%
URMG	269	278	103,35%
URPE	129	116	89,92%
URRJ	410	366	89,27%
URRS	497	507	102,01%
URSP	705	748	106,10%
Total	2.829	2.730	96,50%

A meta de serviços faz referência aos diferentes serviços ofertados pelas autorizatárias especiais e permissionárias. Neste primeiro ano de implantação, objetivou-se a cobertura de, no mínimo, 90% dos serviços existentes no sistema, sendo distribuído entre as URs os diferentes serviços por critérios de priorização.

Foram fiscalizados 2.730 serviços diferentes, o que corresponde a 96,50% da meta. Esta execução está dentro do esperado uma vez que trata-se de uma meta inovadora, que demanda complexa atividade de planejamento por parte das URs.

Meta de Terminais

Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) – Procedimentos de Fiscalização			
COFIS	LONGA DISTÂNCIA		
	Meta de Terminais	Terminais Fiscalizados	% Executado
URBA	10	7,62	76,20%
URCE	6	5,00	83,33%
URCN	28	24,32	86,86%
URMA	15	15,00	100,00%
URMG	20	20,00	100,00%
URPE	8	6,48	81,00%
URRJ	14	14,00	100,00%
URRS	42	33,28	79,24%
URSP	30	25,29	84,30%
Total	173	150,99	87,28%

A meta de terminais segue a mesma linha das duas anteriores, estabelecendo uma quantidade mínima de terminais a serem fiscalizados durante o ano. O objetivo é garantir uma abrangência mínima da fiscalização no território nacional, estabelecendo terminais prioritários a serem fiscalizados com base no número de viagens realizadas.

Foram considerados integralmente fiscalizados aqueles terminais onde houve o procedimento de fiscalização da venda de 70% ou mais das empresas com seção na localidade. Para aqueles terminais em que não se cumpriu o mínimo de 70%, foi considerado o percentual executado na contabilização da meta.

Em 2015, foram fiscalizados 150,99 dos terminais prioritários estabelecidos na meta anual, o que corresponde a uma execução de 87,28% da meta.

Ademais, observa-se que esta meta tem trazido um incremento positivo à efetividade das ações de fiscalização, por ampliar a área regular de abrangência das atividades.

Identificou-se em algumas situações que uma determinada empresa constava na relação de empresas que operam em determinado terminal mas na prática essa empresa não operava lá. Nestes casos, também, essas empresas foram consideradas fiscalizadas nesta meta de abrangência para não prejudicar a UR.

Combate ao Transporte Clandestino

Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) – Procedimentos de Fiscalização							
COFIS	CLANDESTINO						
	Meta de Procedimentos de Fiscalização	Procedimentos de Fiscalização Executados	% Executado	Meta de Dias de Operação	Dias de Operação Realizados	% Executado	Autos Lavrados
URBA	432	681	157,64%	36	57	158,33%	80
URCE	648	935	144,29%	36	66	183,33%	78
URCN	2.592	4.176	161,11%	72	295	409,72%	1.485
URMA	864	2.336	270,37%	36	205	569,44%	64
URMG	576	617	107,12%	12	63	525,00%	55
URPE	432	155	35,88%	36	6	16,67%	1
URRJ	1.728	3.951	228,65%	36	347	963,89%	120
URRS	2.334	1.563	66,97%	36	173	480,56%	36
URSP	1.920	2.032	105,83%	36	195	541,67%	377
Total	11.526	16.446	142,69%	336	1.407	418,75%	2.296

No tocante às atividades de combate ao transporte clandestino, foram estabelecidas duas metas no Plano Anual de Fiscalização de 2015: uma meta de abordagens e uma meta de dias de operação. Ambas visam traduzir o esforço empregado na execução, avaliado a partir da quantidade de procedimentos de fiscalização do transporte clandestino, no primeiro caso, e, no segundo caso, da quantidade de mobilização operacional em dias de operação. Ambas são metas novas, introduzidas em 2015, e estão em processo de aperfeiçoamento.

Durante o ano de 2015, foram realizados 16.446 procedimentos de fiscalização de combate ao transporte clandestino, o que corresponde a uma execução de 142,69% da meta para o período. Quanto à meta de dias de operação, foram realizados 1.407 dias de operação, em termos agregados, o que corresponde a uma execução de 418,75% da meta.

Identificou-se que a realização de operações nas imediações dos municípios de lotação dos servidores permitiram um incremento na quantidade de dias de operação realizados pelas URs, uma vez que tais operações não envolvem custos adicionais, como diárias e deslocamentos. Esta foi a solução encontrada por algumas URs no cenário de restrição orçamentária. Ademais, importante mencionar que as variações entre as unidades também são impactadas pelo tamanho e pelo perfil de transporte em cada UR.

Fiscalizações do TRIIP na modalidade de Fretamento

Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) – Procedimentos de Fiscalização				
COFIS	FRETAMENTO			
	Meta de Procedimentos de Fiscalização	Procedimentos de Fiscalização Executados	% Executado	Autos Lavrados
URBA	112	320	285,71%	96
URCE	168	66	39,29%	60
URCN	674	182	27,00%	38
URMA	225	133	59,11%	142
URMG	150	245	163,33%	126
URPE	112	-	0,00%	-
URRJ	449	946	210,69%	392
URRS	692	840	121,39%	270
URSP	526	1.509	286,88%	592
Total	3.108	4.241	136,45%	1.716

No PAF 2015, também foi introduzida uma meta específica para o transporte fretado. Trata-se de uma meta de esforço, traduzida na quantidade de procedimentos de fiscalização do transporte fretado realizados durante o ano. Assim como as demais, essa meta está fundamentada numa metodologia de cálculo objetiva, que inclui a quantidade de operações, o tempo das operações, a quantidade de servidores e a quantidade esperada de veículos fretados fiscalizados por unidade de tempo.

Em 2015 foram realizados 4.241 procedimentos de fiscalização do transporte fretado, o que corresponde a uma execução de 136,45% da meta para o período. Foram lavrados 1.716 autos de infração.

No que diz respeito à URCN, como o fluxo de veículos clandestinos em sua área de abrangência é muito grande, a maior parte dos esforços das equipes de fiscalização de comando foi empregada no combate ao transporte clandestino, fazendo com que as fiscalizações de fretamento tenham ficado abaixo da meta. Este fato confirma-se ao se observar o elevado número de fiscalizações de combate ao transporte clandestino.

Por sua vez, seguem como justificativas para o desempenho da URMA na fiscalização do TRIIP na modalidade de fretamento, o acúmulo de atividades, o contingenciamento de recursos e o foco no combate ao transporte clandestino de passageiros.

Como diagnóstico, avalia-se que a meta específica para o transporte fretado tem funcionado como um importante balizador para as atividades das URs, incentivando não apenas maior eficiência nas operações, como também maior eficácia, alcançada, em especial, com o incremento de atividades de inteligência e planejamento operacional.

Fiscalizações do TRIIP Semiurbano (SU)

Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) – Procedimentos de Fiscalização				
COFIS	SEMIURBANO			
	Meta de Procedimentos de Fiscalização	Procedimentos de Fiscalização Executados	% Executado	Autos Lavrados
URBA	-	-	0,00%	-
URCE	-	143	0,00%	3
URCN	4.631	5.882	127,01%	1.544
URMA	-	6	0,00%	-
URMG	-	30	0,00%	45
URPE	-	26	0,00%	25
URRJ	-	20	0,00%	5
URRS	11.520	8.041	69,80%	338
URSP	-	453	0,00%	19
Total	16.151	14.601	90,40%	1.979

As metas de procedimentos de fiscalização do transporte rodoviário semiurbano interestadual foram estabelecidas apenas para URCN, tendo em vista o grau de implantação da metodologia de fiscalização desse serviço nas outras URs e a quantidade de servidores capacitados para esse tipo de fiscalização.

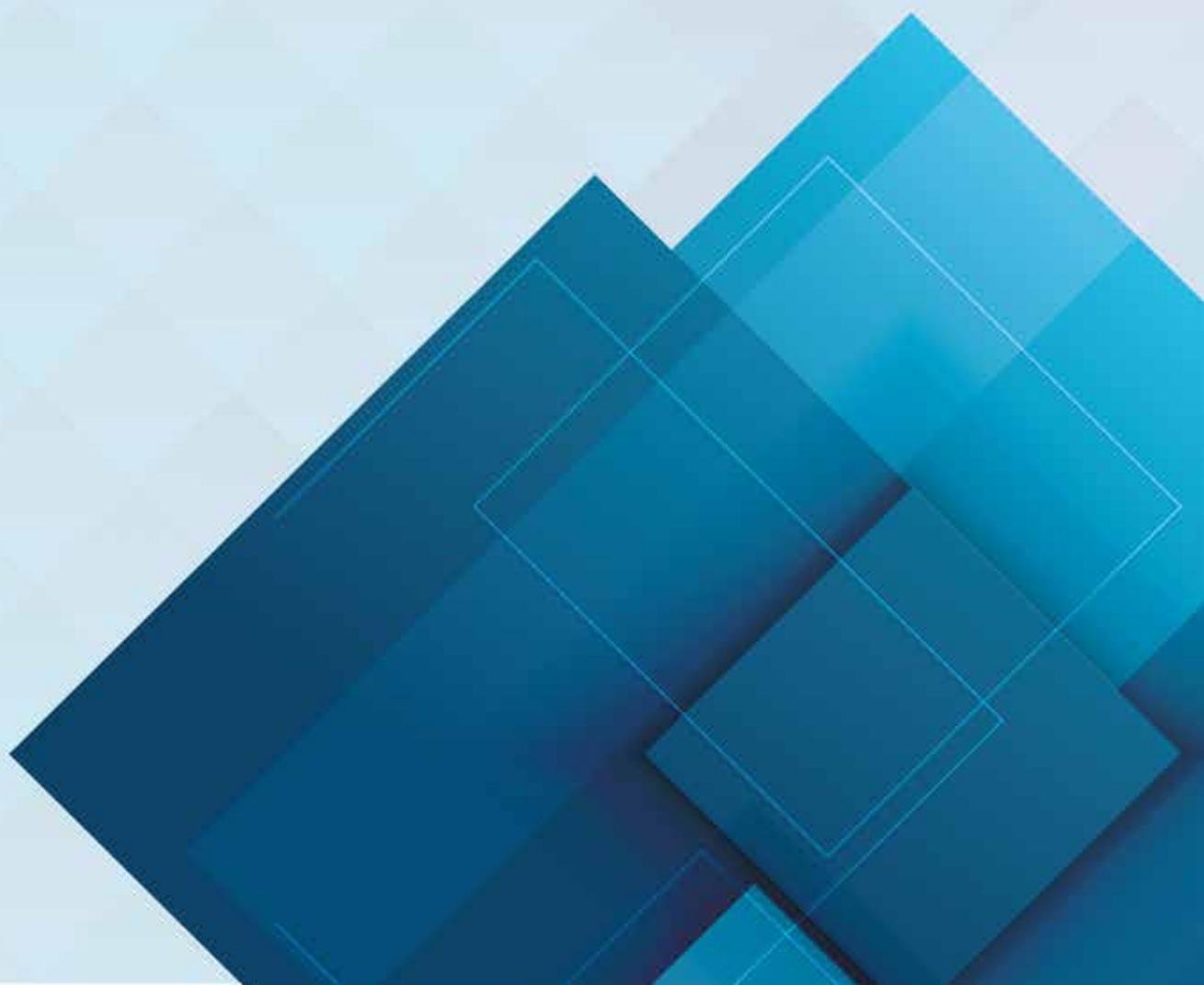
A fiscalização do transporte semiurbano interestadual é realizada nos seguintes momentos: fiscalização de veículos em garagem e em operação, fiscalização de horários, fiscalização de lotação e fiscalização de itinerários. Na URCN, foram realizados 5.882 procedimentos de fiscalização em 2015, o que corresponde a 127,01 % da meta.

Para o transporte rodoviário internacional semiurbano de passageiros, que ocorre entre Brasil e Paraguai na Ponte da Amizade, calculou-se a meta de 11.520 procedimentos de fiscalização. A URRS, responsável pela fiscalização do serviço, executou 69,80% da meta prevista, totalizando 8.041 procedimentos.

Como estratégia de fiscalização, a URRS optou por não lotar servidores na Ponte da Amizade por questões de segurança dos fiscais. Dessa forma, as fiscalizações são realizadas com equipes de comando operacional, que se revezam para a realização dos procedimentos. O intuito é que o mesmo fiscal não permaneça longos períodos nessa função, a fim de resguardar a segurança das operações.



ESTUDOS E PESQUISAS



ESTUDOS E PESQUISAS

Implantação do Centro de Supervisão Ferroviária – CSF

Objeto do Termo de Cooperação nº 06/2012, firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, visa ao apoio técnico à implantação do Centro de Supervisão Ferroviária – CSF e novas aplicações no sistema de informações SAFF. Das ações previstas, foram realizadas 98%. O relatório final foi entregue e a análise concluída no início de 2016.

Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental dos Trechos Ferroviários Rondonópolis/Cuiabá e Cuiabá/Santarém

Objeto do Termo de Cooperação 01/2013, firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, foi concluído em abril de 2015, com todos os produtos correspondentes entregues e pagos. O último produto estava previsto para o ano de 2014 e foi pago em 2015 com Restos a Pagar.

Estudos de Reversibilidade de Bens e de Definição de Valores de Direito de Passagem nas Atuais Concessões Ferroviárias de Cargas, bem como na Revisão Metodológica das Estimativas de Demanda e das Simulações Operacionais dos Trechos Ferroviários incluídos no PIL

Firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, por meio do Termo de Cooperação nº 02/2013, trata de apoio à ANTT em estudos sobre reversibilidade de bens; taxas de depreciação e metodologia para cálculo das tarifas de direito de passagem (inclusive estudo de caso) das atuais concessões ferroviárias de cargas, bem como, apoio para revisão metodológica das estimativas de demanda para os trechos incluídos no PIL, para a realização de simulações operacionais desses trechos e realização de análise de custo-benefício. Em 2015, não houve execução física, nem financeira, mantendo-se 97% concluído.

Estudos e Pesquisas para Subsidiar o Aprimoramento do Arcabouço Regulatório do Transporte Ferroviário de Passageiros

Também firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, por meio do Termo de Cooperação nº 03/2013, visa à realização de estudos e pesquisas para subsidiar o aprimoramento do arcabouço regulatório do transporte ferroviário de passageiros. Foram concluídas as atividades de levantamento e consolidação da legislação vigente, bem como o levantamento de informações que subsidiarão a construção da Conceituação e Organização Sistemática do Serviço de Transporte Ferroviário de Passageiros no Brasil. Dos produtos previstos para 2014, três deles foram adiados para 2015, porém somente um dos produtos foi entregue e pago. Os demais, inclusive os previstos para 2015, encontram-se em andamento, devendo ainda passar por reavaliação quanto ao seu cronograma de entrega.

Metodologia para fiscalização de bens arrendados e sistema de indicadores para monitoramento e avaliação da qualidade do transporte ferroviário de cargas

Celebrado com a UFSC, o Termo de Execução Descentralizada nº 01/2014 trata do desenvolvimento de metodologia para fiscalização de bens arrendados, elaboração e implementação de sistema de indicadores para monitoramento e avaliação da qualidade do transporte ferroviário de cargas prestado pelas concessionárias verticais, e definição de regras para a cessão da capacidade de tráfego das concessionárias verticais e horizontais. Dos 3 (três) produtos previstos, apenas 1 (um) foi entregue. Os demais estão sendo reavaliados, bem como seu cronograma de execução físico-financeira.

Aprimoramento do marco regulatório e fiscalizatório do transporte rodoviário internacional de cargas e passageiros

Por meio do Termo de Execução Descentralizada nº 02/2014, firmado com a UFSC, tem como objeto o aprimoramento do marco regulatório e fiscalizatório do transporte rodoviário internacional de cargas e passageiros. Publicado em 15/12/14 e, devido a ajustes nos requisitos de negócios, o TED foi aditado em 14/12/2015, prorrogando-se o prazo de vigência até 15/06/2016, sem alteração no montante dos valores previstos no plano de trabalho original. Dos 03 (três) produtos previstos, 02 (dois) foram entregues, aprovados e pagos. O produto restante foi entregue e a análise finalizada em 2016.

Sistemática de Cálculo de Custos Referenciais de Investimentos Ferroviários - SICFER

O Contrato foi firmado em 31/12/2014, tem como objetos o fornecimento de serviços técnicos especializados para análise, manutenção e inserção de composições de preços do SICFER, a realização de pesquisa de preços de insumos para os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Distrito Federal, Goiás, Tocantins, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Piauí e Pará, a estruturação e cálculo de índices de preços para o setor ferroviário, o apoio técnico à Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas e o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de custos.

Visa dar celeridade ao desenvolvimento de referencial de custos de obras ferroviários, dada sua importância para balizar a análise dos projetos de investimentos no setor ferroviário nacional e a fiscalização de obras ferroviárias, sobretudo os provenientes das novas concessões do PIL.

No objetivo Composições foram analisadas (revisão) 1.821 composições das 2.920 previstas. No objetivo Pesquisa de Preços foi feita especificação/mapeamento dos insumos e realizada pesquisa de cerca de 500 insumos. No objetivo Índices foi iniciada a estruturação e ponderação dos índices.

Estudos Sobre Viabilidade Transporte Ferroviário de Passageiros no Trecho Luziânia (GO) – Brasília (DF)

Em 2014, foi firmado Acordo de Cooperação Técnica entre a Sudeco e a ANTT, com o objetivo de “estabelecer a estrutura necessária para realizar o acompanhamento técnico dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental – EVTEA”. Segundo este Acordo, cabia à ANTT apoiar a Comissão de Acompanhamento da Sudeco na avaliação dos produtos resultantes do EVTEA, contratado em 19/12/2013 pela Sudeco, em elaboração pelo Consórcio Trem Passageiros DF-Luziânia, composto pelas empresas VETEC Engenharia Ltda. e OFICINA – Engenheiros Consultores Associados Ltda. Foram realizadas análises de versões preliminares dos produtos “Produto 1 – Diagnóstico” e “Produto 2 – Caracterização do Transporte”, de um total de oito produtos contratados. Em 15/9/2015, a Sudeco informou que o referido contrato estava sendo rescindido, sem a conclusão de qualquer produto.

Considerando-se a importância da realização do EVTEA, a ANTT, em 17/9/2015, publicou o Aviso de Chamamento Público nº 04/2015, com objetivo de “selecionar pessoas físicas ou jurídicas de direito privado a realizarem estudos acerca da viabilidade da exploração de serviço de transporte ferroviário de passageiros no corredor Luziânia/GO - Brasília/DF, na forma, respectivamente, de edital e termo de referência específico”.

A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS analisou a documentação apresentada pelas interessadas sendo encaminhada à Diretoria Colegiada da ANTT para decisão.

Estudos Sobre Viabilidade Transporte Ferroviário de Passageiros e Cargas no Trecho Brasília (DF) – Anápolis (GO) – Goiânia (GO)

Em 17/5/2013, foi assinado pela ANTT o contrato com o Consórcio EGIS-VEJA/LOGIT/JGP/MMSO, para a elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e socioambiental (EVTEA), necessários à outorga da exploração do

serviço público de transporte ferroviário regular de passageiros e de cargas no trecho Brasília/DF – Anápolis/GO – Goiânia/GO.

Ao longo dos anos de 2014 e 2015, os representantes da SUPAS participaram de diversas reuniões sobre o assunto, colaborando com a realização dos estudos e, em especial, com a análise dos produtos. Dos 12 produtos previstos para serem entregues, 8 já foram recebidos e 4 estão em processo de ajustes finais. A previsão de conclusão dos estudos é para janeiro de 2016.

Implantação de ferramenta tecnológica CNSOig - Centro Nacional de Supervisão Operacional e Informações Gerenciais

Visa à implantação do Centro Nacional de Supervisão Operacional e Informações Gerenciais – CNSOig e dos Centros Regionais de Supervisão Operacional – CRSO.

O CNSOig tem o objetivo de apoiar a fiscalização da exploração da infraestrutura e dos serviços de transporte terrestre, por meio da implantação de estrutura dotada de recursos tecnológicos, computacionais e de comunicação, voltada à integração on-line de sistemas de dados corporativos das concessionárias e dos órgãos públicos relativos à segurança, ao volume de tráfego, às variações de velocidade média, aos níveis de serviço e de atendimento aos usuários, aos avisos de incidentes, dentre outros. Consiste ainda em medida determinativa estabelecida pelo Tribunal de Contas da União por meio dos Acórdãos nº 3237/2013 - Plenário e Acórdão nº 31/2015 - Plenário.

Os recursos alocados na ação nos anos de 2013 e 2014 eram insuficientes frente à estimativa de gasto, gerando solicitações de crédito suplementar que não foram autorizados, inviabilizando a realização da ação proposta naqueles exercícios.

Em 2015, os recursos alocados na ação eram, da mesma forma, bem aquém do que o necessário para a consecução do objeto e a Ação deveria ser complementada por meio de crédito suplementar, a ser solicitado no decorrer do exercício.

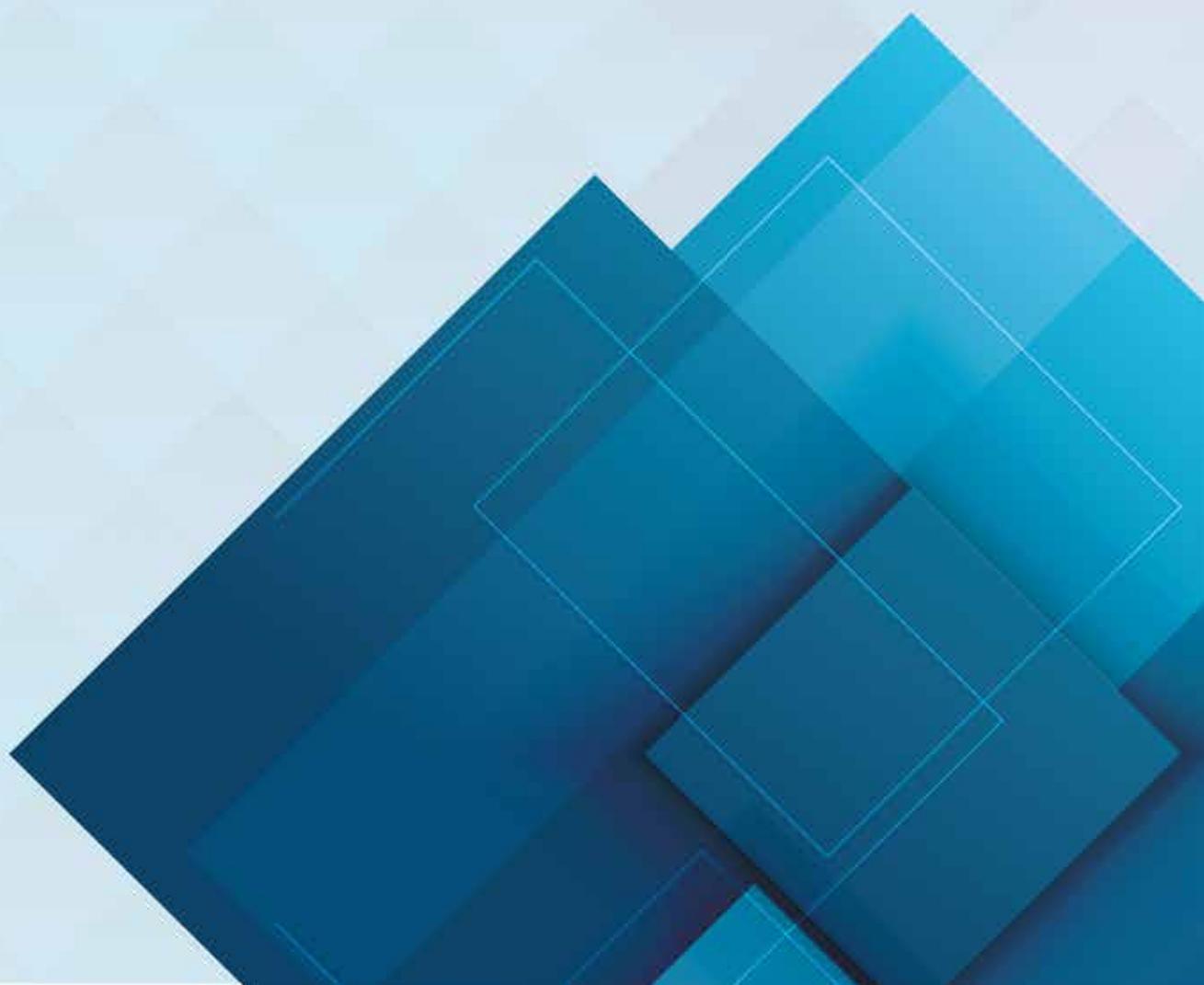
O projeto para implantação do CNSOig iniciou-se por meio da adesão à Ata de Registro de Preços nº 007/2014, licitado através do pregão 32/2014, com valor global de R\$ 42.842.796,20, sendo o montante de R\$ 23.203.417,65, para a implantação do Centro Nacional e o restante para implantação dos Centros Regionais previstos no Edital. O vencimento da Ata se daria em 09/12/2015.

Durante o exercício de 2015, foram realizados todos os procedimentos necessários à formalização do contrato, tais como consulta e solicitação de regularização dos documentos de regularidade fiscal de todas as empresas consorciadas e solicitação de empenho de despesa, conforme disciplina a legislação vigente, após análise e chancelas do instrumento contratual pela Procuradoria-Geral da Agência, e aguardava somente a aprovação do crédito suplementar.

Finalmente, os recursos foram disponibilizados por meio da Portaria MPOG 557/2015, de 08/12/2015, em montante de R\$ 22.704.000,00, sendo publicada no último dia da vigência da Ata de Registro de Preços nº 007/2014, ou seja, em 09/12/2015. Entretanto, embora o processo estivesse em condições de formalização do contrato, os limites orçamentários não foram disponibilizados no SIAFI, impossibilitando a emissão dos empenhos e, conseqüentemente, a celebração do contrato em questão, tempestivamente, implicando ainda na não execução da Ação.



MARCOS REGULATÓRIOS



MARCOS REGULATÓRIOS

Análise concorrencial

Cumprindo as suas atribuições, a ANTT realizou uma série de análises de cunho concorrencial em operações pretendidas pelas empresas reguladas e que geralmente dependem de anuência prévia da Agência para a sua efetivação.

As principais análises realizadas nesse sentido são em operações que envolvem:

- Transferência de controle societário;
- Reestruturação Societária;
- Transferência de serviços (linhas do TRIIP);
- Alteração de Acordo de Acionistas; e
- Alteração de Estatuto Social

É realizado, também, um mapeamento e acompanhamento societário da Concessionárias, identificando-se de forma pormenorizada os grupos de controle que atuam no mercado.

Pesquisa de Satisfação dos Usuários

A Pesquisa de Satisfação dos Usuários está alinhada com a própria missão institucional da ANTT e sua relevância foi reconhecida e destacada pela Controladoria-Geral da União - CGU, com enfoque na tendência internacional de avaliação da satisfação dos públicos-alvo dos serviços prestados e sua importância como efetivo instrumento de gestão.

Em 2014, a ANTT realizou Pesquisa de Satisfação dos Usuários em todo território nacional, com o intuito de aferir a percepção dos cidadãos sobre os seguintes serviços regulados pela ANTT: transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros; transporte ferroviário de passageiros e cargas; e rodovias federais concedidas.

Os resultados dessa pesquisa foram utilizados no ano de 2015 como subsídios para a elaboração do Plano Anual de Fiscalização da Agência, na medida em que é possível identificar situações que merecem verificação mais acurada, por empresa e tipo de problema identificado. Adicionalmente, a SUREG desenvolveu relatórios internos, analíticos e consolidados com os principais resultados setoriais e recomendações de atuação, em face dos instrumentos que definem as atuações prioritárias da ANTT: Agenda Regulatória e Planejamento Estratégico. Ainda, cumpre destacar, que os índices de satisfação dos usuários aferidos na pesquisa são indicadores de resultados no planejamento estratégico deste ente regulador. Finalmente, os resultados da pesquisa também foram comparados com as demandas de usuários registradas pela Ouvidoria da ANTT, haja vista que as ouvidorias públicas representam um canal legítimo de comunicação da sociedade com as instituições.

Com vistas a assegurar a transparência e pleno acesso e utilização pelos interessados internos e externos à organização, os resultados da pesquisa de satisfação foram disponibilizados no endereço eletrônico da Agência em documentos descritivos e por meio de uma ferramenta de consulta que otimiza a análise e interpretação dos dados. Em razão de inúmeros acessos originados de outros países, também foi disponibilizada uma versão da citada ferramenta no idioma inglês. Todos os resultados estão acessíveis pelo link:

http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/36485/Pesquisa_de_Satisfacao_dos_Usuarios_2014_Transport_Users_Satisfaction_Survey_2014.html

Não obstante a riqueza de informações proporcionada pela Pesquisa de Satisfação dos Usuários de forma pontual, ela deve ser compreendida como uma ferramenta de apoio ao processo decisório a curto, médio e longo prazos, pois uma comparação objetiva do desempenho de cada empresa somente será possível com uma avaliação periódica

e regular, com a mesma metodologia. Com a regularidade na realização da pesquisa, os resultados apontarão as mudanças no mercado regulado e, ainda, o reflexo e repercussão das ações da Agência. Por esse motivo, a ANTT está realizando estudos e adotando as providências para a realização da próxima pesquisa com a maior brevidade possível.

Análise de Impacto Regulatório – AIR

A Análise Preliminar de Impacto Regulatório foi instituída na ANTT por meio da Ordem de Serviços nº 001/2011, que sugeria o uso do Formulário de análise Preliminar de Impacto Regulatório – Fapir.

Ainda que o Fapir tenha se concretizado como instrumento com adequada abrangência metodológica à época de sua publicação, observou-se, no decorrer de sua utilização, a necessidade de refinar os procedimentos ante o nosso compromisso de adotar, sempre que possível, as melhores práticas regulatórias, aperfeiçoando-as continuamente.

Em meados de 2015, realizou-se um diagnóstico do processo de disseminação do Fapir, no qual foi constatado que:

- Os dados quantitativos não eram preenchidos. Dessa forma, as técnicas de análise multicritério e estimular a obtenção e tratamento sistêmico de dados deve ser aprofundada na Agência.
- Tendência a apontar apenas 2 opções: regulamentar e não regulamentar. Portanto, mostrou-se importante estimular a verificação da existência de outras alternativas, com o intuito da análise se tornar mais completa. Um instrumento que pode ser utilizado para encontrar alternativas é promover reuniões com os atores envolvidos focada na delimitação do problema e opções de solução.
- Necessidade de racionalizar o grau de profundidade da análise em relação à complexidade do tema. O Fapir era aplicado para todos os temas, sendo recomendável que existam níveis de aprofundamento da AIR.
- Os chefes de projeto percebiam o Fapir como um documento apenas burocrático, não trazendo novos elementos para decisão em relação à Nota Técnica. Dessa forma, deve-se buscar envolver os servidores no processo de construção da Análise e consciência da importância do documento para fortalecimento do corpo técnico.
- O Fapir não era submetido a PPCS, para seu aprimoramento quanto à visão dos atores. Assim, deve-se promover a submissão da AIR à Tomada de subsídio e reuniões participativas, para auxiliar na elaboração da proposta, e à Audiência Pública e Consulta Pública, quando a proposta já estiver consolidada.

Além disso, em que pese a ANTT ter desenvolvido o Fapir, o Acórdão TCU 240/2015 apontou a necessidade de que os conceitos, as técnicas e os benefícios relacionados ao uso da Análise de Impacto Regulatório devam ser melhor trabalhados junto ao corpo técnico e diretivo desta Agência Reguladora.

Foram então concentrados esforços para revisar o modelo e os processos concernentes à Análise de Impacto Regulatório na ANTT, visando a uma maior institucionalização e efetividade do instrumento. Assim, ao longo de 2015, foi elaborado um novo modelo de Análise de Impacto Regulatório, visando aperfeiçoar a ferramenta nos pontos diagnosticados acima, o qual foi submetido a Consulta Interna na Agência e realizadas oficinas de disseminação.

Além da divulgação do uso da AIR como ferramenta de apoio à regulação, as contribuições colhidas resultaram no aperfeiçoamento do manual e do formulário de preenchimento da AIR. Durante a Consulta Interna, foram recebidas

Análise Preliminar de Impacto Regulatório é uma etapa de análise mais superficial, que não enseja a aplicação de métodos complexos de análise como análise multicritério e custo-benefício, embora implique a realização de estudos e levantamentos de dados e de evidências para melhor auxiliar o tomador de decisões ou até mesmo contribuir com o planejamento dos estudos mais avançados

algumas sugestões no sentido de adequar o nome do instrumento e a estrutura do formulário, por exemplo. O trabalho de revisão do instrumento adentrará o ano de 2016.

Quanto à disseminação da ferramenta nas áreas finalísticas, levantamento realizado em agosto de 2015, indica que a AIR foi mais utilizada para assuntos de temas gerais e serviços de transporte de passageiros.

Número de Análise de Impacto Regulatório realizadas nos Projetos da Agenda Regulatória 2015/2016, em agosto 2015

Eixo Temático	Projetos	AIR*
Temas Gerais	11	5
Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal	14	0
Serviços de Transporte de Passageiros	16	8
Transporte Ferroviário de Cargas	17	3
Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas	7	0
Total	65	16

*consideraram-se como AIR todas análises de impacto regulatória realizadas em formato de FAPIR ou AIR- nível 1 (das 16 Análises de Impacto Regulatório, 12 estão no formato de FAPIR e 4 no formato de AIR- Nível 1).

Agenda Regulatória

A Agenda Regulatória da ANTT consiste em um instrumento que indica os projetos prioritários que podem alterar a prestação de serviços aos usuários ou a atuação do mercado regulado, buscando efetividade, previsibilidade e transparência no cumprimento da missão e dos objetivos estratégicos da Agência.

A Resolução nº 4597, de 11 de fevereiro de 2015, instituiu a Agenda Regulatória no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres para o biênio 2015/2016. Os Eixos Temáticos foram reorganizados em 5, com a união dos Eixos de Transporte Rodoviário e Ferroviário de Passageiros compondo o Eixo Temático 3 - Serviços de Transporte de Passageiros, e a reunião do Transporte Rodoviário de Cargas e Transporte Multimodal no Eixo Temático 5 - Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas. Como resultado, foram aprovados para o biênio 2015/2016 65 projetos, listados a seguir:

I. Eixo Temático 1 – Temas Gerais:

- Análise de pedidos de anuência para concessão de garantias em financiamentos;
- Comissões Tripartites;
- Receitas Alternativas;
- Revisão da Resolução ANTT nº 3.535, de 10 de junho de 2010;
- Revisão do Processo Administrativo Sancionador;
- Definição de procedimentos para o tratamento das manifestações dos usuários recebidas pela Ouvidoria;
- Declaração da regularidade contratual das delegatárias reguladas pela ANTT;
- Modelo e regras operacionais de Postos de Pesagem Veicular;
- Análise de risco em concessões;
- Regulamentação dos Atos e Documentos Administrativos e Regulatórios; e
- Procedimento de análise dos projetos de infraestrutura no setor de transportes para fins de aprovação ao Regime especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI.

II. Eixo Temático 2 - Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal:

- Ano Civil - Ano Concessão;

- Definição dos preceitos de revisão ordinária, extraordinária e quinquenal;
- Uso e ocupação da faixa de domínio das rodovias federais concedidas;
- Revisão da metodologia de recursos destinados ao desenvolvimento tecnológico na área de engenharia rodoviária – RDT;
- Definição dos procedimentos e custos para trânsito de cargas especiais nas rodovias federais concedidas;
- Adequação da Resolução ANTT nº 1.187, de 09 de novembro de 2005;
- Isenção do Pagamento de Tarifa de pedágio para veículos oficiais;
- Revisão da Metodologia de Cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital;
- Definição dos elementos de projeto básico para novas outorgas para a exploração da infraestrutura rodoviária federal;
- Metodologia de cálculo do Fator X;
- Conteúdo mínimo para estudos de Polos Geradores de Tráfego;
- Locais seguros para estacionamento de caminhões, inclusive os que transportam cargas perigosas;
- Adequação da Resolução ANTT nº 3.576, de 02 de setembro de 2010, que dispõe sobre as especificações e preços dos Sistemas ITS (Intelligent Transportation Systems); e
- Habilitação de empresas certificadoras no âmbito da fiscalização das rodovias federais concedidas reguladas pela ANTT.

III. Eixo Temático 3 - Serviços de Transporte de Passageiros:

- Revisão da Regulamentação de Fretamento;
- Revisão da Resolução ANTT nº 1.432, de 26 de abril de 2006, que trata do transporte de bagagens e encomendas e definição das regras para o transporte de animais;
- Monitriip - Sistema de Monitoramento Automatizado;
- Implementação de melhorias no processo de registro de acidentes e assaltos;
- Inspeção Técnica Veicular;
- Revisão da Resolução ANTT nº 1.417, de 12 de abril de 2006, que fixa regras para utilização de veículos de terceiros;
- Revisão da regulamentação que trata das medidas administrativas e penalidades aplicáveis pela ANTT ao TRIIP;
- Sistema de Avaliação de Desempenho dos serviços regulares autorizados;
- Reavaliação das regras de alteração e modificação operacional;
- Requisitos mínimos para terminais e pontos de parada utilizados em serviços de características rodoviárias;
- Revisão da Resolução ANTT nº 1.928 de 28 de março de 2007, que dispõe sobre as tarifas promocionais oferecidas;
- Regras e procedimentos para a venda de passagens pela internet para os serviços do TRIIP;
- Perdimento de veículos flagrados na execução de transporte clandestino de passageiros;
- Revisão da Resolução ANTT nº 3.871, de 1º de agosto de 2012 que trata das condições de acessibilidade no TRIIP;
- Regulamentação do Transporte Ferroviário Regular de Passageiros; e
- Revisão da Regulamentação do Transporte Ferroviário Não Regular de Passageiros.

IV. Eixo Temático 4 - Transporte Ferroviário de Cargas:

- Regras de reversibilidade de bens;
- Regulamento de segurança na circulação de trens;
- Regras de exploração de faixa de domínio das ferrovias;

- Revisão da Resolução ANTT nº 2.695, de 13 de maio de 2008, que estabelece procedimentos para obtenção de autorização da ANTT para execução de obras na malha objeto da Concessão;
- Metodologia e procedimentos de revisão tarifária (2º ciclo);
- Regras para venda de capacidade operacional;
- Regras para operações acessórias;
- Requisitos técnicos do Regulamento do Operador Ferroviário Independente;
- Regras e procedimentos de fiscalização do serviço adequado;
- Regras para seguros nas concessões ferroviárias;
- Definição dos elementos básicos de Projeto para novas outorgas;
- Padronização dos sistemas de sinalização de comunicações ferroviárias;
- Sistema de Custos de Obras e Investimento Ferroviário – SICFER;
- Regras e procedimentos de fiscalização de ativos;
- Regras e procedimentos de fiscalização de via permanente;
- Revisão da Resolução ANTT nº 3.694/2011; e
- Revisão da Resolução ANTT nº 3.696/2011.

V. Eixo 5 - Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas:

- Revisão da Regulamentação do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas;
- Revisão da Regulamentação do Pagamento Eletrônico de Frete;
- Recadastramento dos transportadores rodoviários de carga no Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC);
- Implementação da prova eletrônica de conhecimentos específicos para o transportador autônomo de cargas (TAC) e para responsável técnico (RT);
- Compatibilização da Resolução ANTT nº 420, de 31 de julho de 2004, à 18ª edição do Orange Book; e
- Unificação das Resoluções que tratam do Vale-Pedágio obrigatório e Pagamento Eletrônico de Frete.
- Modelo de implementação e gestão de corredor multimodal.

Por meio de Portaria são nomeados os coordenadores da Agenda Regulatória 2015/2016, bem como os Chefes dos Portfólios concernentes aos Eixos Temáticos acima apresentados e os chefes dos projetos.

Após sua aprovação, procedeu-se ao acompanhamento da sua implementação, sob a responsabilidade da SUREG, que desenvolve Relatórios Trimestrais de acompanhamento e os encaminha para a Diretoria Colegiada acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, bem como dirimir questões que surgem ao longo de sua implementação.

Após a escolha dos projetos prioritários da Agência na Agenda 2015/2016, iniciou-se o processo de consolidação do Banco de Temas, que existe desde 2011. Tal processo se deu por meio da aglutinação dos projetos que, embora necessários, necessitam de recursos humanos que se encontram direcionados a projetos considerados mais prioritários e, portanto, constantes dos Eixos Temáticos da Agenda.

O Banco de Temas, além de permitir melhor organização da Agenda, constitui reforço à governança regulatória, na medida em que amplia transparência ativa e permite que a sociedade tenha conhecimento sobre as matérias em que a ANTT pretende atuar em algum momento, conforme prioridades estabelecidas.

Para construção do Banco de Temas, foi realizado um levantamento de todos os temas propostos para compor tal estoque desde a primeira Agenda Regulatória. Após o processo de construção supramencionado, chegou-se à seguinte lista de temas que deverão compor o Banco de Temas, disponibilizado no sítio eletrônico [<http://agendaregulatoria.antt.gov.br/>](http://agendaregulatoria.antt.gov.br/):

Eixo Temático 1:

- Prevenção de riscos e redução de acidentes no transporte rodoviário de cargas e passageiros;
- Utilização da técnica regulatória do Yardstick Competition para incremento do desempenho e da eficiência do mercado regulado;
- Revisão das Regras para Transferência de Outorga e Controle Societário;
- Regulamentação da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2014);
- Meios alternativos de solução de controvérsias regulatórias

Eixo Temático 2:

- Pagamento por abertura e manutenção de acessos comerciais

Eixo Temático 3:

- Informações apresentadas pelas transportadoras sobre os serviços prestados;

Eixo Temático 4:

- Regras para Compensação de Créditos das Parcelas de Arrendamento;
- Regras Para a Devolução de Trechos Ferroviários;
- Regras sobre Usuário Investidor;
- Implantação e Operação de Terminais;

Eixo Temático 5:

- Unificação da resolução do Transporte Rodoviário de Cargas;

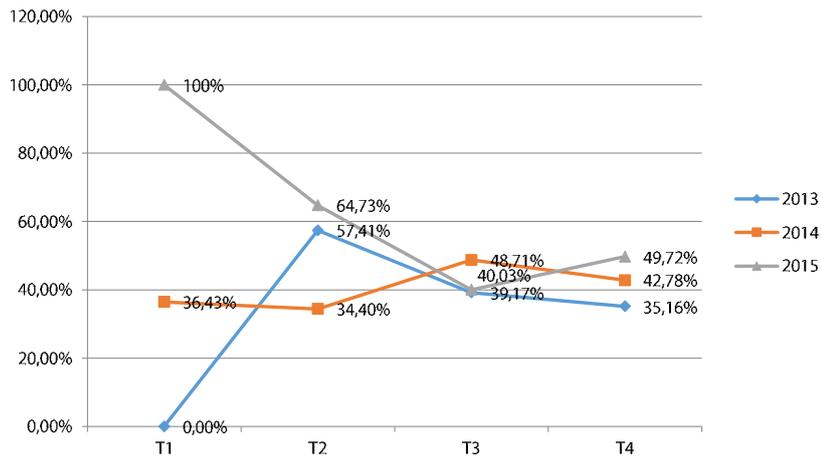
Em julho de 2015, foi aprovada a 4ª Edição do Manual de Procedimentos contendo instruções para elaboração, implementação e revisão da Agenda Regulatória, abrangendo melhorias identificadas ao longo das Agendas anteriores.

Em setembro de 2015, iniciou-se o processo de Revisão Ordinária da Agenda Regulatória ANTT para o biênio 2015/2016. Tendo sido publicada, em novembro de 2015, a 1ª Revisão Extraordinária da Agenda Regulatória, aprovada pela Resolução nº 4.597, que inseriu mais quatro projetos no Eixo Temático 3, a saber:

- Regulamentação do Estatuto da Juventude;
- Processo Seletivo Público;
- Alteração dos multiplicadores tarifários dos serviços diferenciados, previstos na Resolução nº 4.130, de 03 de julho de 2013; e
- Critérios e procedimentos para a transferência de mercados e do controle societário de empresas autorizadas do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Em dezembro de 2015, ocorreu nova Revisão Extraordinária, por meio da Resolução nº 4.952, ampliando o escopo do projeto de Revisão da Metodologia de Cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital de modo a incluir a infraestrutura ferroviária regulada pela ANTT, e realocando-o no Eixo Temático 1 e excluindo o projeto “h) Revisão da Metodologia de Cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital” do Eixo Temático 2.

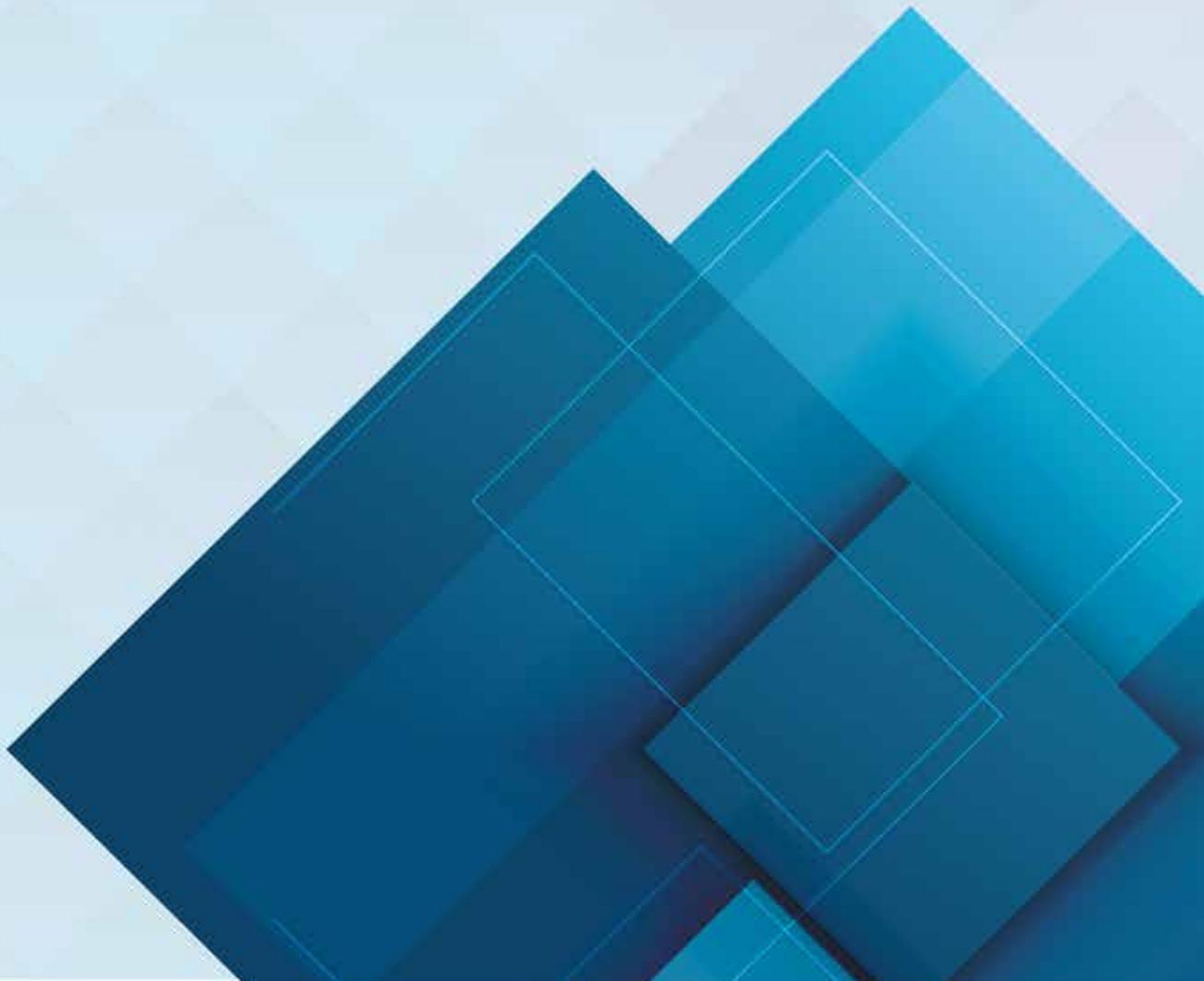
A Agenda Regulatória 2015/2016 obteve um percentual médio de cumprimento da execução dos cronogramas dos projetos na ordem de 63,32% que, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo, indica crescimento ao longo dos anos.



Em 2015 foram realizados, no âmbito da Agenda Regulatória, 25 processos de participação social, sendo cinco Reuniões Participativas, oito Tomadas de Subsídio, cinco Consultas Públicas e sete Audiências Públicas, salientando que estas últimas são sempre acompanhadas por Consultas Públicas.



GESTÃO ORGANIZACIONAL



GESTÃO ORGANIZACIONAL

GESTÃO DO ORÇAMENTO

O orçamento da Agência Nacional de Transportes Terrestre, para o exercício de 2015, foi aprovado pela Lei de Orçamento Anual - LOA nº 13.115, de 20 de abril de 2015, com uma dotação inicial de R\$ 207.790.883,00 para Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 328.300,00 para Encargos da Dívida, R\$ 289.845.208,00 destinados a Outras Despesas Correntes e R\$ 807.665.101,00 a Investimentos, incluindo ali os recursos alocados nas ações de recomposições do equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão sob a égide da Agência. A dotação inicial autorizada pela LOA totalizou o valor de R\$ 1.305.629.492,00.

Dentre os créditos suplementares aprovados ao longo do exercício, merece destaque crédito suplementar destinado a arcar com a Fiscalização Eletrônica, concedido por meio da Portaria MPOG nº 586, de 14 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 65.499.256,00.

O crédito teve por objetivo a identificação, por meio eletrônico, dos veículos de transporte de cargas para viabilizar a fiscalização do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC, do Pagamento Eletrônico de Frete, da Antecipação do Vale Pedágio Obrigatório e da sobrestadia. Assim como, na área de passageiros, viabilizar a fiscalização da prestação de serviço de transporte rodoviário interestadual de passageiros, com relação à adequada prestação de serviço, a partir de dispositivos de leitura de Rádio Frequência e de identificação de caracteres a serem instalados em pontos estratégicos de rodovias e terminais rodoviários.

Faz-se importante mencionar ainda a abertura de crédito suplementar no montante de R\$ 22.704.000,00, Portaria MPOG nº 570, de 10 dezembro de 2015, para atender as despesas relativas à Implantação do Centro Nacional de Supervisão Operacional e Informações Gerenciais – CNSOlg que, apesar da liberação da dotação orçamentária, não foram disponibilizados os limites orçamentários tempestivamente ao término da vigência da respectiva Ata de Registro de Preços 09/12/2015, impossibilitando a adesão.

Ao final do exercício, o orçamento total da ANTT foi de R\$ 1.399.414.854,00. Comparando-se com o orçamento de 2014, conforme demonstrado na tabela a frente, houve um acréscimo em termos de Outras Despesas Correntes do PAC de 154,34%. Essa variação se deu em razão do aumento dos valores alocados em Custeio na ação 8785 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, referente as despesas com Tecnologia da Informação frente às necessidades de atualização e manutenção dos sistemas que atendem as demandas da Agência, bem como do crédito aprovado para a Fiscalização Eletrônica.

Já em relação às despesas classificadas como Investimento do PAC, o valor destinado à ANTT para o exercício de 2015 superou em 214,95% ao de 2014, tendo em vista os recursos alocados nas ações 0007 - Recomposições do Equilíbrio Econômico Financeiro do Contrato de Concessão da BR-040-RJ e 00P5 - Recomposições do Equilíbrio Econômico Financeiro do Contrato de Concessão da BR 290-RS.

A dotação de investimento das despesas discricionárias teve um aumento de 111,43%, no entanto, não houve autorização de empenho que possibilitasse sua execução. As demais dotações não tiveram grandes variações em relação ao exercício anterior.

Comparativo LOA 2014/2015						
GRUPO DE DESPESA	2014		2015		VARIÇÃO 2014/2015	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	R\$	%
		(LEI + CRÉDITOS)		(LEI + CRÉDITOS)		
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(d)-(b)	(f)=(d)/(b)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	162.768.841	203.249.223	207.790.883	222.212.989	18.963.766	9,33%
Ativos	131.881.055	165.383.181	169.864.750	179.978.255	14.595.074	8,83%
Inativos	4.770.062	6.884.860	6.464.666	8.868.860	1.984.000	28,82%
Outros Encargos	26.117.724	30.981.182	31.461.467	33.365.874	2.384.692	7,70%
2 - Juros e Encargos da Dívida	1.259.250	1.259.250	328.300	328.300	-930.950	-73,93%
Dívidas	1.259.250	1.259.250	328.300	328.300	-930.950	-73,93%
Sentenças	0		0		0	0%
3 - Outras Despesas Correntes	273.034.540	271.779.078	289.845.208	350.508.464	78.729.386	28,97%
Outros Custeios	196.754.000	212.681.746	213.700.000	213.700.000	1.018.254	0,48%
Benefícios aos Servidores	7.980.540	8.765.540	8.733.408	8.793.408	27.868	0,32%
PAC	68.300.000	50.331.792	67.411.800	128.015.056	77.683.264	154,34%
4 - Investimentos	246.360.000	265.828.208	807.665.101	826.365.101	560.536.893	210,86%
Investimentos/PAC	237.360.000	255.328.208	785.465.101	804.165.101	548.836.893	214,95%
Investimentos/ADM	9.000.000	10.500.000	22.200.000	22.200.000	11.700.000	111,43%
TOTAL	683.422.631	742.115.759	1.305.629.492	1.399.414.854	657.299.095	88,57%

Fonte: GEPLA

Do orçamento final da ANTT no exercício de 2015, foi empenhado o montante de R\$ 769.576.446,00, representando uma execução de 54,99%. A baixa execução resultou principalmente do não desembolso dos recursos da ação de Recomposições do Equilíbrio Econômico Financeiro do Contrato de Concessão da BR-040-RJ, no montante de R\$ 504.997.324,00, tendo em vista que não foi autorizado limite de movimentação e empenho para seu pagamento.

Ao considerarmos os valores executados por Grupo de Despesa, temos um incremento relevante nos recursos de investimento do PAC, oriundo da Ação de Recomposição do Equilíbrio Econômico Financeiro do Contrato de Concessão da BR-290-RS, e dos recursos de custeio da Ação Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento, que foi objeto de crédito suplementar em dezembro. Como já mencionado anteriormente, os recursos de investimento das ações discricionárias tiveram baixa execução em função dos limites disponibilizados.

Já as despesas com Pessoal e Benefícios são diretamente controladas pela Secretaria de Orçamento Federal, e operacionalizadas através do SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos, ficando a cargo da ANTT a execução, acompanhamento e solicitações de necessidades de créditos adicionais. Sua execução alcançou 99,30% da dotação alocada, e o incremento ao longo do ano foi em decorrência dos ajustes realizados para atender os pagamentos com servidores ativos e inativos.

Na tabela a seguir, são apresentados os valores de dotação, limite autorizado, montante empenhado e percentual de execução em relação à dotação e ao limite fixado.

Observa-se que a execução total da ANTT, em relação ao limite fixado, foi de 97,31%. Da mesma forma, os recursos de custeio e investimento, discricionárias e PAC, elevam sua execução para 93,81% e 100%, respectivamente.

GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (LEI + CRÉDITOS)	LIMITE AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUÇÃO DOTAÇÃO	% EXECUÇÃO LIMITE
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(d/b)*100	(f)=(d/c)*100
1 - Pessoal e Encargos Sociais	207.790.883	222.212.989	222.212.989	220.658.405	99,30%	99,30%
Ativos	169.864.750	179.978.255	179.978.255	178.862.458	99,38%	99,38%
Inativos	8.868.860	8.868.860	8.868.860	8.810.545	99,34%	99,34%
Outros Encargos	31.461.467	33.365.874	33.365.874	32.985.402	98,86%	98,86%
2 - Juros e Encargos da Dívida	328.300	328.300	328.300	-	0,00%	0,00%
Dívidas	328.300	328.300	328.300	-	0,00%	0,00%
Sentenças	0	0	0	-	0,00%	0,00%
3 - Outras Despesas Correntes	289.845.208	350.508.464	313.836.731	294.417.575	84,00%	93,81%
Outros Custeios	213.700.000	213.700.000	189.746.000	170.844.411	79,95%	90,04%
Benefícios aos Servidores	8.733.408	8.793.408	8.793.408	8.278.976	94,15%	94,15%
PAC	67.411.800	128.015.056	115.297.323	115.294.188	90,06%	100,00%
4 - Investimentos	807.665.101	826.365.101	254.500.677	254.500.466	30,80%	100,00%
Investimentos/PAC	785.465.101	804.165.101	249.635.677	249.635.677	31,04%	100,00%
Investimentos/ADM	22.200.000	22.200.000	4.865.000	4.864.789	21,91%	100,00%
TOTAL	1.305.629.492	1.399.414.854	790.878.697	769.576.446,00	54,99%	97,31%

Fonte: GEPLA

Conforme Decreto nº 8.456, de 20/05/15, o limite final para movimentação e empenho atribuído às despesas discricionárias e PAC da Agência totalizou R\$ 559.544.000,00, representando 47,90% da necessidade frente a uma dotação de R\$ 1.168.080.157,00. Em 2015, o contingenciamento impactou tanto as despesas discricionárias como as do PAC. A seguir é apresentado o demonstrativo da composição do limite liberado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil .

Tabela Limite - Despesas Discricionárias + PAC

Especificação	Recursos do Tesouro	Recursos Próprios	Total	Dotação	Contingenciamento
Custeio	98.736.000,00	91.010.000,00	189.746.000,00	213.700.000,00	-23.954.000,00
Capital	0,00	4.865.000,00	4.865.000,00	22.200.000,00	-17.335.000,00
PAC	364.933.000,00	0,00	364.933.000,00	932.180.157,00	-567.247.157,00
Total	463.669.000,00	95.875.000,00	559.544.000,00	1.168.080.157,00	-608.536.157,00

Fonte: GEPLA

* Limite Final conforme Ofício nº 32/2016-SPO/SE-MT, de 15.01.2016.

Neste exercício, igualmente ao de 2014, foram estabelecidos limites à contratação de bens e serviços e à concessão de diárias e passagens, conforme Portaria MPOG nº172, de 27 de maio de 2015.

A ANTT tem pautado sua execução orçamentária em estrita consonância com os limites orçamentários estabelecidos pela Setorial Orçamentária do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil , sendo os limites distribuídos em conformidade com a programação de suas necessidades.

GESTÃO DE FINANÇAS

A receita da ANTT está prevista no art. 77 da Lei 10.233 de 05/06/2001. De forma geral, está classificada da seguinte forma:

- Fonte 174: referem-se às arrecadações decorrentes das infrações ocorridas na prestação de serviços de transportes rodoviários de passageiros e de cargas. São multas decorrentes do Poder de Polícia.
- Fonte 129: referem-se às arrecadações de outorgas/concessões de ferrovias e outorgas de serviços de transportes de passageiros. A maior receita desta fonte se deve às parcelas trimestrais de concessões das malhas de ferrovias;
- Fonte 250: a maior parte desta fonte se refere às arrecadações decorrentes das concessões de rodovias. São também arrecadadas as taxas/emolumentos de cargas e passageiros para autorização/cadastramento de serviço/frota. As multas decorrentes de descumprimento contratual e/ou de regulação são cobradas no código direcionado à fonte 250.

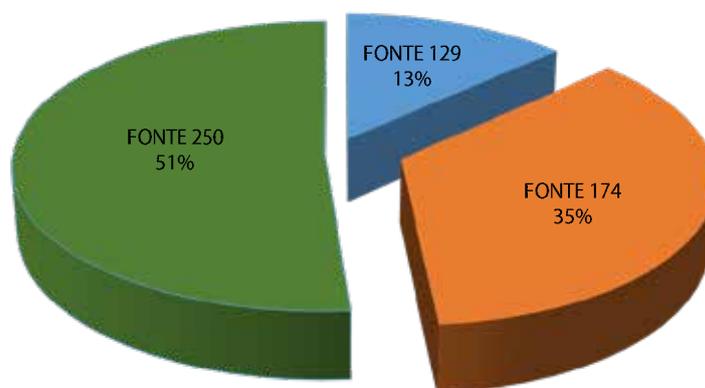
Em 2015, a receita realizada foi de R\$ 262.305.610 (duzentos e sessenta e dois milhões, trezentos e cinco mil, seiscentos e dez reais), conforme composição detalhada no quadro abaixo.

Fonte	LOA 2015	Arrecadado Jan a Dez - 2015	% Realizado
129	29.410.080	34.524.371	117,39%
174	66.650.000	93.104.777	139,69%
250	113.710.676	134.676.462	118,44%
Total	209.770.756	262.305.610	125,04%

Verifica-se, portanto, que em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA/2015, a arrecadação da Agência foi superior em 25,04%.

A composição do valor total arrecadado em 2015, por fonte de recursos, em termos percentuais está demonstrada no gráfico seguinte.

Composição da Arrecadação por fonte - 2015



Visando apresentar uma análise comparativa, o quadro abaixo demonstra a receita realizada nos últimos quatro anos.

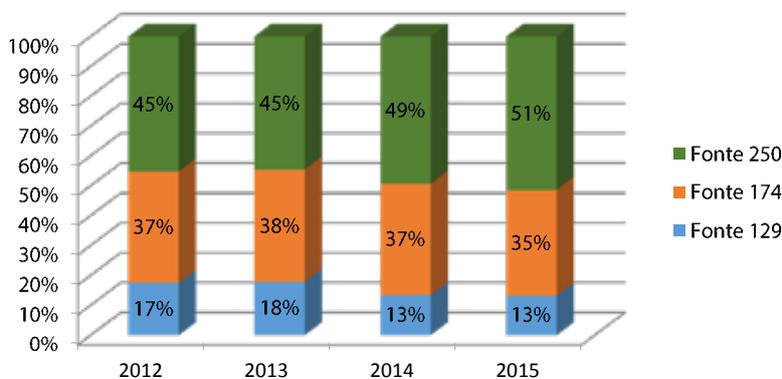
Comparativo da Receita Realizada - Janeiro a Dezembro (2012 a 2015)

Fonte	Descrição da Receita	2012	2013	2014	2015
129	Concessões Ferroviárias	28.240.684	30.670.645	32.556.714	34.524.371
174	Multas Poder de Polícia	60.455.156	64.974.762	90.994.486	93.104.777
250	Concessões Rodoviárias	73.254.416	76.883.138	120.495.868	134.676.462
Total Arrecadado		161.950.255	172.528.545	244.047.068	262.305.610

O gráfico seguinte apresenta a evolução total da receita da ANTT no período de 2012 a 2015.



Neste próximo gráfico, pode-se visualizar o comportamento das composições das fontes em relação ao total arrecadado em cada ano.



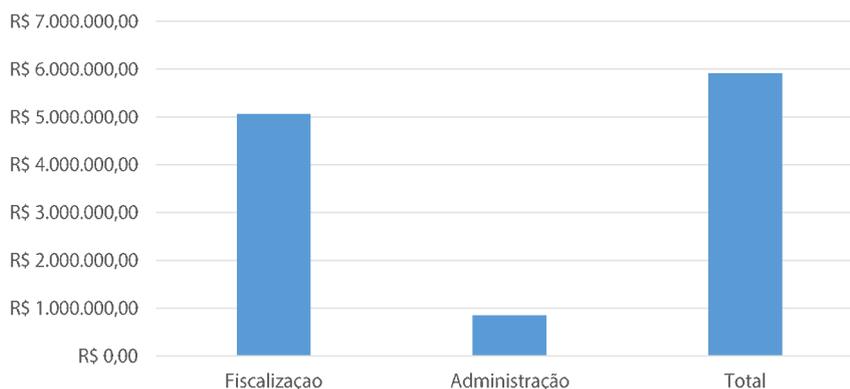
O aumento da arrecadação das fontes 129 e 250, em relação ao ano de 2014, justifica-se em razão dos índices de ajustes anuais aplicados. A fonte 250, que é a fonte de recursos próprios, continua sendo a principal origem de receita da Agência. Já a composição percentual da fonte 174 permaneceu linear em relação ao total arrecadado.

DIÁRIAS E PASSAGENS

A ANTT utiliza o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, obrigatório para a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com o Decreto 5.992/2006.

No exercício de 2015, foi liquidado um valor total de R\$ 5.914.693,97, referentes a diárias e passagens, sendo R\$ 5.061.908,93 em ações de Fiscalização e R\$ 852.785,04 em ações administrativas.

Execução Diárias e Passagens

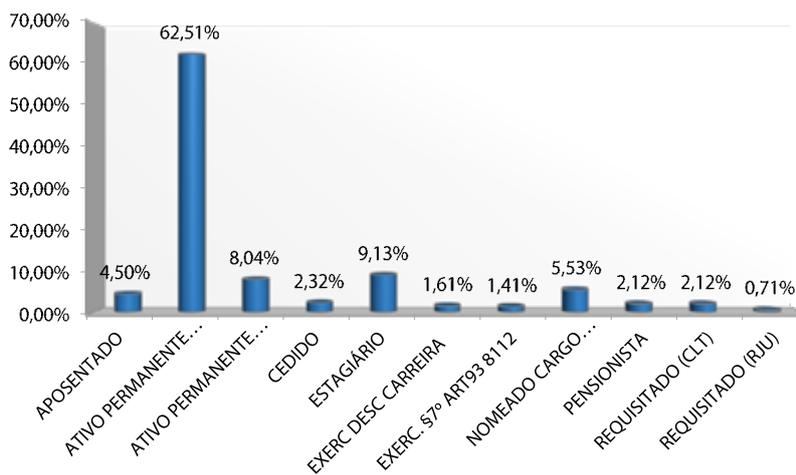


GESTÃO DE PESSOAS

Força de Trabalho da ANTT

Ao final do exercício de 2015, o quantitativo dos recursos humanos da ANTT era de 1.555 servidores/estagiários, incluindo nessa composição os aposentados e os pensionistas. O Quadro Efetivo corresponde a 62,51% da Força de Trabalho.

SITUAÇÃO FUNCIONAL	DEZ
APOSENTADO	70
ATIVO PERMANENTE (EFETIVO)	972
ATIVO PERMANENTE (ESPECIFICO)	125
CEDIDO	36
ESTAGIÁRIO	142
EXERC DESC CARREIRA	25
EXERC. 57º ART93 8112	22
NOMEADO CARGO COMISSIONADO	86
PENSIONISTA	33
REQUISITADO (CLT)	33
REQUISITADO (RJU)	11
TOTAL	1555

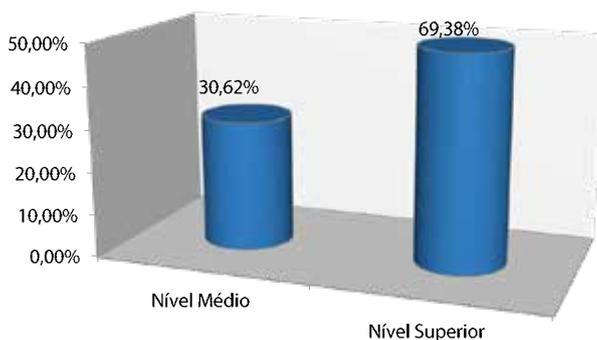


Escolaridade

O nível de escolaridade dos servidores do quadro funcional da ANTT está assim distribuído: 30,62% com formação de nível médio e 69,38% com formação de nível superior, em relação ao total de servidores/colaboradores por situação funcional (1522), excluindo o quantitativo de pensionistas.

Quantitativo de Pessoal por Nível de Escolaridade

SITUAÇÃO FUNCIONAL	NM	NS	TOTAL
APOSENTADO	60	10	70
ATIVO PERMANENTE (EFETIVO)	215	757	972
ATIVO PERMANENTE (ESPECIFICO)	74	51	125
CEDIDO	6	30	36
ESTAGIÁRIO	54	88	142
EXERC DESC CARREIRA	0	25	25
EXERC. §7º ART93 8112	14	8	22
NOMEADO CARGO COMISSONADO	31	55	86
REQUISITADO (CLT)	11	22	33
REQUISITADO (RJU)	1	10	11
TOTAL	466	1056	1522
PENSIONISTA			33
TOTAL			1555



Folha de Pagamento

No quadro abaixo, destacam-se as remunerações, benefícios e encargos sociais referentes à folha de pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas da ANTT, e a evolução na execução da despesa até dezembro de 2015.

Resumo das Despesas da Folha de Pagamento - 2015

NATUREZA/DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	5.406.257,38	5.466.684,26	5.488.320,63	5.474.328,46	5.477.243,45	5.478.569,62	5.478.164,67	5.475.578,31	5.480.017,16	5.478.597,88	5.476.617,61	5.495.545,14
GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO DE CARGO	5.854.605,36	5.852.853,19	5.871.732,65	5.849.193,74	5.838.192,78	5.848.844,94	6.072.447,33	6.049.427,89	6.051.672,88	6.045.588,50	6.041.344,39	6.053.894,22
GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO - PES ATIVO	116.653,99	116.698,63	115.907,21	115.907,21	113.080,04	113.110,03	110.817,39	110.817,39	110.817,39	110.817,39	109.901,00	110.045,13
INCORPORAÇÕES	12.773,14	12.773,14	12.773,14	12.773,14	10.953,90	10.953,90	10.837,90	10.837,90	10.837,90	10.837,90	10.020,38	10.020,38
ABONO DE PERMANÊNCIA	83.918,32	84.902,44	84.902,44	80.172,85	89.738,15	83.228,58	100.064,05	84.408,41	87.795,33	86.716,45	171.084,56	102.991,29
GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIOS DE FUNÇÕES	1.239.356,33	1.234.480,72	1.242.349,87	1.262.193,85	1.254.060,13	1.253.224,12	1.254.472,51	1.264.563,06	1.260.776,89	1.248.639,59	1.249.749,53	1.254.597,84
ADICIONAL NOTURNO	55.020,13	38.889,39	52.612,54	13.045,44	108.554,83	47.478,16	67.765,76	59.674,98	54.025,23	64.739,65	59.039,28	62.034,99
ESTAGIÁRIOS	66.110,89	66.909,90	66.505,05	72.470,64	73.102,80	71.921,10	68.710,87	67.236,45	72.551,53	73.155,74	72.079,41	71.726,74
FÉRIAS INDENIZADAS	1.549,27		33.498,03	388,51	14.955,62	30.765,14	14.331,69	76.893,70	30.491,84	62.820,56	27.551,94	27.004,12
FÉRIAS ABONO ART. 7 XVII CF	792.738,77	371.310,01	371.556,35	262.713,31	184.802,08	361.320,17	154.960,38	94.953,41	75.657,08	77.909,23	77.530,23	1.713.398,75
13º SALÁRIO (GRATIF. NATALINA)						250.826,68					566.821,19	70.095,95
13º SALÁRIO (ADIANTAMENTO GRATIF. NATALINA)	767.635,71	326.535,91	318.197,53	195.632,22	103.906,72	2.886.390,89	7.712,76	30.572,96	17.291,60	43.084,75	13.857,77	2.089.201,50
FÉRIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	80.415,64	176.160,30	47.058,65	36.308,97	41.793,26	95.870,51	43.566,31	35.050,81	54.639,08	38.000,19	61.055,55	207.734,46
SUBSTITUIÇÕES	49.680,00	55.897,52	23.365,27	36.059,70	21.357,01	19.404,21	27.579,16	44.307,24	41.106,59	31.298,95	53.324,80	55.326,08
INDENIZAÇÃO DE MORADIA										25.170,70	44.217,70	29.275,51

SENT JUD NÃO TRANS JULGADO - AT	13.043,19	12.094,06	63.703,22	29.237,72	28.700,55	28.700,55	28.429,56	28.429,56	28.429,56	28.429,56	27.646,74	27.646,74
VANT PERM SENT JUD TRANS JULGADO - CI	1.665,91	1.665,91	1.611,00	1.665,91	1.665,91	1.665,91	1.665,91	1.665,91	1.665,91	1.665,91	1.386,46	1.386,46
DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES - PES ATIVO	118,07	38.253,85	9.628,13	2.754,38	10.907,63	1.330,00	2.167,00	20.906,84	1.014,93	2.941,08	2.143,23	
DESP. EXERC. ANTERIORES - GRAT NATALIN				330,64								
DESP. EXERC. ANTERIORES - ABONO PERMANEN												
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS (HORA EXTRA)												
GRATIF. P/ ENCARGO CURSO/CONCURSO	13.680,00		2.800,00	5.905,00		5.340,00	950,00	6.080,00				
INDENIZACÕES (REMUNERAÇÃO COMPENSATÓRIA)											4.623,50	
PENSIONISTAS												
PENSAO CIVIL	143.768,72	137.006,23	137.006,23	137.006,23	137.006,23	137.006,23	137.006,23	137.006,23	137.006,23	137.006,23	178.966,23	137.006,23
DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES - PENSIONISTA												
LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA												
13º SALÁRIO (GRATIF. NATALINA) PENSIONISTA											137.277,22	
APOSENTADOS												
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL (PESSOAL INATIVO)	476.029,16	495.464,41	495.106,47	495.009,28	455.475,34	455.475,34	468.087,16	468.087,16	468.087,16	481.647,56	482.047,71	482.047,71
DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES - PES INATIVO							2.167,00					
GRATIFICAÇÃO TEMPO DE SERVIÇO - PES INATIVO	61.986,01	61.986,01	62.916,28	62.819,09	65.646,26	65.646,26	68.284,34	68.020,53	68.020,53	68.020,53	68.895,26	68.895,26
GRATIFICAÇÃO NATALINA APOSENTADO												
VANT PERM SENT JUD TRANS JULGADO - APO	282,47	272,47	282,47	282,47	282,47	282,47	282,47	282,47	282,47	282,47	1.386,46	1.386,46
SENT JUD NÃO TRANS JULGADO - AP	8.368,93	8.458,39	23.155,87	13.357,55	15.733,57	14.262,49	14.165,71	14.533,48	28.429,56	14.533,48	15.878,22	15.878,22
FUNPRESP- CONTR.MENSAL NORMAL	24.908,67	25.389,96	24.981,70	25.694,41	26.218,68	26.348,25	32.984,47	32.723,60	33.444,74	33.332,61	38.415,00	37.933,32
ENCARGOS SOCIAIS*	2.633.238,93	2.500.102,11	2.535.352,71	2.518.962,86	2.520.735,33	2.656.472,71	2.681.754,24	2.035.152,07	2.687.297,37	2.682.171,68	5.093.137,70	2.594.086,80
ENCARGOS SOCIAIS GRAT NATALINA*												
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	15.270.566,06	17.084.788,81	17.085.323,44	16.704.213,58	16.594.112,74	17.058.047,37	16.849.374,87	16.217.210,36	16.801.358,96	16.847.408,59	20.085.999,07	20.719.159,30
BENEFÍCIOS/INDENIZAÇÕES												
AUXÍLIO NATALIDADE	5.008,14	4.730,56	2.365,28	1.182,64	591,32	2.365,28	1.182,64	4.139,24		1.112,92		3.026,32
AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR	25.852,00	26.279,00	26.477,00	25.755,00	25.678,00	25.918,00	25.340,00	25.652,00	25.293,00	25.448,00	25.084,00	25.801,00
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	457.297,98	456.941,94	458.925,62	458.043,99	455.614,96	455.889,22	454.008,81	454.381,74	453.551,01	453.025,42	448.464,66	448.731,43
AUXÍLIO TRANSPORTE	58.401,54	57.585,40	58.746,59	34.583,91	31.763,41	36.058,66	33.582,27	33.164,07	24.558,15	28.575,42	24.220,94	30.446,15
RESSARC ASSISTÊNCIA MÉDICO/ODONTO	125.281,12	119.573,77	120.613,73	117.673,94	129.320,15	121.131,36	127.990,08	125.764,58	118.464,37	125.488,99	123.750,20	115.787,41
RESSARC ASSISTÊNCIA MÉDICO/ODONTO PENSÃO												
TOTAL DOS BENEFÍCIOS	671.840,78	665.110,67	667.128,22	637.239,48	642.967,84	641.362,52	642.103,80	643.101,63	621.866,53	633.650,75	621.519,80	623.792,31
TOTAL DA FOLHA DE PAGAMENTO	15.942.406,84	17.749.899,48	17.752.451,66	17.341.453,06	17.237.080,58	17.699.409,89	17.491.478,67	16.860.311,99	17.423.225,49	17.481.059,34	20.707.518,87	21.342.951,61

* O valor de encargos patronais é informado de acordo com apuração da GEFIN.

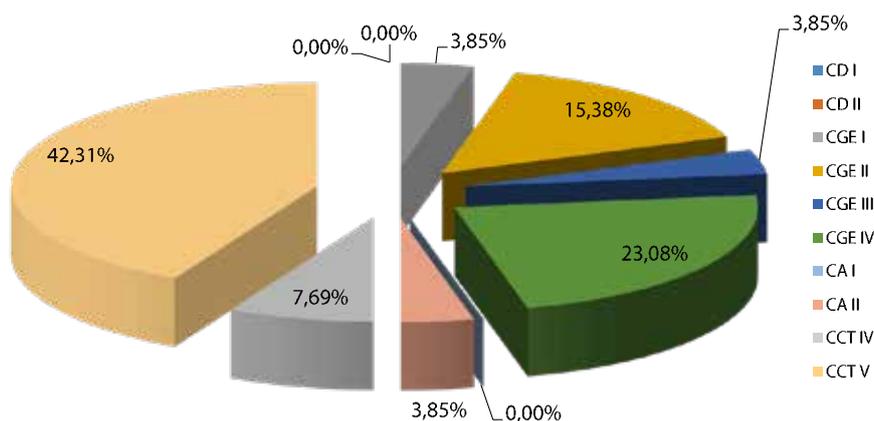
Auxílio-Moradia

O quadro abaixo demonstra a relação de servidores ocupantes de cargos comissionados que fizeram jus à percepção de auxílio-moradia no exercício de 2015.

O valor pago a título de ressarcimento foi de R\$ 382.967,08 (trezentos e oitenta e dois mil, novecentos e sessenta e sete reais e oito centavos), para 26 (vinte e seis) servidores ressarcidos.

A Norma Administrativa/001-2011/SUDEG prevê que a concessão do auxílio-moradia para os servidores ocupantes dos cargos comissionados CGE IV, CCT IV e CCT V será no valor mensal de até R\$ 1.800,00 e para os demais cargos está limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da remuneração do cargo.

CARGO	OCUPADO
CD I	0
CD II	0
CGE I	1
CGE II	4
CGE III	1
CGE IV	6
CA I	0
CA II	1
CCT IV	2
CCT V	11
TOTAL	26



Ressarcimento servidores requisitados com ônus

A tabela a seguir retrata a situação, no exercício de 2015, das despesas com servidores requisitados com ônus.

ÓRGÃO	QTD. SERV.	VALOR
BANCO DO BRASIL	1	199.494,73
CDRJ	3	863.944,59
CEF	1	253.688,77
SERPRO	1	99.256,62
SNPH	1	20.028,56
TOTAL	7	1.436.413,27

Concurso Público

Considerando o vencimento em 2015 do prazo de vigência do 3º concurso público, para todos os cargos, a ANTT teve grande atuação junto ao Ministério do Planejamento e ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, na tentativa de buscar autorização, primeiramente, para realização de novo concurso, o que não foi possível devido a questões orçamentárias. Em seguida, buscou-se autorização para prover vagas com o cadastro de reserva ainda existente, de candidatos que tiveram resultado homologado, também sem sucesso.

Após, houve tratativas no sentido de que houvesse autorização para provimento somente do cargo de Especialista em Regulação, com realização do 3º Curso de Formação, já que o prazo de vencimento era somente em dezembro. No entanto, a autorização não ocorreu.

Em 28 de outubro, encerrou-se para os cargos de Analista Administrativo, Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres e Técnico Administrativo; e no dia 28 de dezembro, o prazo de validade para o cargo de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres foi finalizado.

Remoções

Foram analisados 109 (cento e nove) processos de requerimentos de remoção, os quais culminaram na efetivação de 41 (quarenta e um) remoções sob a modalidade "de ofício, no interesse da Administração"; 36 (trinta e seis) remoções "a pedido, a critério da Administração"; 01 (uma) remoção "a pedido, a critério da Administração", por meio

de permuta, e 05 (cinco) remoções “a pedido, independentemente do interesse da Administração”, autorizadas por meio de 83 (oitenta e três) portarias publicadas entre os meses de janeiro e novembro de 2015.

Capacitação

Em 2015, foram capacitados 887 (oitocentos e oitenta e sete) servidores, de um total de 1.274 (um mil, duzentos e setenta e quatro) servidores ativos, em 460 (quatrocentos e sessenta) eventos de capacitação, foram ofertadas 2.707 (dois mil, setecentos e sete) oportunidades de capacitação aos servidores, sendo que, dessas oportunidades, 1.981 (um mil, novecentos e oitenta e um) se deram em turmas fechadas, 596 (quinhentos e noventa e seis) em turmas abertas e 130 (cento e trinta) no Programa de Concessão de Bolsas de Estudos em Idiomas – PCI 1º semestre de 2015.

Eventos	Quantidade	Carga Horária**	Participações
Eventos Fechados	80	20.273	1.981
Eventos Abertos	250	19.360	596
PCI 1º Semestre/2015	130	5.413	130
Total	460*	45.046*	2.707*

*Valores sujeitos à alteração conforme comprovação de finalização dos processos de capacitação de 2015.

** Carga horária referente ao número de participações.

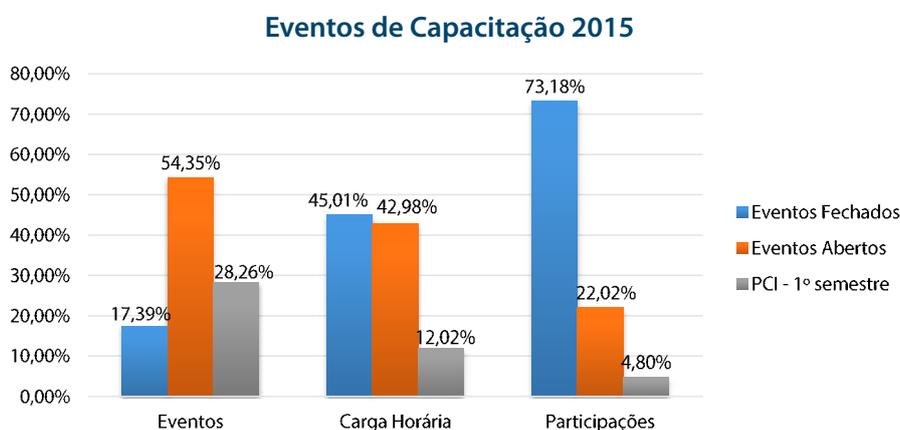
A situação do quadro acima é refletida no gráfico seguinte, onde demonstra que a realização de capacitação em eventos fechados possui um impacto maior em relação aos eventos abertos, pois representou um maior número de participações como de carga horária ministrada.

Os cursos fechados geralmente são mais eficientes, pois servem para padronizar os procedimentos e entendimentos, além de tratarem de conteúdos especificados internamente para melhor atender às necessidades de desenvolvimento dos servidores.

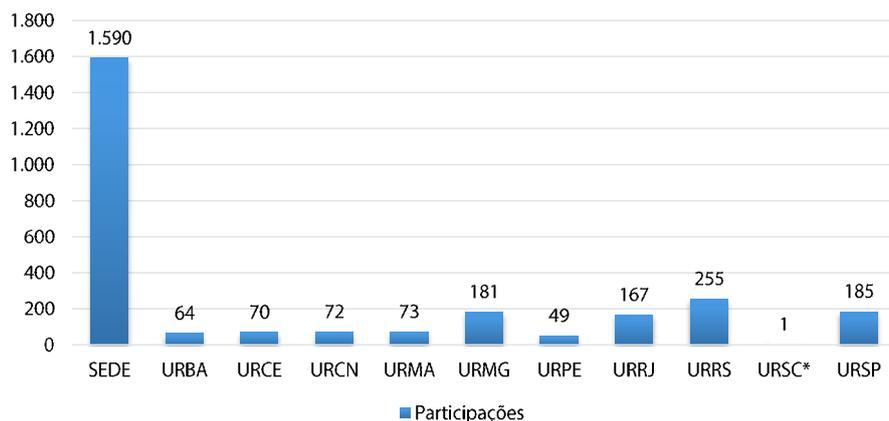
Os cursos abertos por sua vez, são válidos no sentido de atualização específica individual ou de pequenos grupos que necessitam de conteúdo especializado.

Considerando que no exercício houve um contingenciamento em torno de 60% do orçamento destinado à capacitação, parte do planejamento teve que ser suspenso, ocasionando uma diminuição de solicitações de cursos abertos que exigiam esforços para sua efetivação.

Devido ao cenário de restrição orçamentária buscou-se eventos gratuitos no mercado e realização de cursos internos (gratificação por encargo de curso ou concurso, instrução em serviço, ou eventos de disseminação de conteúdos relativos às competências das unidades organizacionais).



Participações por Unidade Regional



Foram iniciadas duas Pós-graduações no ano de 2015, ambas com ônus limitado.

Pós-Graduações iniciadas em 2015	Nº Total servidores	UORG	Instituição
MASTER OF SCIENCE IN TRANSPORTATION MANAGEMENT	1	URRJ	SAN JOSE STATE UNIVERSITY
MESTRADO EM ENGENHARIA MECÂNICA	1	URRS	UFRGS

O quadro seguinte apresenta as licenças que foram iniciadas entre janeiro e dezembro de 2015.

Relação	Lotação do Servidor	Tempo de Licença	Ação de Capacitação
1	AUDIT/GESIC	54 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
2	SEGER	89 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
3	SUFIS/URMA	90 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
4	SUFIS/URCE	90 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
5	SUINF/URRJ	59 dias	Elaboração de Monografia de Pós-graduação.
6	SUFER/GEROF	90 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
7	SUFIS/URBA	30 dias	Elaboração de monografia de Pós-graduação Latu Sensu.
8	SUFIS/URMG	90 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
9	SUDEG/URCE	90 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
10	SUFIS/URSP	89 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
11	SUFIS/URCN	60 dias	Elaboração de monografia de Pós-graduação Latu Sensu.
12	SUROC/GERAR	90 dias	Elaboração de dissertação de Doutorado.
13	SUFIS/URPE	90 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
14	SUFER/URCE	90 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
15	SUINF/GEINV	33 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
16	SUFIS/URPE	89 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
17	SUFIS/URCE	90 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
18	SUPAS/GEHAB	30 dias	Elaboração de Monografia de Graduação.
19	SUDEG/GEPEs	47 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
20	SUFIS/URRJ	32 dias	Elaboração de Monografia de Graduação.
21	SUFIS/URCE	90 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
22	SUREG/GEATO	45 dias	Elaboração de Monografia de Pós-graduação.
23	SUDEG/GELOG	30 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
24	SUDEG/URRS	30 dias	Elaboração de Monografia de Graduação.
25	SEGER	30 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
26	AUDIT/GEAUD	60 dias	Elaboração de Monografia de Pós-graduação.
27	SUDEG/GEPEs	37 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
28	SUFIS	45 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
29	SUFER	90 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
30	SUINF/URRS	90 dias	Elaboração de Dissertação de Mestrado
31	SUFIS/URCE	90 dias	Participação em ação de capacitação profissional.

32	SUFIS/URCE	30 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
33	SUFIS/URPE	90 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
34	SUDEG/GEPEs	43 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
35	SUPAS/GEROT	30 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
36	SUFER/COPEs	54 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
37	SUPAS/GEROT	30 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
38	SUROC/GERAR	45 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
39	SUFIS/URRS	34 dias	Elaboração de Monografia de Pós-graduação.
40	SUFIS/URCE	75 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
41	COREG	90 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
42	SUDEG/GEFIN	89 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
43	SUEXE/GETIN	88 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
44	SUFIS/URPE	90 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
45	SUPAS/GEROT	30 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
46	SUFIS/URRS	90 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
47	SUFER/URCE	89 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
48	SUPAS/GEHAB	88 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
49	SUDEG/URCE	90 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
50	SUFIS/URRS	90 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
51	SUFER/GEROF	90 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
52	SEGER	30 dias	Participação em ação de capacitação profissional.
53	SUFIS/URRS	30 dias	Elaboração de Monografia de Graduação.
54	SUDEG/GEPEs	30 dias	Participação em ação de capacitação profissional.

Programa de Concessão de Bolsas de Estudos em Idiomas - PCI

O PCI consiste na concessão de bolsa de estudo de idiomas e tem a finalidade de incentivar o servidor em suas iniciativas de capacitação, assegurar a profissionalização e fomentar o contínuo processo de desenvolvimento.

No exercício de 2015 foram contemplados 144 (cento e quarenta e quatro) servidores, considerando a capacidade orçamentária disponível para o 1º semestre de 2015 e as regras para participação.

A Agência ressarciu um total de 130 (cento e trinta) bolsas de servidores selecionados, somando um valor total de R\$ 205.724,08. O quantitativo de bolsas ressarcidas por idioma consta no quadro abaixo:

Idioma	1º Semestre
Alemão	1
Espanhol	15
Francês	8
Inglês	106
Total	130

Devido à restrição orçamentária, não houve lançamento de edital de abertura do PCI para o segundo semestre de 2015.

Estágio Supervisionado

A ANTT possui contrato com o Centro Integrado de Empresa Escola-CIEE, visando à realização de estágio para estudantes de ensino médio, educação superior, educação profissional e da educação especial dos anos finais do ensino fundamental e na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O percentual do número de estagiários é de até 20% para nível superior e 10% para nível médio, em relação ao quadro de pessoal da entidade concedente do estágio, reservando-se o percentual de 10% desse quantitativo para estudantes portadores de deficiência, de acordo com a Orientação Normativa nº 4, de 04/07/2014, da SRH/MPOG e da Lei nº 11.788, de 25/09/08.

Nos quadros a seguir, demonstramos o quantitativo de estagiários:

Demonstrativo - Sede

Unidades Sede	Estagiários ativos em 31/12/2015		
	NM	NS	Total
AUDIT	2	0	2
COREG	1	1	2
DIR	3	1	4
GAB	5	1	6
OUVID	1	0	1
PRG	6	0	6
SEGER	1	0	1
SUDEG	5	12	17
SUEXE	0	3	3
SUFER	4	9	13
SUFIS	5	4	9
SUINF	5	4	9
SUPAS	5	9	14
SUREG	1	2	3
SUCON	2	1	3
SUROC	1	6	7
Total	47	53	100

Fonte: SIAPE
 NM: Nível médio
 NS: Nível superior

Demonstrativo - Unidades Regionais

Unidades Regionais	ESTAGIÁRIOS ATIVOS EM 31/12/2015		
	NM	NS	Total
URBA	0	0	0
URCE	0	4	4
URCN	3	6	9
URMA	0	1	1
URMG	0	1	1
URPE	0	2	2
URRJ	1	15	16
URRS	1	6	7
URSP	2	0	2
Total	7	35	42

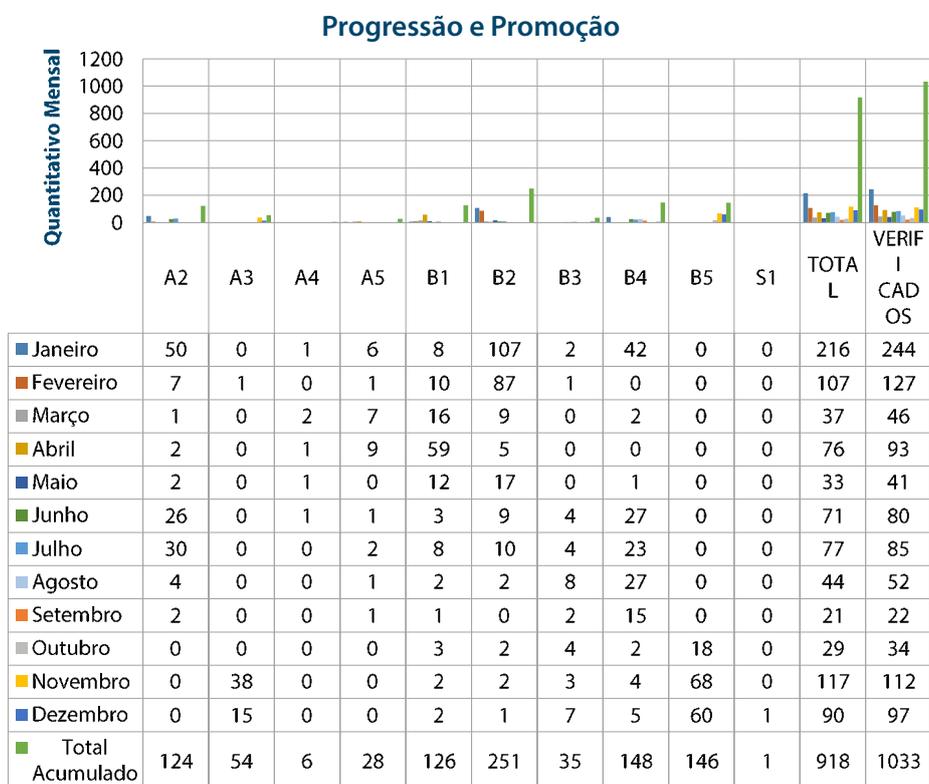
Fonte: SIAPE
 NM: Nível médio
 NS: Nível superior

Além disso, há ainda o convênio da ANTT com o Cesam (Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador) que tem como objetivo contribuir para o fortalecimento do vínculo e da convivência familiar e comunitária de adolescentes e jovens, com a oferta de qualificação sócio-profissional e inserção no mercado de trabalho.

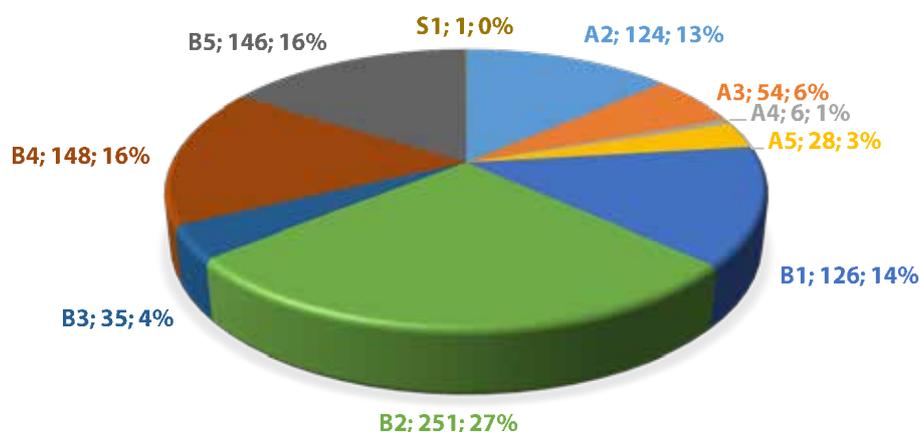
Em 2015, foram preenchidas as 42 (quarenta e duas) vagas conforme previsto no contrato. O Programa de qualificação do menor é composto de carga horária teórica realizada pelo CESAM e prática desenvolvida na ANTT, estabelecidas em dispositivos legais.

Progressão e Promoção

De janeiro a dezembro de 2015, foram verificados os requisitos de 1.033 (um mil e trinta e três) servidores do quadro de pessoal efetivo da Agência que completaram 365 dias de efetivo exercício para fins de progressão e promoção. Desses, apenas 918 (novecentos e dezoito) servidores alcançaram os requisitos mínimos necessários para obter suas progressões ou promoções funcionais regulares, conforme os gráficos a seguir.



**Janeiro de 2015 a Dezembro de 2015
% por Classe/Padrão**



Em junho, deu-se prosseguimento ao processo de revisão das regras de progressão e promoção, aprovadas inicialmente através da Deliberação nº151/2012, incluindo, entre outras, a determinação dos critérios para a aceitação da experiência profissional para fins de progressão e promoção na carreira dos servidores do quadro efetivo da ANTT.

Assistência Médica

Os quantitativos abaixo demonstram a distribuição dos servidores beneficiários com efeitos financeiros nos meses de janeiro a Dezembro de 2015, considerando o Termo de Acordo firmado entre a ANTT e a empresa ALIANÇA ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE LTDA, bem como o convênio de adesão com a GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE e os planos contratos diretamente pelos servidores denominados como “avulsos”.

Relatório de Titulares e Dependentes Saúde Suplementar

		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ALIANÇA	TITULARES	441	405	427	410	423	410	406	398	401	404	400	381
	DEPENDENTES	478	443	477	475	479	479	487	466	477	480	478	451
	TOTAL ALIANÇA	919	848	904	885	902	889	893	864	878	884	878	832
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
GEAP AUTOGESTÃO	TITULARES	152	155	156	162	161	160	159	159	158	157	154	154
	DEPENDENTES	174	178	180	180	179	178	175	175	176	177	175	175
	TOTAL GEAP	326	333	336	342	340	338	334	334	334	334	329	329
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
AVULSOS	TITULARES	193	196	203	234	245	197	228	235	214	234	200	215

Saúde do servidor - Exames Médicos Periódicos

Em março de 2015, foi feito o lançamento dos Exames Médicos Periódicos 2015 na ANTT, iniciando em abril a realização dos exames.

Em julho, foi concluída a primeira etapa, que teve como alvo os aniversariantes do primeiro semestre de 2015, e iniciada a segunda etapa dos exames com os aniversariantes no segundo semestre.

Na primeira fase, foram convocados 272 servidores, destes, mais de 50% concluíram o processo como um todo, com a realização dos exames e a consulta para avaliação clínica e emissão do ASO. Em agosto, foram convocados os servidores que fazem aniversário no segundo semestre que, ao todo, somaram 220.

No mês de dezembro, foi a vez dos servidores que estavam em licença ou afastamento no primeiro e segundo semestre, assim como também aqueles em exercício descentralizados de carreira.

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Durante o ano de 2015, as principais ações da ANTT na área de Tecnologia da Informação foram voltadas ao Desenvolvimento, Manutenção, Sustentação e Documentação de Sistemas de Informação, Portais, BI, Sistemas e/ou Aplicativos para dispositivos móveis e Sistemas que utilizam Geoprocessamento.

Tendo por objetivo a manutenção e modernização da infraestrutura da ANTT, no período de 2015 foram realizadas as contratações abaixo relacionadas:

- Prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção, sustentação e documentação de Sistemas de Informação, portais, BI, Sistemas e/ou Aplicativos para dispositivos móveis e Sistemas que utilizam Geoprocessamento – Contratos nº 019/2015, 25/2015 e 46/2015;
- Prestação de serviços de Tecnologia da Informação, compreendendo a execução de testes de software e controle de qualidade sobre os produtos desenvolvidos pela fábrica de software, na modalidade de Fábrica de Teste de Software – Contratos nº 20/2015, 26/2015 e 44/2015;
- Prestação de serviço de mensuração das demandas executadas pela fábrica de software na modalidade de Fábrica de Métrica e Mensuração de Demanda – Contratos nº 021/2015, 27/2015 e 45/2015;
- Prestação de serviços de processamento de dados, por meio de consulta à base de dados dos sistemas Cadastro de Pessoas Físicas e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, utilizando a tecnologia Web Service - INFOCONV, pelo convênio firmado entre a Secretaria da Receita Federal e a ANTT – Contrato nº 007/2015;
- Subscrição de licenças de sistemas operacionais e aplicativos Microsoft – Contrato nº 034/2015;
- Fornecimento de serviços de subscrições em plataforma de software livre de extração, transformação e carga de dados - ETL, além de serviços de suporte técnico especializado nas plataformas de software livre – Contrato nº 036/2015;
- Fornecimento de Switches Gigabit Ethernet, incluindo instalação, configuração e garantia por 36 (trinta e seis) meses, além de Serviços de Suporte Técnico para os Ativos de Rede existentes na rede da ANTT – Contrato nº 038/2015;
- Prestação de serviços de suporte técnico especializado de Suporte para a plataforma tecnológica de software Red Hat-UST – Contrato nº 041/2015;
- Execução de serviços de Combate a Fraudes na Internet por meio de ações técnico-administrativas de remoção/correção de conteúdos indevidos – Contrato nº 043/2015.

Perfil dos Recursos Humanos - TI - 2015

Perfil	Quantidade
Servidor/empregados públicos efetivos da carreira de TI da própria Instituição	4
Servidor/empregados públicos efetivos de outras carreiras (que não TI) da própria Instituição	8
Servidores/empregados públicos cedidos de outras instituições públicas	3
Estagiários	2
Terceirizados	68
TOTAL	85

Fonte: GETIN

Central de Atendimento ao usuário (CAU)

A Central de Atendimento ao Usuário – CAU atua por meio do Contrato Administrativo nº 059/2011, que tem como objeto a prestação de serviços de service desk, abrangendo serviço de suporte remoto (1º nível), implementado mediante atendimento via central telefônica, e-mail e sistema de abertura de chamados; serviço de suporte de retaguarda (2º nível), implementado mediante atendimento presencial de equipe técnica; e serviços de gerenciamento operacional e de qualidade, de incidentes e problemas e de configuração e mudanças de modo a prover o suporte de TI aos usuários internos da ANTT.

Em 2015, foram registrados aproximadamente 10.000 atendimentos, todos constantes do catálogo de serviços implementado na ANTT e de conformidade com os serviços desenvolvidos pela CAU.

Além dos chamados, as principais ações executadas em 2015 foram as seguintes:

- Criação do servidor de imagem ANTT, dando celeridade às formatações de equipamentos requisitadas;
- Atualização do servidor de impressão;
- Configuração e entrega das estações de trabalho HP ProDesk 600;
- Distribuição de desktops para Unidades Regionais;
- Instalação e configuração de novas ferramentas como a suíte Adobe, CAD e COMPOR 90 para áreas finalísticas.

Infraestrutura de TI

A infraestrutura realizou 1.985 chamados para melhor atender todos os usuários da Agência. Dentre outros serviços, citam-se:

- Troubleshooting e reinstalação completa do componente Client Access Server (CAS) da solução de correio eletrônico Microsoft Exchange 2010, devido a falhas apresentadas após as manobras de manutenção nos equipamentos e quadros de energia elétrica, ocorridas nos dias;
- Troubleshooting e habilitação da funcionalidade de auditoria em todas as pastas do servidor de arquivos, devido ao problema de perda de permissões;
- Troubleshooting e reconfiguração completa do serviço RDP Session Host Configuration do servidor SRVREMOTO, após este serviço ter apresentado problemas;
- Criação do ambiente para a nova Intranet;
- Configuração avançada do Zabbix em REDHAT 7.2;
- Gerenciamento de Identidade em ambiente Linux com base em LDAP;
- Gerenciamento centralizado de logs;
- Configuração de Infraestrutura de balanceamento de carga em aplicações (LOAD BALANCE)
- Criação de solução de contingência para o proxy da ANTT com TMG, com o ambiente a seguir (Cluster NLB com 3 servidores e Gerência com 1 servidor em ambiente Microsoft);
- Configuração de infraestrutura para SHARE POINT;
- FAILOVER CLUSTER para o ambiente de FILE SERVER e SQL SERVER;
- Criação de CLUSTER para servidor web APACHE;
- Migração do firewall Clavister (configuração inicial em 4 appliances e criação e migração de regras);
- Monitoramento, configuração, adequação com padrões das seguintes soluções: Firewall Clavister, Anti-virus (SEP), Proxy (Ironport), Anti-Spam (SMS), Balanceador (Radware), IPS (TippingPoint), DDOS (Corero);
- Instalação e configuração dos servidores Linux CentOS de homologação e produção do DOCFLOW.

Desenvolvimento e Produção de Sistemas

Manteve-se o padrão de desenvolvimento e manutenção de sistemas, publicado por meio do Processo de Desenvolvimento de Software – PDS institucional. O PDS estabeleceu uma metodologia para o desenvolvimento de software, e tem como objetivo padronizar o ciclo de vida do projeto de desenvolvimento de sistema, definindo as atividades, os responsáveis e os artefatos. Com a definição clara de um processo de desenvolvimento vislumbra-se o aumento do nível de produtividade das equipes técnicas envolvidas nos projetos, pois formaliza-se a distribuição e as atribuições das atividades por papel desempenhado. Para além de ser um instrumento para obtenção de um produto com qualidade, o PDS auxilia na definição de acordos em futuros contratos de prestação de serviço de desenvolvimento de software.

No início de 2015, a ANTT procedeu a execução dos contratos de serviços de desenvolvimento de fábrica de software, métricas e testes. A contratação da fábrica de testes se deu pela necessidade em aumentar a qualidade dos produtos desenvolvidos pela fábrica de software, assim como a contratação de uma fábrica de métricas teve como intuito a realização da contagem funcional dos produtos desenvolvidos pela fábrica de software.

Abaixo segue a relação do principais Sistemas da Agência:

- SIFAMA - Sistema Integrado de Fiscalização, Autuação, Multa e Arrecadação;
- PEF - Pagamento Eletrônico de Frete para Transporte de Cargas;
- SISAUT - Sistema de Autorização de Passagens;
- SISFRET - Sistema de Fretamento para Autorização de Viagens;
- SGP - Sistema de Gestão de Permissões para Exploração de Transporte de Passageiros;
- SEP – Sistema de Excesso de Peso;
- SPM - Sistema de Processamento de Multas;
- SAR – Sistema de Arrecadação;
- Frequência - Sistema de Controle de Frequência;
- Sismultas - Sistema de multas;
- GIGFER – Gestão com Inteligência Geográfica de Ferrovias;
- Sistema de Gratificação e Qualificação para atendimento de demandas da GEPES.

Em virtude de restrições orçamentárias, a partir de meados de 2015, os contratos de serviços de desenvolvimento de fábrica de software, métricas e testes tiveram que ser suspensos, paralisando todos os serviços que estavam em andamento e os projetos de desenvolvimento de sistemas da ANTT.

Somente no final de 2015, a ANTT conseguiu retomar as contratações, o que permitiu, inicialmente, a manutenção dos Sistemas de maior relevância para Agência, tais como:

- SIFAMA - Sistema Integrado de Fiscalização, Autuação, Multa e Arrecadação;
- SISAUT - Sistema de Autorização de Passagens;
- SPM - Sistema de Processamento de Multas;
- SAR – Sistema de Arrecadação.

GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL

PROJETO ESPLANADA SUSTENTÁVEL

O Projeto Esplanada Sustentável – PES foi instituído pela Portaria Interministerial MP/MMA/MME/MDS nº 244, de 6 de junho de 2012, a partir da integração das ações constantes nos seguintes programas: Programa de Eficiência do Gasto – PEG; Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P e a Coleta Seletiva Solidária.

A metodologia utilizada é o PDCA (plan, do, check, act). Essa metodologia consiste em uma ferramenta gerencial na qual há uma fase inicial de coleta de informações sobre as despesas, para em seguida essas despesas serem analisadas, de modo a definir um potencial de economia e a identificação de ações que poderão promover a redução efetiva de gastos.

Dessa iniciativa, foram obtidos os seguintes resultados:

- Destinação social e ambientalmente correta dos papéis e demais resíduos recicláveis descartados, com a execução do PLS voltado à Coleta Seletiva;
- Doação de aproximadamente de 13,5 toneladas de resíduos recicláveis a uma cooperativa de catadores no exercício de 2015;
- Taxa de rejeito dos resíduos doados nula, isto é, os resíduos doados à cooperativa foram totalmente segregados em sua origem, a ANTT, e, portanto, aproveitados em 100% pela cooperativa;
- Alto nível de segregação de resíduos, com a separação minuciosa de conformidade com os diferentes processos de reciclagem empregados para cada tipo de resíduos, conforme observa-se na tabela abaixo;

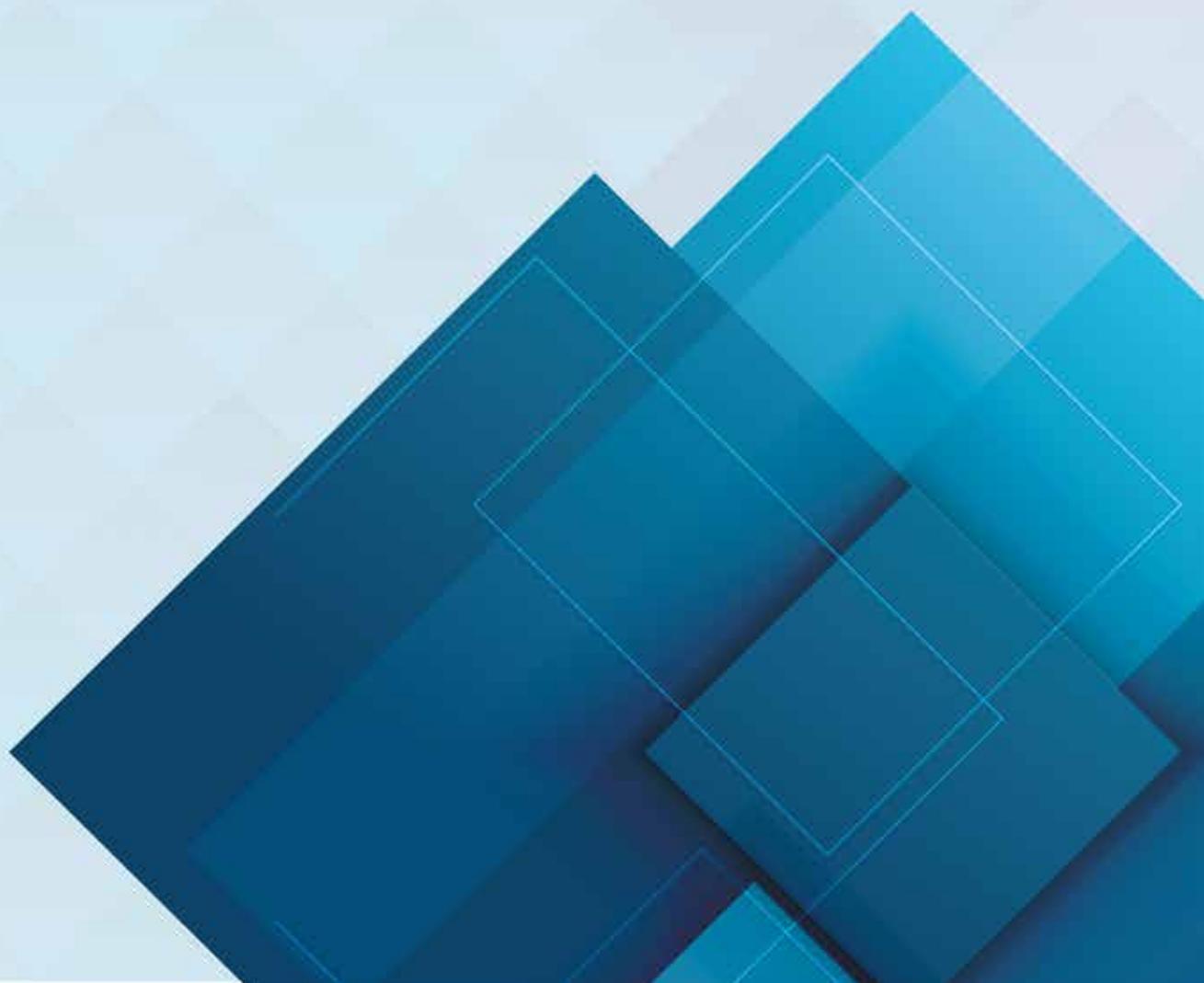
Tipo de Resíduo		TOTAL
Papel	Jornal	1.282,70
	Pardo	775,00
	Papelão	4.735,50
	Preto e Branco	5.176,00
	Revista	942,00
Plástico	Duro	296,00
	Mole	163,50
Metais	Alumínio	73,00
	Ferro	77,00
TOTAL		13.520,70

- Elaboração da cartilha “Sustentabilidade na ANTT”;
- Realização do EcoQuiz (campanha de conscientização);
- Elaboração de campanha para consumo racional de energia elétrica e água em parceria com a ASCOM;
- Doação de recicláveis, por tipo de resíduo, na sede;
- Energia elétrica: redução de 1,04% do consumo de 2015 (em relação a 2014);
- Água e esgoto: redução de 24,53% do consumo de 2015 e redução de 14,71% nas despesas (em relação a 2014)

Além disso, em 2015 o escopo do projeto foi ampliado, abarcando todas as Unidades Regionais.



RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E CONTROLE



RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E CONTROLE

OUVIDORIA

A Ouvidoria da ANTT disponibiliza à sociedade os seguintes meios de contato:

- **Telefone 166**

A central de atendimento funciona ininterruptamente, de segunda-feira a domingo, 24 horas por dia (inclusive feriados). Recebe chamadas originadas de telefones fixos e móveis que são gratuitas para o cidadão.

- **Formulário eletrônico “Fale Conosco”**

Disponível no site da ANTT no link:

http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/5149/Fale_Conosco.html

- **E-mail**

Os interessados podem enviar manifestações para o e-mail ouvidoria@antt.gov.br.

- **Atendimento online**

Está disponível no site da ANTT no link:

http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/5149/Fale_Conosco.html

A principal vantagem deste canal é o atendimento às demandas das pessoas com deficiência auditiva e/ou da fala.

- **Atendimento presencial**

A Sala do Cidadão funciona no Edifício-Sede da ANTT, de segunda a sexta-feira, em horário comercial.

- **Correspondência**

A Ouvidoria da ANTT recebe manifestações, por meio de cartas endereçadas à sede da ANTT, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 – Brasília – DF CEP: 70200-003.

Assim como nos anos anteriores, o tridígito 166 foi o meio de comunicação mais utilizado pelos usuários para contato com a ANTT, em 2015.

Meios de Contato

Meio De Comunicação	2014	2015
166	557.777	729.011
Internet	Fale Conosco	11.580
	E-Mail	30.909
	Chat	18.682
Carta	129	73
Atendimento Presencial	156	346
Total	603.624	790.601

Fonte: OUVID

A Ouvidoria da ANTT desempenha um papel de intermediadora de interesses, buscando promover a interligação entre toda sociedade e os setores finalísticos da Agência. Nossos atendentes são treinados para responder diretamente a maioria dos questionamentos e dúvidas, atualmente, mais de 80% das manifestações são encerradas na Ouvidoria. As solicitações que dependem de análise, resposta ou atuação técnica são encaminhadas aos setores competentes para providências e posterior resposta ao interessado.

Outro ponto a ser destacado foi a mudança, a partir de 2014, do modo de realizar a pesquisa de satisfação do usuário, que passou a ser aplicada em todos os atendimentos registrados pela Central de Atendimento (166).

Tipos de Manifestação

Tipo De Manifestação	2011	2012	2013	2014	2015
Pedido De Informação	275.162	243.091	161.977	145.780	199.000
Outras*	97.046	44.614	219.838	433.437	560.558
Reclamação	26.295	28.965	22.807	23.448	29.655
Sugestão	1.202	846	1.863	779	1.135
Elogio	128	74	83	75	121
Denúncia	141	125	205	105	132
Total	399.974	317.715	406.773	603.624	790.601

Fonte: OUVID

*Outras: Ocorrências consideradas como "trotos", "perda de ligação" e "ligação finalizada por desrespeito do usuário".

Pesquisa de Satisfação do Atendimento – PSA

A partir de 2014, a Ouvidoria alterou a forma de realizar a pesquisa de satisfação, passando a realizá-la em todos os atendimentos registrados pela Central de Atendimento (166).

A pesquisa busca avaliar a satisfação dos cidadãos-usuários quanto ao atendimento prestado pelos atendentes, bem como saber se sua manifestação foi solucionada, resolvida e ou esclarecida.

Em anos anteriores, a pesquisa de satisfação era realizada da seguinte forma:

- *Pergunta 1: Sr. poderia participar da nossa pesquisa de qualidade? São apenas duas perguntas.*
- *Pergunta 2: Sua dúvida ou solicitação foi esclarecida ou resolvida?*
- *Pergunta 3: Numa escala de 1 a 5, onde 1 é totalmente insatisfeito e 5 é totalmente satisfeito, que nota o Sr. dá ao profissional que lhe atendeu?*

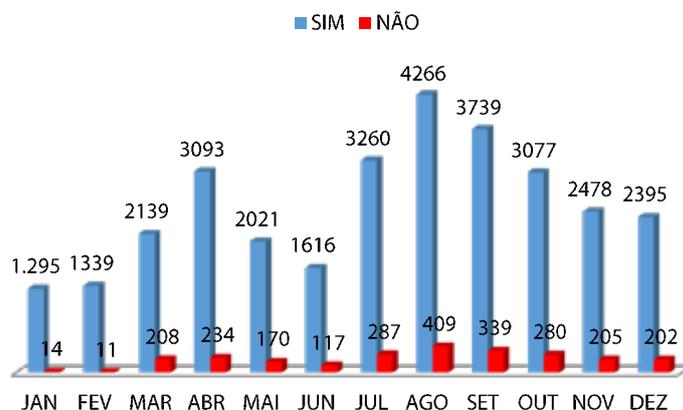
Atualmente, a pesquisa de satisfação é realizada em todas as chamadas. Todos os usuários são transferidos para que possam responder à pesquisa, podendo eles continuarem ou não em linha para a sua conclusão. As perguntas foram reduzidas para duas:

- *Pergunta 1: Sua dúvida ou solicitação foi esclarecida ou resolvida?*
- *Pergunta 2: Numa escala de 1 a 5, onde 1 é totalmente insatisfeito e 5 é totalmente satisfeito, que nota o Sr. dá ao profissional que lhe atendeu?*

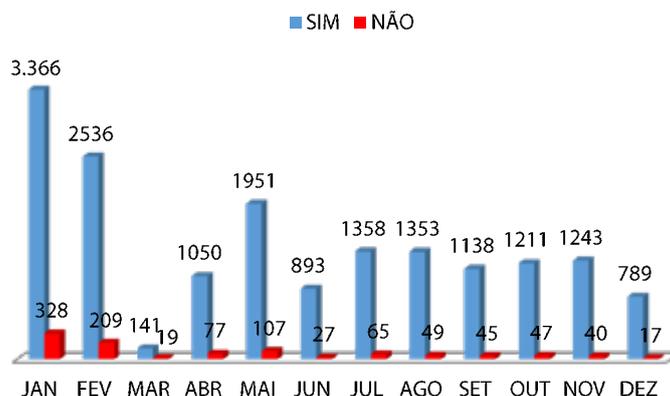
A seguir, o resultado da pesquisa nos últimos dois anos.

Pergunta 1: Sua dúvida ou solicitação foi esclarecida ou resolvida?

Atendimento da Dúvida ou Solicitação- 2014

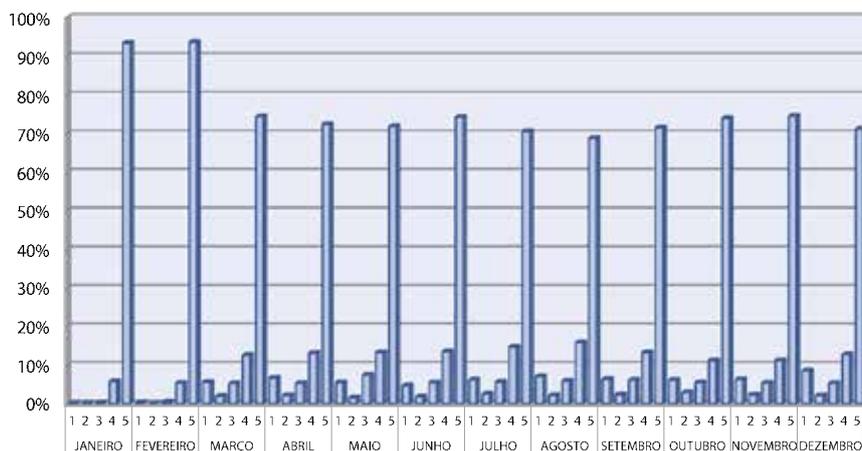


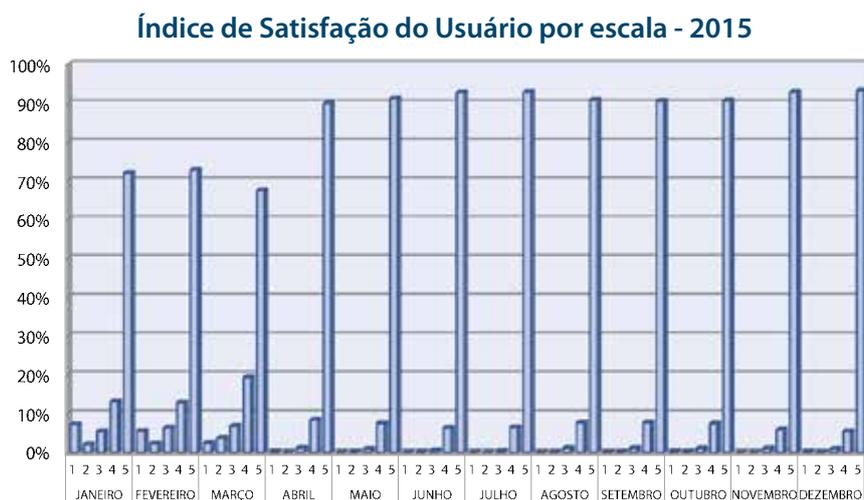
Atendimento da Dúvida ou Solicitação - 2015



Pergunta 2: Numa escala de 1 a 5, onde 1 é totalmente insatisfeito e 5 é totalmente satisfeito, que nota o Sr. dá ao profissional que lhe atendeu?

Índice de Satisfação do Usuário por escala -1 a 5 - 2014





Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão foi implementada pela Agência, em 2010, após a publicação do Decreto nº 6.932, de agosto de 2009, com o objetivo de informar ao cidadão quais os serviços prestados, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos com o atendimento e os padrões de atendimento estabelecidos. Para conhecer os serviços acesse o sítio eletrônico - www.antt.gov.br, opção “Acesso à informação”, clicar na guia “Carta de Serviços”.

Ao consultá-la, é possível identificar a nomenclatura, a finalidade, os usuários, o canal de acesso e o prazo de atendimento dos serviços prestados e estão assim estruturados:

- Marcos Regulatórios;
- Transporte de Passageiros;
- Infraestrutura Rodoviária Federal Concedida;
- Transporte de Cargas.

Sugestões e críticas para melhorias na prestação dos serviços podem ser direcionadas a ouvidoria@antt.gov.br ou pelo campo “Fale Conosco” no site <http://www.antt.gov.br>.

Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Os Acessos às informações sobre a Agência podem ser encontrados nos seguintes links:

- <http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/5221/Noticias.html>;
- <http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/11420/Contatos.html>;
- http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/5149/Fale_Conosco.html;
- http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/13003/Carta_de_Servicos.html;
- http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/4880/Relatorios_Anuais.html;
- http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/4882/Processos_de_Contas_Anuais.html;
- <http://agendaregulatoria.antt.gov.br/>;
- Serviços ao Cidadão – Autuações e Multas, Passageiros, Cargas, Infraestrutura:
 - » <http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/4727.html>;

COMUNICAÇÃO

As ações de comunicação da Agência Nacional de Transportes Terrestres foram planejadas e executadas com base em levantamento de necessidades realizado em suas diversas Unidades Organizacionais. A partir desse levantamento, foi elaborado o Plano Anual de Comunicação (PAC), em cumprimento ao Decreto nº 6.555/2008 e à Instrução Normativa nº 02/2009, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM/PR). O plano contempla três segmentos: imprensa, relações públicas e publicidade e propaganda.

A ANTT não possui contrato com qualquer agência de publicidade e propaganda. Dessa forma, as ações que exigem essa participação são executadas por meio de parceria com o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República ou mediante contratação, por meio de processo licitatório específico.

Nova Intranet

Este módulo consiste em transformar a atual intranet da ANTT. Alterar o conceito atual de divulgação e depósito estático de informações para uma plataforma colaborativa e interativa de construção coletiva do conhecimento, tendo como foco os servidores e colaboradores. Para tanto, a ANTT adquiriu uma solução de tecnologia da informação, um software customizado para as necessidades da ANTT e para intranet que permitam compartilhamento e desenvolvimento de projetos coletivos, avaliação dos cursos feitos (banco de cursos), chats temáticos, reuniões virtuais, banco de perfil, personalização da página, suporte de vídeo, compartilhamento de agendas, compartilhamento de problemas para soluções coletivas, etc. Em novembro, foi oficialmente lançada a nova intranet colaborativa da ANTT

Ações Promocionais Próprias

São aquelas de cunho institucional, ou seja, utilizadas para divulgar atos, ações, programas, serviços, campanhas metas e resultados voltados para valorizar e fortalecer a imagem da instituição e estimular a participação da sociedade nos assuntos relacionados à atuação da Agência.

- **Relatório Anual de Atividades da ANTT** - projeto gráfico/revisão/impressão que apresenta a prestação de contas das atividades da Agência à sociedade (síntese das ações técnico-administrativas executadas no ano).
- **Revista ANTT** - publicação de cunho técnico e científico sobre assuntos relacionados ao setor de transporte terrestre.

Distribuição de Publicidade Legal

A distribuição da publicidade legal é executada por meio do Contrato nº 016/2015, firmado com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Em 2015, foram publicadas/divulgadas 53 matérias legais.

- **Jornais**
 - 16 avisos referentes a audiências públicas
 - 01 aviso de consulta pública
 - 01 aviso de chamamento público
 - 01 aviso de publicação de edital
 - 16 avisos sobre de licitação
 - 01 aviso de tomada de subsídio
 - 01 aviso de comunicado ANTT

11 comunicados relevantes

- **Rádios**

03 avisos referentes à audiência pública

02 avisos sobre chamamento público

Ações de Comunicação Institucional

As ações de comunicação institucional constituem o planejamento da comunicação estratégica da ANTT; divulgação do material informativo e promocional da Agência; planejamento e produção de conteúdo para os veículos/canais de comunicação internos e externos do órgão, como o site da ANTT, o ANTENADO, os painéis eletrônicos e as redes sociais; planejamento de campanhas institucionais para os diversos públicos da Agência; fortalecimento do relacionamento da ANTT com seus diversos públicos; realização de prevenção e gerenciamento de crises; e planejamento e realização de eventos de integração com públicos prioritários, como os servidores e colaboradores da Agência.

Ação	Quantidade
Matérias produzidas para a imprensa e sociedade por meio do sítio oficial da ANTT http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/5221/Noticias.html	316
Postagens nos perfis oficiais nas redes sociais	414
Edições do jornal ANTENADO	18
Notícias divulgadas nos painéis eletrônicos	887

Publicidade de Utilidade Pública

As ações de Utilidade Pública destinam-se a divulgar direitos, produtos e serviços colocados à disposição dos cidadãos com o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar o cidadão sobre seus direitos e deveres. Devido à assinatura do contrato nº 035/2010, que trata da execução de serviços gráficos, a produção de material de utilidade pública acabou por ser incluída no contrato citado.

Em 2015 foram executados, 47 produtos, totalizando R\$ 430.431,02 (quatrocentos e trinta mil, quatrocentos e trinta e um reais e dois centavos). Desses, R\$286.567,60 destinados à impressão de 1.075.000 cartilhas de direitos e deveres dos passageiros.

Ações de Imprensa

A Coordenação de Imprensa é responsável por atender e fortalecer o relacionamento com a imprensa em geral; realizar treinamento com porta-vozes; produzir clippings de notícias e enviar para os servidores da Agência; acompanhar agenda de entrevistas; e organizar coletivas de imprensa.

- **Serviços de Assessoria de Imprensa**

Atendimento Geral: 1.408

Entrevistas individuais: 40

Ações de Apoio Institucional

As ações de apoio institucional foram restritas a eventos do setor de transporte, sem ônus para a ANTT. Entre os mais importantes destacam-se:

- **18º Negócios nos Trilhos:** realizado em São Paulo, de 03 a 05 de novembro de 2015, foi promovido pela Revista Ferroviária é o maior evento do setor metroferroviário da América Latina: Com cerca de 200 expositores de mais de 10 países, a feira reúne indústria e fornecedores nacionais e estrangeiros, os principais fabricantes de trens de passageiros, locomotivas, vagões, VLTs e fornecedores dos mais diversos tipos de suprimentos e serviços necessários ao funcionamento de uma ferrovia;
- **18º Encontro Nacional de Conservação Rodoviária (ENACOM) e 44ª Reunião Anual de Pavimentação:** realizado em Foz do Iguaçu, de 18 a 21 de agosto de 2015, (evento conjugado) foi promovido em parceria pela ABPv - Associação Brasileira de Pavimentação, a ABDER - Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem e o DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná. É o maior evento de pavimentação e conservação rodoviária do país, estando presentes professores brasileiros e estrangeiros, órgãos federais, estaduais e municipais e do Distrito Federal, empreiteiras, construtoras, profissionais liberais, entre outros;
- **3ª Conferência Internacional sobre Melhores Práticas para Pavimentos de Concreto** (3rd International Conference on Best Practices for Concrete Pavements): 28 a 30 de outubro de 2015 - Bonito - MS;
- **44ª Reunião Anual de Pavimentação:** 18 a 21 de agosto de 2015 - Foz do Iguaçu PR;

Eventos institucionais

Coube à Coordenação de Eventos a organização e a realização de todos os eventos institucionais, num total de 174 (cento e cinquenta e quatro). As principais atividades executadas pela área foram: audiências públicas, seminários, workshops, cursos de capacitação, sessões públicas de leilões na BM&FBOVESPA, reuniões participativas, bilaterais, do Mercosul e para esclarecimentos de editais, dentre outros eventos. O trabalho ocorreu conforme as seguintes etapas: divulgação do evento para a mídia; suporte durante a realização do evento e divulgação do resultado. Houve também o envio de notícias diretamente aos veículos de comunicação, além da divulgação no sítio da ANTT.

Ação	Quantidade
Audiências Públicas	24
Reuniões Participativas	5
Reuniões Bilaterais e do Mercosul	5

AÇÕES PARLAMENTARES

No cumprimento de sua missão regimental, a ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E PARLAMENTAR – ASPAR, estabelece e coordena o relacionamento da ANTT com órgãos do Poder Legislativo, os órgãos governamentais da União, Estados e Municípios e com entidades representativas empresariais, usuários dos serviços de transporte terrestre e categorias profissionais relacionadas com os interesses da Agência.

Com relação ao relacionamento interno, interage com a Procuradoria-Geral, na obtenção dos pareceres jurídicos e com as Superintendências na obtenção dos pareceres técnicos, ambos relativos aos Projetos de lei e Medidas Provisórias enviados pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, assim como, com todo o corpo gerencial para informar o resultado da prospecção e do monitoramento das proposições em tramitação no Congresso Nacional.

No exercício de 2015, com relação ao desempenho das funções de Assessoria Legislativa, foram encaminhadas

para análise da Agência, 642 (seiscentos e quarenta e duas) demandas, sendo 183 (cento e oitenta e três) Projetos de Lei, 29 (vinte e nove) Medidas Provisórias, 400 (quatrocentos) Pleitos de Parlamentares e 14 (quatorze) Requerimentos de Informação.

Com relação ao desempenho das funções de Assessoria Política, a ASPAR intermediou a realização de 18 (dezoito) Audiências Internas com Parlamentares e participou de 27 (vinte e sete) Audiências Públicas no Congresso Nacional.

SISTEMA DE CORREIÇÃO

A Corregedoria da ANTT, conforme disposto no Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, integra o Sistema Correcional do Poder Executivo Federal, na qualidade de Unidade Seccional, e responde pela fiscalização das atividades funcionais de servidores efetivos, requisitados e comissionados, e em seu campo de atuação, aplica os seguintes normativos:

Conforme o Regimento Interno da Agência, aprovado por intermédio da Resolução nº 3.000/2009, são adotadas duas formas distintas de ação: a preventiva e a corretiva. Para execução da primeira, utiliza-se de instrumentos como palestras, solicitação ou mesmo convocação de servidores para prestarem informações ou esclarecimentos, além de visitas de equipes de Correição Ordinária ou Extraordinária aos postos de fiscalização, em áreas específicas ou nas Unidades Regionais da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Unidade Regional Centro-Norte.

Na condução dos trabalhos corretivos, os quais objetivam apurar responsabilidade de suposto desvio de conduta praticado por servidor, são realizadas as Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares – PADs, regularmente instituídos por meio da Lei nº 8.112/1990, seguindo os preceitos dispostos nos Títulos IV – Do Regime Disciplinar e V – Do Processo Administrativo Disciplinar da referida Lei.

Conta, ainda, com o instrumento apuratório denominado “Investigação Preliminar”, criado por meio da Portaria nº 335/CGU, o qual tem a função de buscar elementos que possam comprovar a denúncia ou representação e, posteriormente, subsidiar a Corregedoria na tomada de decisão quanto a instauração de procedimento mais gravoso. A Investigação Preliminar também está disciplinado nesta Agência por Normativo Interno.

No ano de 2015, foram instaurados 6 (seis) procedimentos de Investigação Preliminar, dos quais, 1 (um) foi convertido em Processo Administrativo Disciplinar e 5 (cinco) ainda estão em andamento.

Foram também instaurados 6 (seis) Processos Administrativos Disciplinares, decorrentes de Investigações Preliminares do mesmo ano e também de exercícios anteriores. Snedo julgados 3 (três) PADs, instaurados em 2014, com uma absolvição, uma aplicação de penalidade de Suspensão e outro de reconsideração de decisão, que culminou em manter a penalidade de Demissão de Cargo Efetivo.

Ressalta-se que não ocorreu prescrição punitiva ou anulação de processos, seja pela via judicial, seja pela via administrativa.

Por último, cabe relatar que ainda no exercício de 2015 foram realizadas inspeções correicionais, denominadas internamente como “Correição Ordinária”, nas Unidades Regionais da ANTT nos estados do Rio Grande do Sul, Ceará e de Pernambuco. Já no Posto de Pesagem Veicular – PPV de Sapucaia-RJ, foi realizada uma “Correição Extraordinária”. No total, foram realizadas reuniões e entrevistas com 179 (cento e setenta e nove) servidores.

O objetivo desse trabalho é conhecer e avaliar a forma de atuação das equipes técnicas e administrativas, quanto ao aspecto funcional, no desenvolvimento de suas atribuições, e, em especial, às relacionadas com a fiscalização dos serviços de transporte terrestres, de modo a prevenir condutas irregulares. Os servidores são orientados, à luz da legislação e normativos internos vigentes, à observar as normas internas; a postura no ambiente de trabalho e quando do atendimento ao público e as empresas fiscalizadas.

Também é verificada se a infraestrutura disponibilizada pela ANTT (instalações físicas dos postos, equipamentos de

informática, uniformes, viaturas, entre outros) supre a necessidade funcional dos servidores para o desenvolvimento de suas atividades.

AUDITORIA INTERNA

O apoio ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal se dá mediante o fornecimento periódico de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados e no atendimento das solicitações de trabalhos específicos.

A Auditoria Interna planeja a sua atuação por meio do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, quando é elaborada a matriz de risco. Em decorrência do planejamento realizado para 2015, os exames de auditoria foram distribuídos contemplando os todos segmentos abrangidos pela competência institucional da Agência:

No exercício de 2015, a Auditoria Interna, realizou os seguintes trabalhos, todos em conformidade com seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT:

PLANEJAMENTO (PAINT 2014)	EXECUÇÃO
12 Ações Ordinárias	Ação 01 – Fiscalização Cargas Rodoviárias.
	Ação 02 – Gestão, Regulação e Outorga Cargas Rodoviárias.
	Ação 03 – URSP.
	Ação 04 – Fiscalização Ferrovias e dos Bens e Ativos Ferroviários.
	Ação 05 – Gestão, Regulação e Outorgas Ferrovias.
	Ação 06 – Gestão Administrativa.
	Ação 07 – Planejamento, Finanças, Orçamento e TI.
	Ação 08 - Fiscalização Rodovias.
	Ação 09 - Gestão, Regulação e Outorgas Rodovias.
	Ação 10 - Fiscalização Passageiros.
	Ação 11 - Gestão, Regulação e Outorgas Passageiros.
	Ação 12 - URRS.
Trabalhos Especiais	RAE nº 01/AE/AUDIT/2015 – Locação do Prédio Sede ANTT.
Prestação de Contas 2014	Exames realizados e Parecer elaborado.
Elaboração do RAINT 2014	RAINTE 2014 elaborado e enviado a CGU.
Elaboração do PAINT 2016	PAINT 2016 elaborado e aprovado pela CGU e Diretoria Colegiada da ANTT.

Fonte: AUDIT/GEAUD

Os exames da Auditoria Interna abrangeram todos os segmentos de atuação da Agência, e os respectivos Relatórios, decorrentes dos exames realizados, foram elaborados e enviados à Diretoria da ANTT e à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU. As recomendações de auditoria constantes desses relatórios foram objeto de acompanhamento periódico e monitoramento pela AUDIT até o completo saneamento das questões apontadas.

Com relação às atividades de supervisão externa constitucional, o Tribunal de Contas da União, no exercício de 2015, adotou 30 Acórdãos em processos relacionados às atividades da Agência e expediu 17 ofícios de Diligências, 8 ofícios de Oitiva e 16 ofícios de Requisição, requerendo informações e/ou documentos, os quais foram atendidos tempestivamente. Para o atendimento às disposições das Instruções Normativas nº. 27/1998 e 46/2004, a ANTT encaminhou ao Tribunal de Contas da União 52 ofícios com informações e documentos referentes aos atos de permissões e concessões, sendo 16 ofícios em atendimento à IN nº 27/98-TCU e 36 ofícios em atenção à IN nº 46/04-TCU.

Em trabalhos realizados junto a esta Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT, os Auditores do Tribunal de Contas da União realizaram Auditoria nas Obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis/RJ – BR-040/RJ, Auditoria no Recebimento dos Trabalhos Iniciais da 3ª Etapa do Procofe, Auditoria Acerca da Resolução ANTT 4.131/2013,

Auditoria de Acompanhamento da Investimentos Adicionais da 1ª Etapa do Procrofe e Auditoria de Regularidade Fiscal das Concessionárias.

No que diz respeito à atuação dos órgãos de controle interno do Governo Federal na Agência, a Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União– SFC/CGU realizou, em 2015, Auditoria para Análise da Atuação e Estrutura desta Auditoria Interna (AUDIT), Auditoria do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2016, Auditoria de Acompanhamento Permanente da Gestão, Auditoria na Gestão dos Contratos de Concessões Rodoviárias da 3ª Etapa do PROCROFE, Auditoria nas Concessões BR-163/MT e 153/MS e Auditoria no Contrato da Transnordestina.

SCES Lote 10 Trecho 03
Projeto Orla Polo 8
CEP: 70200-003, Brasília - DF

Em caso de dúvida ou denúncia
ligue para a ouvidoria da ANTT: 166
ouvidoria@antt.gov.br

Outros canais da ANTT
Site: www.antt.gov.br (fale conosco)
Facebook: ANTTnoFace
Twitter: @ANTT_oficial
Instagram: @ANTTagencia
YouTube: CanalANTT